UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ALDIERIS BRAZ AMORIM CAPRINI

O COMÉRCIO COMO PROPULSOR DO PODER POLÍTICO EM ICONHA: O CORONEL ANTÔNIO DUARTE (1889-1915)

VITÓRIA
2007

ALDIERIS BRAZ AMORIM CAPRINI

O COMÉRCIO COMO PROPULSOR DO PODER POLÍTICO EM ICONHA: O CORONEL ANTÔNIO DUARTE (1889-1915)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas. Orientadora: Profª Drª Nara Saletto

VITÓRIA
2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Caprini, Aldieris Braz Amorim, 1980-

C253c O comércio como propulsor do poder político em Iconha : o coronel Antônio Duarte (1889-1915) / Aldieris Braz Amorim Caprini. – 2007.

139 f. : il.

Orientadora: Nara Saletto.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. História local. 2. Cultura política. 3. Clientelismo. 4. Coronelismo. 5. Brasil – História – República Velha, 1889-1930. 6. Iconha (ES). I. Saletto, Nara. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

ALDIERIS BRAZ AMORIM CAPRINI

O COMÉRCIO COMO PROPULSOR DO PODER POLÍTICO EM ICONHA: O CORONEL ANTÔNIO DUARTE (1889-1915)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em 19 de abril de 2007.

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

Profª. Drª. Nara Saletto
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

_____

Profª. Drª. Adriana Pereira Campos
Universidade Federal do Espírito Santo

_____

Prof. Dr. Carlos Teixeira de Campos Júnior
Universidade Federal do Espírito Santo

_____

Prof. Dr. Horácio Gutierrez
Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Ao colocar o ponto final na dissertação e defende-la encerra-se um processo, uma etapa de minha vida. Isso só foi possível de ser realizado por estar junto de outras pessoas que contribuíram de formas e maneiras diferentes para o meu sucesso. A cada grau acadêmico que acrescentamos em nossa formação e na medida que ampliamos nossos conhecimentos, mais humildade devemos ter para compartilhar os conhecimentos que os títulos trazem e em agradecer aqueles que possibilitaram concretizar esse momento através do esforço e da dedicação.

À vida não faz sentido se não buscarmos desafios e lutarmos para vencê-los. No entanto, no caminho são muitas as barreiras e pedras, que consegui ultrapassa-las pela fé em Deus, o qual agradeço por esse momento de minha vida.

Por falar em vida, agradeço as pessoas que me proporcionaram viver e estiveram ao meu lado lutando para que concluísse esse mestrado, acreditando em mim e contribuindo em tudo que precisei para esse momento, os quais sou eternamente grato e são os sentidos da minha vida: meus pais.

Agradeço também a minha família em geral que torceu e acreditou no meu ideal. Nessa caminhada também foi fundamental o apoio dos amigos e amigas que estiveram junto comigo acreditando que seria possível à concretização do mestrado.

Às pessoas do Instituto Histórico e Geográfico de Iconha que sempre estiveram ao meu lado e torceram por mim, sendo este um espaço especial, onde emergiu o tema do meu trabalho e forneceu material para essa pesquisa.

É importante ressaltar também as pessoas que em geral possibilitaram esse momento, contribuindo com o que achavam que não era nada, mas para mim era muito: colegas de trabalho, alunos, funcionários do Arquivo Público Estadual,

professores e funcionários do programa de pós-graduação e todos aqueles que em algum momento fizeram parte desse processo.

Se hoje estou vivendo essa etapa de minha formação foi por que estiveram ao meu lado os mestres, com ou sem titulação, que me ensinaram a ler, escrever e ser um historiador e professor.

Ao falar em mestres ressalto a minha orientadora, que tenho muito a agradecer, a qual tive o prazer de cursar duas disciplinas e viver momentos de aprendizagem sobre a escrita da história que foram além da orientação para a elaboração da dissertação. Ser orientando da professora Nara Saletto é um privilégio para todo historiador que busca um trabalho sério.

À professora Adriana Pereira Campos que me acompanhou em duas disciplinas no curso e esteve sempre à disposição para contribuir em minhas pesquisas e foi uma grande estimuladora na minha formação nesse mestrado a quem eu tenho muito a agradecer.

Nesse momento, só tenho a agradecer as pessoas que em algum momento tive que lhes abdicar atenção por estar envolto na escrita da dissertação.

Agradeço também aqueles que não acreditaram em mim e acharam que estava maluco ao buscar ao mestrado. Essas pessoas me estimularam a não se entregar ao desânimo, falta de coragem para aceitar desafios e descrença que lhes tomou conta, que é um dos males que de pior pode atingir o ser humano. Mas, desejo que vençam esse estado de vida.

Assim, espero que nos novos desafios e sonhos que busco tenha pessoas como vocês ao meu lado, pois, viver sem perspectiva de vida não é viver, é esperar que a vida passe, o que não é do meu feitio.

Se você quer conquistar o mundo, comece por sua aldeia.

Fiodor Dostoiévski

RESUMO

No século XIX, a região que hoje compreende os municípios de Piúma e Iconha apresentou um grande desenvolvimento econômico e crescimento populacional, principalmente a aldeia de Iconha que vai torna-se uma vila próspera a partir do final do século XIX e início do XX, a partir das atividades comerciais da firma Duarte e Beiriz. Nesse contexto, desenvolve-se uma cultura política clientelista em que o comércio vai ser o propulsor para obter e manter o poder. Assim, questiona-se como o desenvolvimento da firma, de propriedade do coronel Antônio José Duarte, possibilitou que ele alcançasse o poder político na vila de Iconha e integrasse a elite política capixaba no período de 1889 – 1915. Para tanto, a pesquisa foi realizada a partir da leitura de obras sobre o sistema político da Primeira República para nortear as discussões sobre o tema, bem como trabalhos da história local, e de fontes primárias que constam no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Iconha e do Arquivo Público Estadual que foram analisadas e discutidas à luz do problema de pesquisa. Assim, apresentamos no primeiro capítulo um panorama da região no século XIX, demonstrando como ocorreu o processo de povoamento e desenvolvimento econômico, em especial a sua relação com a colônia do Rio Novo e a imigração inglesa liderada por Thomas Dutton Júnior e sua contribuição para a região para que possamos compreender, a partir do segundo capítulo, o contexto no qual a Casa Comercial Duarte e Beiriz se estabeleceu em Iconha. Ressalta-se a formação da pequena propriedade com a vinda de imigrantes estrangeiras, que adquiriam as terras da referida firma, e o crescimento urbano da vila, satelitizado pelo comércio que proporcionou aos seus proprietários, especialmente ao coronel Duarte, alcançar o poder político, assunto apresentado e discutido no terceiro capítulo. É apresentada a cultura política em Iconha explicando que a dependência estabelecida entre o comerciante e a população resultava num eleitorado fiel. A casa comercial financiava a compra das terras pelos imigrantes, vendia a crediário bens e utensílios e comprava a produção do café, que na maioria das vezes era utilizada para descontar nas dívidas, o que deixava a população local atrelada ao comerciante, tornando-se assim um coronel vendeiro. Desse modo, o comércio foi o meio para que o coronel Duarte se transformasse de forasteiro em senhor do município, ao valer-se da dependência da população com relação aos seus negócios. Esse contexto é discutido e analisado à luz de trabalhos teóricos sobre História política e o sistema político da Primeira República, apresentando assim a política regional, no que tange especialmente as formas de obter e manter o poder político, contribuindo para ampliar os conhecimentos sobre a história do Espírito Santo.

Palavras-chave: Iconha. Coronel Antônio Duarte. Cultura política. Clientelismo. Coronel vendeiro. Primeira República.

ABSTRACT

In the century XIX, the area that today understands the districts of Piúma and Iconha it presented a great economical development and population growth, mainly the village of Iconha that it goes he/she becomes a prosperous villa starting from the end of the century XIX and beginning of the XX, starting from the commercial activities of the firm Duarte and Beiriz. In that context, he/she grows a culture political clientelista in that the trade will be the propeller to obtain and to maintain the political power. Like this, it is questioned as the development of the firm, of colonel's Antônio José Duarte property, it made possible that he reached the political power in the villa of Iconha and it integrated the political capixaba in the period of 1889-1915. For so much, the research was accomplished starting from the reading of works on the political system of the First Republic to orientate the discussions on the theme, as well as works of the local history, and of primary sources that consist in the File of the Historical and Geographical Institute of Iconha and of the State Public File that were analyzed and discussed to the light of the research problem. Like this, we presented in the first chapter of the area in the century XIX, demonstrating how it happened the settlement process and economical development, especially your relationship with the colony of New Rio and the English immigration led by Thomas Dutton Júnior and your contribution for so that we can understand, starting from the second chapter, the context in which the Commercial House Duarte and Beiriz settled down in Iconha. The formation of the small property is pointed out with the foreign immigrants' coming, that they acquired the lands of the referred firm, and the urban growth of the villa, for the trade that provided to your proprietors, especially to colonel Duarte, to reach the political power, presented subject and discussed in the third chapter. The political culture is presented in Iconha explaining that the established dependence between the merchant and the population resulted in a faithful electorate. The commercial house financed the purchase of the lands for the immigrants, he/she sold to credit plan goods and utensils and he/she bought the production of the coffee, that most of the time was used to discount in the debts, what left the local population harnessed the merchant, becoming like this a colonel vendeiro. He gave way, the trade it was the middle so that colonel Duarte if it transformed of outsider in gentleman of the municipal district, when being worth of the dependence of the population with relationship to your businesses. That context is discussed and analyzed to the light of theoretical works on the New Political History and the political system of the First Republic, presenting like this the regional politics, in what especially plays the forms of to obtain and to maintain the political power, contributing to enlarge the knowledge on Espírito Saint history.

Word-key: Iconha. Colonel Antônio Duarte. Political culture. Clientelismo. Colonel vendeiro. First Republic.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Mapa do Espírito Santo 32
Fotografia 2 - Mapa de Iconha 32
Fotografia 3 - Mapa de Iconha e Piúma 33
Fotografia 4 - Mapa das bacias hidrográficas do Espírito Santo 49
Fotografia 5 - Trapiche em Piúma em 1869 59
Fotografia 6 - Fazenda Monte Belo 59
Fotografia 7 - Mapa da colônia do Rio Novo 60
Fotografia 8 - Mapa da colônia do Rio Novo com indicações 61
Fotografia 9 - Casa Comercial Duarte e Beiriz 69
Fotografia 10 - Beneficiamento do café 82
Fotografia 11 - Duarte, Beiriz & Confiança – filial da Duarte e Beiriz 83
Fotografia 12 - Filial da Duarte e Beiriz em Duas Barras 83
Fotografia 13 - Duarte, Beiriz & Aliança – filial da Duarte e Beiriz em Piúma 84
Fotografia 14 - Trapiche da Duarte e Beiriz em Piúma 84
Fotografia 15 - Produção de farinha pela Duarte e Beiriz 85
Fotografia 16 - Depósito da Duarte e Beiriz 85
Fotografia 17 - Funcionárias da Duarte e Beiriz de Piúma 87
Fotografia 18 - Funcionárias da Duarte e Beiriz – matriz 87
Fotografia 19 - Escritório da Duarte e Beiriz 88
Fotografia 20 - Avenida Antônio Duarte – começo do século XX 90
Fotografia 21 - Avenida Antônio Duarte – começo do século XX (outro ângulo) 91
Fotografia 22 - Rua Muniz Freire – começo do século XX 91
Fotografia 23 - Segunda Igreja Católica de Iconha 93
Fotografia 24 - Planta Cadastral de Iconha – início do século XX 95
Fotografia 25 - Vista panorâmica da vila de Iconha – começo do século XX 96
Fotografia 26 - Residência do Coronel Antônio José Duarte 104
Fotografia 27 - Residência do Coronel Antônio Duarte (outro ângulo) 105
Fotografia 28 - Prefeitura e Câmara Municipal de Iconha 105
Fotografia 29 - Recepção popular ao Coronel Duarte 107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Mapa estatístico da colônia do Rio Novo: 1854-1862 50
Quadro 2 - Evolução da população do Rio Novo (1871-1879) 55
Quadro 3 - Nacionalidade da população do 2º e 4° territórioS da colônia do Rio Novo 55
Quadro 4 - Contrato e alterações contratuais da Casa Comercial Duarte e Beiriz e suas filiais 81

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

2 ICONHA NO SÉCULO XIX 31

2.1 ASPECTOS GERAIS DE ICONHA..... 31
2.1.1 Localização geográfica 31
2.1.2 O nome Iconha..... 33
2.1.3 Organização administrativa..... 34
2.2 INÍCIO DO POVOAMENTO DE ICONHA: 1800-1860..... 36
2.2.1 O Espírito Santo na primeira metade do século XIX 36
2.2.2 A região de Iconha: 1800-1860 39
2.3 O DESENVOLVIMENTO DO POVOAMENTO DA REGIÃO DE ICONHA (1860 – 1900) 44
2.3.1 A província na segunda metade do século XIX..... 44
2.3.2 A região de Iconha: 1860 - 1900 47
2.3.2.1 A Colônia do Rio Novo 48
2.3.2.2 Thomaz Dutton Júnior e o desenvolvimento do interior de Iconha..... 58

3 COMÉRCIO, PEQUENA PROPRIEDADE E URBANIZAÇÃO EM ICONHA: 1879 – 1915 64

3.1 A FUNDAÇÃO DA CASA COMERCIAL DUARTE E BEIRIZ 64
3.1.1 Antônio José Duarte e José Gonçalves da Costa Beiriz 64
3.1.2 A fundação da casa comercial e sua atuação 67
3.1.3 Imigração estrangeira, café e estrutura agrária..... 73
3.2 O DESENVOLVIMENTO DA FIRMA..... 78
3.3 O DESENVOLVIMENTO URBANO DE ICONHA E A FIRMA COMERCIAL 89

4 PODER POLÍTICO EM ICONHA 98

4.1 O CORONEL ANTÔNIO JOSÉ DUARTE..... 98
4.2 CULTURA POLÍTICA NA VILA DE ICONHA..... 101
4.2.1 O poder simbólico e as relações de Duarte com a sociedade 102
4.2.2 Práticas coronelísticas na vila de Iconha..... 109

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 126

6 REFERÊNCIAS 136

1 INTRODUÇÃO

O estudo do sistema político brasileiro durante a Primeira República nos conduz a um cenário que tem como ator político principal o coronel que forma a base de uma estrutura política que se estende do plano municipal ao federal, passando pelo estadual, tendo como fio condutor os interesses que originam as articulações, pautada numa cultura política oligárquica.

Implantada em 1889, a Primeira República foi organizada de forma federativa, na qual os estados ganharam poder e proporcionando-lhes domínio sobre os municípios. Essa característica torna propícia a ação das oligarquias no plano estadual e do coronel no âmbito local. No sistema republicano, possuir bens, como latifúndios, não significava poder político, era necessária a institucionalização, ou seja, ser eleito, ocorrendo uma redefinição do poder privado, pois,

> No âmbito municipal verifica-se o surgimento de um poder privado local, redefinido em função do federalismo; tal como instituído ordenamento político republicano, trata-se do coronelismo. Fenômeno novo na política brasileira, o coronelismo não se confunde com as práticas históricas – lutas de família e o mandonismo local - de exercício do poder privado no Brasil. Essas são práticas tradicionais, melhor dizendo, atemporais, que atravessam a história do Brasil colonial e imperial (FERREIRA, 2003, p. 95).

Nesse contexto, emerge, no governo de Campos Sales, a “Política dos Governadores”, termo pelo qual ficou conhecido o arranjo político que consistia no compromisso entre o poder executivo federal com o estadual e esse com o município, formando assim uma hierarquia de ajuda mútua para determinado grupo manter-se no poder. Esse auxílio mútuo ocorria por meio da articulação em que o coronel, em âmbito municipal para obter votos para seu aliado estadual e federal, que lhe retribuíam com o apoio político e benefícios para o município, cargos públicos e obras para a localidade, instrumentos pelo quais o coronel mantinha seu poder local.

No entanto, não imaginemos que havia no período da Primeira República uma calmaria política oriunda desses acordos. A luta entre os coronéis era intensa e caso um coronel perdesse o poder político no município, a oligarquia estadual não hesitava em trocar de aliado, mantendo-se ligado a quem possuísse referência com o eleitorado local.

No entanto, para o coronel ganhar as eleições e manter-se no poder não bastava o apoio do líder estadual, e sim ter uns eleitorados fiéis, que era obtido pela prática clientelista e reforçados com a força dos capangas. Caso seja necessário, lançava-se mão da eleição a bico de pena, onde os resultados das eleições eram alterados nas atas eleitorais, bem como outras estratégias de fraude, elemento que não é estranho na política coronelista, bem como o voto do cabresto.

O coronel estava envolvido na disputa com outros coronéis, e por ser à base do sistema político por meio do qual se obtinha os votos, busca alianças com "pequenos coronéis" e com profissionais liberais que podem lhe render votos com seu prestígio com a população.

A maioria dos eleitores encontrava-se sob sua dependência, no caso dos coronéis latifundiários. Assim, outros coronéis, como comerciante, padres ou médicos, tinham de lançar mão de alianças e intensificar o clientelismo para obter voto, uma vez que não possuíssem terras.

No âmbito municipal, o coronel vai, conforme Leal (1975, p. 23), exercer a jurisdição, sendo o árbitro entre as rixas, valendo-se de funções policiais. Torna-se o líder municipal e em muitos casos seu poder se estende a uma região e chega a ocupar cargos estaduais e federais, compondo a oligarquia estadual.

Assim,

> Coronéis e oligarcas marcam o sistema político predominante na república até 1930. Embora denominado pelos autores ora como sistema político oligárquico, ora sistema político coronelístico, configurações que revelam uma certa discrepância interpretativa, o mais importante é constatar que o sistema político prevalecente na República oligárquica inviabiliza avanços significativos no processo de construção da cidadania no período compreendido entre 1889 e 1930 (FERREIRA, 2003, p. 119).

Essas são algumas características da Primeira República, no entanto, nosso trabalho se concentra na prática coronelista, no que se refere à relação do comércio com a política. Para muitos, o coronel ainda é sinônimo de grande proprietário rural e seu eleitorado se restringe à massa de trabalhadores rurais, não identificando outras formas de domínio existentes, como demonstraremos nesse trabalho sobre um coronel comerciante.

Partindo do princípio de que o clientelismo alimentava as urnas e mantinha no poder grupos políticos, faz-se necessário obter e manter essa clientela e para tanto é preciso fazer favores. Segundo Queiroz (1975, p. 191), "[...] quanto maior esta capacidade [de fazer favores], maior eleitorado terá e mais alto se colocará na hierarquia política, quer ocupe cargos administrativos, quer não, será chefe municipal, estadual, ou até federal".

Uma das formas de prestar favores é ter bens, ou nas palavras de Queiroz (1975), a fortuna. Por esse meio, o coronel é capaz de desenvolver a prática clientelista, daí o comércio ser elemento importante para a política da época. Através dele, o coronel poderia garantir um eleitorado fiel.

No entanto, é necessário analisar a conjuntura em que se apresenta o comércio para concebê-lo como elemento clientelista. Isso quer dizer que não era todo comerciante que se tornava coronel ou tinha expressão política, ele poderia ser um simples comerciante sem ligação nenhuma com a política ou então um cabo eleitoral.

Nessa linha, este trabalho apresentará como o comércio foi elemento fundamental para a obtenção e manutenção do poder político na Vila de Iconha no período de 1889-1915. Nessa região do Espírito Santo, transformações econômicas e sociais ocorridas no século XIX e principalmente no início da República vão conduzir à prática coronelista via comércio.

O ponto central do estudo está na Casa Comercial Duarte e Beiriz e seu principal sócio, o coronel Antônio José Duarte, e sua relação com a sociedade local. No final do Império, a vila de Iconha assiste à chegada da referida casa comercial que será o centro polarizador da região. Paralelamente, ocorre o processo de imigração em que grande parte dos imigrantes estará presa ao coronel por dívidas com a casa comercial.

Forma-se no município um poder político em que o coronel Duarte se torna o mandão local sustentado por uma estrutura política baseado no clientelismo, na parentela e na fortuna, no caso, proveniente do comércio.

Essa política local vai estabelecer relações com o plano estadual e se tornar um exemplo de como o poder político estava ligado ao comércio no Espírito Santo. Esse estudo regional

demonstrará como a atividade comercial foi importante para a conjuntura política do Estado no início da República e como a estrutura agrária da pequena propriedade conduziu ao poder político de comerciantes além do grande latifundiário, sendo uma peculiaridade capixaba.

Compartilho com Queiroz (1975, p. 171), a convicção de que:

> Seria indicado que diversas monografias fossem efetuadas, em locais e regiões diferentes, a fim de identificar as várias formas que podem tomar as relações entre os mandões políticos e seus sustentáculos nas urnas, assim como as várias formas de ascensão sócio-político e econômica.

Essa é a grande preocupação da pesquisa. Desenvolver um trabalho de História Regional, ou seja, reduzir a escala de atuação, identificar e compreender as relações entre o coronel e a massa em determinada região capixaba para não nos limitarmos a uma explicação sobre o coronelismo no plano nacional e ignorarmos as peculiaridades regionais.

Desse modo, a pesquisa tem como objetivo analisar como a Casa Comercial Duarte e Beiriz proporcionou o poder político ao coronel comerciante Antônio José Duarte. Esse estudo, numa abordagem da micro-análise, verifica as práticas coronelísticas na Primeira República a partir dos aspectos conceituais que permeiam o cenário nacional, mas, levando em consideração o contexto regional.

Ademais, limitei a pesquisa ao período de 1889 a 1915 porque foi no início da república que a firma Duarte e Beiriz, fundada em 1879, firmou-se na região e polarizou a economia, a política e as relações sociais. O ano de 1915 marca o fim de uma etapa de crescimento, uma vez que, em 1914, a firma cessa a venda de terras a imigrantes e o poder do coronel Duarte já estava consolidado.

Minha opção pelo tema deve-se ao fato de realizar estudos sistematizados sobre essa região do Espírito Santo, a partir do resgate de documentos, e já ter escrito, juntamente com outros colegas, um livro sobre o assunto, com uma abordagem didática, a História de Iconha. Além de trabalhar com a linha de pesquisa sobre História Regional e considerar necessário ampliar as informações sobre o Estado através de suas regiões geopolíticas, não explicando esse a partir de conceitos que não o representam ou o contemplem, buscando assim, valorizar a historiografia capixaba para que seja inserida no espaço nacional. Saliento também que, como

docente do curso de História, se faz necessário desenvolver e incentivar a pesquisa historiográfica a partir de teorias e metodologias da História.

Para tanto, as fontes de pesquisa para a dissertação consistem em documentos do arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Iconha que possui um grande acervo sobre o período em estudo. Para facilitar a pesquisa e especialmente a coleta de dados, o material foi xerografado e agrupado em quatro partes, em pastas, de modo a organizá-lo. Uma pasta é intitulada "Documentos da Prefeitura Municipal de Iconha/Piúma", que consistem em atas da Câmara Municipal, Código de posturas, relatório de Governo e correspondência da prefeitura com o delegado municipal e órgãos do governo estadual.

Sobre a "Casa Comercial Duarte e Beiriz" há outra pasta com cópias do contrato social e as alterações na composição da sociedade, cartas de arrematação de terras que adquiriu de fazendeiros falidos na região, recibos e balanço comercial.

Também sobre a firma Duarte e Beiriz é importante destacar o material, que constituiu a terceira pasta, de publicações sobre a casa comercial. Merece salientar a revista *Argos* [1] que no seu número cinco, de 1919, tem como capa o coronel

Antônio Duarte e que dedica várias páginas a ele e a sua firma, relatando sua implantação e seu desenvolvimento, contendo ainda várias fotos que retratam a vila no começo do século XX.

Há também o *Almanaque do lavrador*[2] de 1908, que foi publicado pela firma para ser distribuído para os clientes e possui informações importantes sobre a firma e a vila de Iconha. Em 1911 o Coronel Duarte publica um livreto relatando sua vida, ou seja, a sua autobiografia. Por serem publicações que visavam enaltecer a imagem do coronel, elas serão analisadas criticamente, o que não desmerece as informações. A quarta pasta consiste em documentos pessoais do coronel Duarte, como cartas entre familiares, amigos políticos e pedidos de

[1] [1]Publicada no Rio de Janeiro, na sua edição de junho de 1919, traz uma reportagem especial sobre Iconha e, especialmente sobre o coronel Duarte, com informações preciosas e fotos da região. Encontra-se um exemplar da mesma no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Iconha (IHGI).

[2] É uma publicação que a firma Duarte e Beiriz tinha no começo do século XIX sobre a firma, especialmente anúncios, informações sobre a região e texto de entretenimento. O mesmo era distribuído para os clientes e encontra-se um exemplar no Arquivo do IGHI.

favores que nos permitem conhecer o cotidiano do coronel e suas relações de amizade e seu grupo político.

A análise dos documentos relacionados permite compreender o desenvolvimento da firma Duarte e Beiriz e suas relações com a sociedade, verificando as relações de dependência, bem como o poder político, uma vez que ao confrontar os relatórios de governo e a criação de órgãos públicos, como os correios e construção de ruas e praças, é visível a intervenção da firma em empréstimos ou doações que remetem à imagem de benfeitor do Duarte, refletindo-se na política. As publicações trazem informações minuciosas do desenvolvimento da firma e da ascensão e carreira política do coronel, que permitem identificar as relações entre o comércio, a política e a sociedade local.

Relaciono também documentos do Arquivo Público Estadual do Espírito Santo como os processos de terras que permitiram verificar como a firma adquiriu terras na região, comprando os lotes de imigrantes que não conseguiam quitar suas dívidas com o governo e as revendendo para outros imigrantes. Esse processo foi responsável pelo crescimento comercial da Duarte e Beiriz, ponto importantíssimo para a pesquisa. Ainda no Arquivo Estadual, foram verificadas em jornais da época em estudo e em atas da Assembléia Legislativa as relações entre o grupo político de Iconha e o governo estadual.

Contribuiu muito para a pesquisa o fato de já conhecer parte das fontes, pois já escrevi um livro sobre essa região e, portanto, a dissertação aprofundou e ampliou os estudos sobre o assunto.

As fontes primárias relatadas possibilitaram identificar como a firma comercial se desenvolveu e possibilitou que seu proprietário se tornasse um poderoso coronel, bem como os reflexos na sociedade.

Nesse sentido, a pesquisa tem sua base teórica pautada na Nova História Política, buscando analisar a relação entre comércio e poder político no município de Iconha de forma a não se restringir à uma biografia política e a limitar-se à elite local. Busca-se demonstrar que o político não se explica por si mesmo e que por isso requer uma abordagem mais ampla, levando em consideração vários fatores, no caso deste trabalho, o comércio e as relações sociais estabelecidas na região, para assim,

compreender o processo político, como por exemplo, a forma de dominação do eleitorado via comércio.

Utilizo como referencial teórico Rémond (1996) e Falcon (1997), que proporcionam o embasamento do estudo sobre o político de modo a romper com o tradicional e compreender a política como um campo amplo de atuação e sua relação com outras estruturas.

No caso dessa pesquisa o comércio e seu reflexo no campo social, conforme afirma Falcon (1997, p.76):

> O estudo político vai compreender a partir daí não mais apenas a política em seu sentido nacional, mas, em nível das representações sociais e coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder.

Quando Falcon refere-se às práticas associadas ao poder encontramos o cenário político em que atuou o coronel Duarte para alcançar o poder político que deve ser estudado de modo a ir além da descrição de fatos e sim buscando as relações econômicas e sociais para com o político. E mais, Rémond (2003, p. 36) argumenta a amplitude do político sobre a sociedade,

> As pesquisas sobre o abstencionismo, os estudos sobre a sociabilidade, os trabalhos sobre a socialização, as investigações sobre o fato associativo, as observações sobre as correspondências entre a prática religiosa e comportamento eleitoral contribuem para ressaltar tanto a variedade quanto a força das interações e interferências entre todos esses fenômenos sociais.

Assim, a presente pesquisa estuda o poder político em determinada região, à luz da Nova História Política, sem perder o foco nas relações e nos fenômenos sociais.

Seguindo a mesma linha da historiografia política, considero também a influência do simbólico na política, a fim de demonstrar como o estudo das simbologias é importante para compreendermos o campo político. Nessa pesquisa, são verificáveis as simbologias e as representações de que o coronel Duarte se vale para dominar, em especial, os elementos utilizados. Sobre esse aspecto, verificamos em Bourdieu (2002, p. 163) que,

> [...] toda análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político, para não ser levada a naturalizar os mecanismos sociais que reproduzem a separação entre os <<agentes politicamente ativos>> e os <<agentes passivos>> e constituir em leis eternas as regularidades históricas validas nos limites de um estado determinado da estrutura da distribuição do capital.

Nesse fragmento, o autor mostra como os agentes, a população, que não possuem condições econômicas e cultural são dominados pelos grupos políticos que se valem desses determinantes como elemento para alcançar o político. Essa concepção de Bourdieu é importante para a pesquisa, uma vez que analisamos como a população local foi dominada pelo coronel a partir das dificuldades econômicas em que ele se valeu do comércio como mecanismo de dominação. Bem como toda uma simbologia de benfeitor criada do coronel para com a vila.

O estudo do político será realizado em âmbito regional, mostrando assim que a História local pode ser analisada à luz das novas concepções historiográficas e romper com a concepção de que seus aspectos locais devem ser simplesmente fatos narrados sem sistematização.

Quanto à opção de realizar uma pesquisa regional, se fez necessária uma discussão do que seja região e por que o regional ao estudar um tema, o coronelismo, presente em todo o país. Para tanto, utilizei os ensaios de Amado (1990, p. 7-15) e Silva (1990, p. 43-49), faz-se importante discussão conceitual sobre história regional e região que,

> [...] só se entende, então, metodologicamente falando, como parte de um sistema de relações que ela [região] integra. Deve, portanto, ser definida por referência ao sistema que fornece seu principio de identidade. Assim, pode-se falar tanto de uma região no sistema internacional ou dentro de uma das unidades de um sistema político federativo. Pode-se falar igualmente de uma região cujas fronteiras não coincidem com as fronteiras políticas juridicamente definidas (SILVA, 1990, p. 43).

Para o embasamento de História Regional não bastava conceituar, fazia-se necessário analisar qual sua finalidade e importância, pois,,

> [...] o estudo regional oferece novas óticas de análise do estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da História (como os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades

> econômicas, a identidade cultural etc.) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o especifico, o próprio, o particular. A historiografia nacional ressalta as semelhanças, a regional lida com as diferenças, a multiplicidade.
> A historiografia regional tem ainda a capacidade de apresentar o concreto e o cotidiano, o ser humano historicamente determinado, de fazer a ponte entre o individual e o social. [...]. Por todas essas razões expostas, a historiografia regional é também a única capaz de testar a validade de teorias elaboradas a partir de parâmetros outros, via de regra, o país como um todo, ou uma outra região, em geral, a hegemônica. Estas teorias, quando confrontadas com realidades particulares concretas, muitas vezes se mostram inadequadas ou incompletas (AMADO, 1990, p. 12-13).

Assim, desenvolvi argumentos para compreender o conceito de História Regional e a sua importância, para então realizar a pesquisa nessa linha teórico-metodológica que me permite analisar aspectos políticos locais em suas multiplicidade, comparando-os com o quadro nacional, contribuindo assim para ampliar os estudos sobre o coronelismo e suas formas de obtenção e manutenção de poder nas diversas regiões. Conforme afirmamos anteriormente, assim atendemos a sugestão de Queiroz (1975, p.171) quando afirma que é necessário realizar monografias em lugares diferentes para identificar as várias formas de poder dos mandões locais.

Somado a essa discussão teórica dos termos político e regional, se faz necessário apresentar o embasamento teórico com relação ao tema coronelismo e mais precisamente, a política na Primeira República.

Para o conceito de coronelismo, importantíssimo para essa pesquisa, utilizo Leal (1978) no clássico *Coronelismo, enxada e voto* e Carvalho (1999) em *Pontos e Bordados.* Esses autores contribuíram para o embasamento teórico na medida em que apresentaram as nuances do coronelismo.

Leal (1997, p. 40) apresenta a estrutura coronelista e os processos de sua formação e atuação, conceituando o coronelismo e caracterizando o coronel. Ressalta também a realidade coronelista e as relações do chefe local com o poder estadual, o cenário legal dos municípios e estado e principalmente o sistema político da Primeira República. E da seguinte maneira ele conceitua o coronelismo:

> Concebemos o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. [...] é sobretudo um compromisso, uma troca de

> proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terras. [...] as características secundárias do sistema "coronelista", como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais.

Faço uma observação quando Leal se refere os aspectos secundários, pois os compreendo como principais na cultura política clientelista.

Tomo também o conceito de Carvalho (1999, p. 132), que segundo ele é:

> [...] um sistema político nacional baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca de reconhecimento por parte deste de seu domínio no Estado.

E mais,

> Da imagem simplificada do coronel como grande latifundiário isolado em sua fazenda, senhor absoluto de gentes e coisas, emerge das novas pesquisas um quadro mais complexo em que coexistem vários tipos de coronéis, desde latifundiários a comerciantes, médicos e até mesmo padres (CARVALHO, 1999, p.-133).

O trabalho de Carvalho é de grande relevância ao conceituar coronelismo, como também mandonismo e clientelismo, e discutir a visão de autores, inclusive Leal, sobre o assunto.

O embasamento teórico de Leal e Carvalho proporcionarão à análise do sistema coronelista em Iconha, pois segundo os conceitos, foi possível identificar e caracterizar o coronel local, verificando as semelhanças da História Nacional com as diferenças da História Regional, e analisar o sistema coronelista na região, como as trocas de favores, as barganhas, as relações entre o municipal e federal que são descritos na teoria acima e foram identificadas na realidade, ou seja, o referencial teórico que norteou as análises.

Relaciono ainda Graham (1997, p. 346), por considerar importante sua contribuição sobre clientelismo para esse trabalho que analisará essa prática para obter e manter o poder na vila de Iconha. Embora ele aborde o clientelismo no Império e a

dissertação concentrar-se no início da República, seu estudo mostra as bases do sistema oligárquico republicano, uma vez que a prática clientelista vai permanecer e ganhar força com o coronelismo. E afirma que o clientelismo é a estrutura que conduz ao coronelismo, “Pois não houve qualquer diminuição do clientelismo com a mudança de regime em 1889. Entre os ricos, novos grupos alcançaram destaque, mas sem abandonar sua prática”.

O coronel Duarte formou em Iconha uma oligarquia e seu grupo político dominou as eleições na região sem grandes opositores e para refletirmos essa cultura política tomamos o trabalho *Instituições políticas brasileiras* de Vianna (1978, p. 220), ao desenvolver a concepção de clã eleitoral. Esse é assim definido pelo autor:

> Por isso mesmo é que chamamos à essas novas e pequenas estruturas locais, aqui surgidas no IV século – de clãs eleitorais. Por que são tanto clãs como são os feudais e os parentais, já anteriormente estudados, tendo a mesma estrutura, a mesma composição e a mesma finalidade que estes; apenas com uma base geográfica mais ampla por que compreendendo todo o município, e não apenas a área restrita de cada feudo (engenho ou fazenda). Por sua vez, esses pequenos agrupamentos locais, depois de 1832, passaram a filiar-se a associações mais vastas, que são os Partidos Políticos, de base provincial primeiro e, depois, de base nacional – o Partido Conservador e o Partido Liberal, com sede no centro do Império e tendo como chefes províncias os Presidentes de Província.

Nesse cenário eleitoral após a Independência, surgem instituições partidárias e usos e costumes, como o mandonismo no Império e o coronelismo na República.

Não cabe a este trabalho discutir a etimologia do termo “clã” adotado pelo autor e nem o contexto histórico anterior a 1889, uma vez que a pesquisa abrange o período inicial da república. No entanto, tomamos Vianna como referência por que os elementos políticos do clã político, ou seja, o grupo político, termo mais adequado para esse trabalho, que ele apresenta, contribuem para a análise do coronel vendeiro, objeto dessa pesquisa, pois a oligarquia rural formada por grandes fazendeiros, até o fim do Império, agora, na República, é revestida pelo Estado através dos títulos de coronel, juízes - municipais e juízes - de - paz. Esses cargos eram importantes para o clã eleitoral, ou melhor, dizendo, para determinado grupo político. Obter esses cargos era sinônimo de poder e meio para garantir votos. O grupo, ou melhor, dizendo, o coronel, que tivesse entre seus membros um cargo de juiz deixava a população em suas mãos, inclusive adversários.

A leitura e a análise da referida obra muito contribuiu para a compreensão da cultura política brasileira a partir da chegada dos europeus e as raízes políticas da República. Assim, ao analisarmos a estrutura de poder do coronel Duarte e seu grupo político, podemos nos nortear teoricamente com as concepções de Vianna, que contribuirão para entendermos como o coronel tornou-se um líder local.

O estudo dos conceitos de coronelismo e clientelismo, bem como do sistema político da Primeira República realizado a partir dos autores apresentados ainda requeria um aprofundamento teórico que norteasse a peculiaridade da região, relacionando o coronelismo com o comércio. Para tanto, é de grande importância e direcionador dessa pesquisa o trabalho de Queiroz (1975).
A autora supracitada constitui-se no referencial central do trabalho porque mostra como estava estruturado o coronelismo, enfatizando as estruturas de clientela, parentela e fortuna, sendo nesse último destacado o comércio, tema da pesquisa. Os outros autores apresentados não dão a ênfase a esse enfoque, foi justamente por isso que deixei a apresentação dessa referência por último, por alinhavar o sistema político da Primeira República com a temática pesquisada.

O texto de Queiroz (1975, p. 184), possibilitará a análise da estrutura de parentela que se formou em Iconha, no caso os Duarte e Beiriz, ao enfatizar que “Além de grupo econômico, era a parentela um grupo político, cuja solidariedade interna garantia a lealdade dos membros para com os chefes”. Assim, sua discussão sobre o assunto contribui para compreender por que houve um entrelaçamento com essas duas famílias e como isso contribuiu para o poder político do coronel Duarte.

Em relação à estrutura clientelista Queiroz (1975) demonstra como ocorre à dinâmica da troca de favores para a obtenção de votos e, especialmente, a rede eleitoral que se inicia com o eleitor e termina com o voto, destacando a importância dos cabos eleitorais e as práticas para dominar o eleitor.

De contribuição teórica imprescindível para a realização da pesquisa consiste a discussão da autora sobre a posse de bens de fortuna na estrutura coronelista. Segundo Queiroz (1990, p. 12-13), o poder do coronel é medido pela sua

capacidade de fazer favores e para tanto precisa de posses ou em suas palavras, bens de fortuna, sendo essa,

> [...] um dos meios principais de se fazer benefícios; no Brasil as vias de acesso à fortuna foram principalmente à herança, o casamento e o comércio.
> De caso pensado, não utilizamos o conceito de "grande proprietário" para definir o coronel. Não raro, no Brasil, o poder decorrente de outros bens de fortuna superou o poder trazido exclusivamente pela posse de terras .

Embora a autora se refira a três vias de acesso à fortuna, a pesquisa concentra-se no comércio e é importante o que Queiroz (1975, p. 197) afirma sobre o contexto da Primeira República e a relação com a atividade mercantil:

> O forasteiro que chegasse com algum capital a uma localidade, e ali se estabelecesse abrindo uma "venda" estava iniciando um caminho que o podia levar até a chefia política; tinha nas mãos uma "clientela" natural de compradores, aos quais podia fazer favores variados (entre os quais o "vender fiado" não era dos menores), tanto à gente humilde quanto aos figurões locais.

E continua a demonstrar esse cenário ao destacar a importância do comércio para a região de pequena propriedade, cenário agrário dessa pesquisa:

> Nas zonas predominantemente de sitiantes esta importância da barganha persistia; enquanto nas regiões de monoculturas de exportação ou de grandes criadores o sitiante ficava preso nas malhas de uma estrutura sócio-economica opressiva, nas regiões em que não havia grandes fortunas (e que foram muito numerosas), era a este eleitorado economicamente independente que se dirigiam os presentes distribuídos nas vésperas de eleição [...] (QUEIROZ, 1975, p. 176).

Assim, nessas regiões a barganha seria importante para obter voto e a maneira mais fácil de conseguir o apoio dos sitiantes seria através da casa comercial, onde o sitiante venderia o excedente da produção agrícola e compraria os bens que não produzia, estabelecendo uma relação com o comerciante, já que muitas vezes lhe socorre em momentos de dificuldade econômica. Esse vai "substituir" o grande fazendeiro, no que tange as relações sociais e econômicas, nas regiões de pequenas propriedades, tornando-se um elemento social de destaque e por conseqüência, via eleição, o coronel.

Essa descrição demonstra como um comerciante pode se tornar coronel e sua relação com seu município, tornando-o quase que sua propriedade, é a descrição perfeita da realidade política da vila de Iconha e do coronel Duarte.

Desse modo, é importante destacar que a teoria apresentada por Queiroz deu suporte necessário para a realização da pesquisa ao demonstrar como o comércio pode conduzir ao poder político. As discussões sobre a origem do poder na Primeira República, se ele decorre do público ou privado, não anula a contribuição de seu trabalho para a pesquisa, pelo contrário, enriquece a discussão sobre o assunto e fornece outros elementos para a pesquisa, no caso os bens de fortuna.

Sobre o cenário específico da dissertação, destaco os trabalhos de Saletto (1996a, 1996b), sobre a pequena propriedade e imigração no Espírito Santo. O estudo minucioso dessas obras proporcionou compreender o contexto socioeconômico e em que se formou o poder político do coronel Duarte. Ele se valeu da dependência do pequeno proprietário, na maioria imigrantes, em adquirir terras e pagá-las com a colheita do café, bem como produtos na casa comercial. Essa realidade proporcionou que o coronel tivesse uma clientela política através do comércio, pois,

> A comercialização do café das fazendas do sul se processava da mesma forma que nas outras regiões cafeeiras do país, através do circuito comissário-ensacador-casa exportadora, até o inicio deste século, e diretamente com as últimas, em seguida, Porém a comercialização do café das pequenas propriedades seguia um sistema diferente. O pequeno produtor ligava-se ao mercado mundial através da “venda”, que comprava seu café e o abastecia dos artigos que não produzia. A venda estabelecia uma relação permanente com seus “fregueses”, que tinham contas correntes, nas quais eram registradas as mercadorias que eles retiravam ao longo do ano e que seriam pagas com o café que entregariam na época da colheita. O sitiante em débito ficava “preso” à venda, isto é, obrigando a vender-lhe seu café. Quando ao contrário, tinha um saldo, este geralmente ficava “encostado” nas mãos do vendeiro, sem render juros. Com poucos recursos, sem acesso ao credito bancário, o pequeno produtor era envolvido numa relação que o colocava na dependência do comerciante (SALETTO, 1996a, p. 42).

O estudo da dependência do pequeno proprietário com o comerciante na região de imigração do Espírito Santo é o ponto inicial dessa pesquisa e os estudos da professora Nara Saletto são preciosos para orientar os trabalhos em fontes primárias e secundárias, uma vez que o presente trabalho faz um estudo específico desse

contexto, no caso o coronel Duarte, enfocando os aspectos políticos dessa realidade a partir do sistema político coronelista.

Ainda sobre o cenário capixaba na Primeira República ressalto as pesquisas de Campos Júnior (1996, 2000), abordam o crescimento da construção civil da cidade de Vitória. Embora sua idéia possa parecer oposta a esse trabalho há um denominador comum que faz com que os trabalhos de Campos Júnior sejam importantes para essa pesquisa: o papel desempenhado pelo comércio no Espírito Santo na República.

O autor apresenta o cenário econômico capixaba marcado pela pequena propriedade que necessita de um intermediário para exportar sua produção e que assim faz surgir uma elite comercial. Após abordar muito bem esse contexto histórico trabalha a relação dessa realidade econômica com o crescimento de Vitória, no que tange a construção civil.

O estudo sobre a realidade econômica do Estado na Primeira República, apresentado por Campos Júnior, traz os subsídios para direcionar a pesquisa no que se refere à importância do comércio para a época e daí estabelecer as relações com a política, proposta dessa pesquisa.

Verificamos a contribuição do autor como referencial teórico para esse trabalho a partir do seguinte fragmento:

> [...] com a desagregação da grande propriedade e a formação da pequena, vai se abrindo espaço para o surgimento de firmas como a Duarte e Beiriz e similares, que, por seu intermédio, acabam concentrando a captura do excedente produtivo para a esfera da comercialização, ficando, de um lado, um imenso número de pequenos produtores, de outro, uma cadeia extremamente articulada de casas comerciais controladoras de expressiva fração da comercialização do café capixaba (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 83).

Importante salientar que o autor apresenta a Casa Comercial Duarte e Beiriz como exemplo da relação pequena propriedade e comércio no início da República, reforçando assim a contribuição dos seus trabalhos para essa pesquisa.

Relaciono ainda o trabalho de Simão (1991) sobre a história de Iconha. Ressalto que o referido trabalho apresenta-se numa abordagem historiográfica tradicional e não acadêmica, em oposição à nova abordagem da história, mas apresenta informações em abundância, resultado de pesquisas documentais e fontes orais. A obra contribui para essa pesquisa por fornecer informações sobre a História de Iconha que nortearam as pesquisas documentais.

Assim, o referencial teórico apresentado subsidiará a análise da realidade política de Iconha entre 1889 a 1915, pois, o confronto dos aspectos conceituais com os fatos pesquisados possibilitará demonstrar como a discussão teórica pode ser concretizada através de estudos sistematizados de fontes primárias e secundárias, a partir de um estudo da História local.
A estrutura do trabalho consiste em três capítulos, sendo que no primeiro apresentarei a região de Iconha no contexto histórico capixaba do século XIX. Para compreender a ação da Casa Comercial Duarte e Beiriz, é importante identificar as estruturas econômicas, sociais e política na época em que foi instalada, bem como estabelecer um panorama da região.

Por ser um trabalho de História Regional se faz necessário apresentar o espaço estudado, localizando geograficamente e convencionar denominações que identificam a região em estudo, que será feito no início do primeiro capítulo. Posteriormente, apresentarei o processo de povoamento na região destacando a presença de forasteiros, a relação com a colônia do Rio Novo e a imigração. Ressalto que o primeiro capítulo apresentará a região de Iconha no século XIX de modo a relacionar os acontecimentos locais com a conjuntura econômica, social e política do Espírito Santo. Dessa forma, estarei mostrando como a região passou de área ocupada por matas à produtora de café em pequenas propriedades, momento em que a firma Duarte e Beiriz chega à região e inicia seus trabalhos.

No terceiro tópico, concentrar-nos-emos no objeto de estudo: a Casa Comercial Duarte e Beiriz e seu proprietário. Apresentarei o coronel Antônio José Duarte em sua trajetória até a chegada em Iconha e como ocorreu à fundação da referida firma. Será destacada a relação do coronel Duarte com seu sócio, o coronel José Gonçalves da Costa Beiriz, enfatizando as relações de parentela. Aprofundar-nos-

emos o processo de imigração apresentado no primeiro capítulo e sua relação com a firma no que se refere à aquisição das terras e de bens na casa comercial pelos imigrantes, sendo esse nosso foco quanto ao processo migratório. Merece salientar a estrutura agrária que se formou no município e que será apresentada ao analisar a relação dos imigrantes com a aquisição das terras.

Ainda no tópico três, demonstraremos o desenvolvimento da casa comercial, no caso seu crescimento econômico e infra-estrutura e o desenvolvimento urbano da vila de Iconha.

Assim, o item três consiste numa descrição da vila de Iconha no período estudado, enfocando a Casa Comercial e como ela ocasionou as transformações na região no que se refere à realidade econômica, social e, principalmente, política, ou seja, a relação comércio e política, baseando-se em pesquisa documental.

No quarto tópico, apresentaremos a cultura política na vila de Iconha e para tanto, apresentaremos as práticas clientelistas e a carreira política do coronel Duarte levantadas em pesquisa, bem como sua relação com o poder estadual. Posteriormente, com as considerações finais, o contexto apresentado será sistematizado com o referencial teórico para que possamos identificar o sistema coronelista analisando como o comércio proporcionou o poder político, realizando a análise à luz das discussões teóricas que nortearam a pesquisa a fim de compreendermos como o comércio foi um sustentáculo de poder político, ressaltando as peculiaridades regionais para ampliarmos as concepções da cultura política brasileira da Primeira República.

Com o resultado, esperamos contribuir com a historiografia sobre o coronelismo e clientelismo a partir do estudo sistematizado, entre a teoria e a pesquisa, da relação comércio e política, em âmbito regional, de forma a ampliar os conhecimentos do cenário nacional considerando as particularidades locais.

2 ICONHA NO SÉCULO XIX

O desenvolvimento econômico, político e social da vila de Iconha iniciam-se no final do século XIX, mais especificamente no início da Primeira República. No entanto, a partir da década de 1810, a região que compreende hoje o município de Iconha, que até então era coberta por Mata Atlântica e habitada por indígenas, começa a sofrer a ação de colonizadores, principalmente portugueses. No decorrer do século XIX, inicia-se o povoamento e o desenvolvimento de Iconha, que, como já mencionado, se concretizará no final do século e início do XX. Sendo o período de 1889 a 1915 o recorte temporal dessa dissertação.

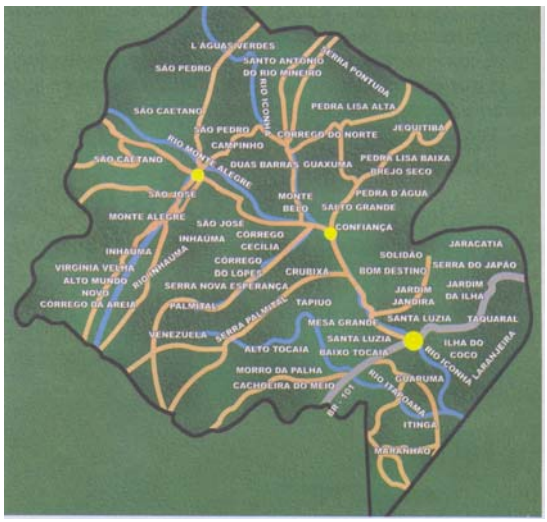
Assim, é necessário analisar o período anterior a 1889 para compreendermos o processo histórico posterior a essa data. Por isso, iniciamos esse capítulo localizando a região em estudo, bem como os aspectos legais que a caracterizam, uma vez que a organização administrativa do município de Iconha passou por várias fases que devem ser esclarecidas para a compreensão do trabalho, apresentando a nomenclatura Iconha e o contexto histórico da região no século XIX.

2.1 ASPECTOS GERAIS DE ICONHA

2.1.1 Localização geográfica

O município de Iconha localiza-se na região sul do Estado do Espírito Santo. Está a 20° 47’ 38’’ de latitude sul e a 40º 48’ 37’’ a oeste do meridiano de Greenwich. Limita-se ao norte com os municípios de Alfredo Chaves e Anchieta; ao sul com os municípios de Rio Novo do Sul e Piúma e a oeste com Rio Novo do Sul. É banhado pelo Rio Iconha, afluente do Rio Novo, que deságua no Oceano Atlântico, em Piúma, e cortado pela BR 101, conforme as Fotografias 1 e 2.

Fotografia 1 - Mapa do Espírito Santo, com o município de Iconha destacado.
Fonte: Caprini et al., 2004.



Fotografia 2 - Mapa de Iconha.
Fonte: Caprini et al., 2004.

Até 1964 os atuais municípios Iconha e Piúma formavam um único município, conforme mapa da época (FOTOGRAFIA 3):

Fotografia 3 - Mapa do Município de Iconha quando Piúma fazia parte desse município.
Fonte: Caprini et al., 2004.

2.1.2 O nome Iconha

A origem do nome Iconha é incerta, uma vez que há várias explicações para o vocábulo. Simão (1991, p.49) em seu trabalho sobre Iconha, intitulado "História de uma colonização", assim define:

> Talvez seja devido à turfa [massa constituída de restos de vegetais que se inflama] existente no vale do Orobó, que se inflama facilmente, pois na língua indígena 'icoon' quer dizer água a arder. Outros dizem que se origina da palavra 'inconho' (conha), ou seja, um morro ligado a outro existente à margem do Rio Iconha. Mas a suposição de que o Padre José de Anchieta, ao avistar o Frade e a Freira [formação rochosa], denominou toda a região de Piúma até lá de 'icono' que no espanhol ou castelhano significa montanhas com aspecto humano, pois o padre Anchieta era espanhol.

Façamos uma análise das hipóteses levantadas por Simão (1991, p. 49), não havendo registro escrito que explique a escolha do nome Iconha para o município, a nomenclatura acabou sendo incorporada pela oralidade, oriunda de alguma característica local. Embora o autor não faça uma descrição minuciosa da origem indígena da palavra, essa suposição de um morro

ligado a outro às margens do Rio Iconha é a mais aceita pela população, pois na linguagem indígena inconho tem o sentido de fruto pegado a outro e teria assim o sentido figurado de coisas ligadas entre si, uma vez que o referido rio forma um vale com montanhas ligadas. Com relação à hipóteses de o nome ter se originado a partir da visita do Padre Anchieta levanta-se alguns questionamentos, afinal ele viveu na região, que atualmente é Anchieta, na segunda metade do século XVI e dificilmente ele teria se deslocado dessa região, onde tinha missão jesuítica, até o Frade e a Freira, limite dos municípios de Rio Novo do Sul e Itapemirim.

Não é nossa intenção definirmos qual é a origem exata do nome Iconha, uma vez que são hipóteses, no entanto, é importante esclarecer que nesse município a escolha da nomenclatura não foi realizada com o intuito de enaltecer uma personagem política ou relacionada com a religião, como ocorreu com municípios vizinhos de Alfredo Chaves e Anchieta, e que desde o início da povoação essa região era conhecida como Iconha.

2.1.3 Organização administrativa

Os atuais municípios de Iconha e Piúma pertenciam a Benevente (hoje denominada Anchieta) até 1891, quando foi criada a vila de Piúma que passou a ser a sede do município de mesmo nome. Seu território englobava as atuais terras de Piúma e Iconha e uma parte do atual município de Rio Novo do Sul, denominada Princesa e conhecida popularmente por Rodeio.

Piúma foi elevada à categoria de vila e, portanto, sede do município. Iconha, então um pequeno povoado, seria o distrito de Piúma. No entanto, em 1904 vai haver uma mudança na sede do município; por meio do Decreto Estadual n. 81, de 18 de novembro de 1904, o distrito de Iconha foi elevado à categoria de vila e, tornou-se a sede do Município de Piúma. A vila de Piúma passou a ser distrito de Iconha, havendo uma inversão administrativa. É importante ressaltar que, até 1924, a sede do município era Iconha, mas os documentos eram assinados

como Município de Piúma. Com a Lei Estadual n. 1914, de 30 de julho de 1924, o município de Piúma passou a denominar-se de Município de Iconha.

Em 11 de novembro de 1938, através da Lei Estadual nº. 9941, a vila de Iconha é elevada à categoria de cidade e Piúma continuava a ser distrito até 1964, quando a Lei Estadual n. 1908, de 24 de dezembro de 1963, instalou, em 04 de março de 1964, o Município de Piúma com sede na referida cidade. Iconha e Piúma passam a ser definitivamente dois municípios, no entanto a história de ambos é interligada.

Analisar a história política desses dois municípios requer uma minuciosa atenção da organização legal no período em estudo, pois, como verificamos, a formação administrativa de Iconha e Piúma é bem peculiar. Assim, no período em que esse trabalho se concentra, de 1889 a 1915, Iconha estava assim organizada politicamente: de 1889 a 1891 era um pequeno povoado que pertencia a Anchieta, de 1891 até 1904 era distrito do Município de Piúma e a partir de 1904 é elevada à vila e torna-se sede do município.

Assim, se faz necessário explicar por que essa pesquisa utiliza o termo vila de Iconha para situar o assunto estudado, pois é somente a partir de 1904 que Iconha se torna vila e a pesquisa inicia-se com o ano de 1889.

Embora Piúma fosse inicialmente a sede do município, os principais líderes políticos residiam em sua maioria no povoado de Iconha, motivo que culminou na transferência do poder e, assim, para entender o cenário político de 1889 a 1915 tem-se que partir do povoado de Iconha.

Temos consciência de que, de 1889 a 1903, Iconha não era uma legalmente uma vila, mas possuía população, relações políticas, econômicas e sociais que a caracterizavam como tal, e já era um distrito. Assim, quando citamos vila de Iconha estamos nos referindo ao centro político e econômico da região, que por conseqüência vai ditar os rumos do espaço que compreende hoje os municípios de Iconha e Piúma.

2.2 INÍCIO DO POVOAMENTO DE ICONHA: 1800-1860

A partir de 1800, a região que compõe hoje Iconha e Piúma vai começar um lento processo de desenvolvimento. Piúma já era um pequeno povoado devido a sua localização litorânea, por ser um porto natural, e também devido à ação jesuítica do passado. Iconha se manteve isolada até essa data por ser interior, dificultando o povoamento.

Seguindo o processo histórico ocorrido no Espírito Santo do século XIX, de ocupação do interior, a região estudada vai ser explorada e povoada, especialmente por imigrantes, e desenvolverá a cultura do café.

2.2.1 O Espírito Santo na primeira metade do século XIX

O objetivo de nosso trabalho não é abordar o Espírito Santo e sim uma das suas regiões geopolíticas em determinada época. No entanto, se faz necessário identificar o contexto histórico da província para estudarmos os aspectos locais, reconhecendo assim que os processos históricos ocorridos em um espaço mais amplo influenciam o regional, e que, portanto, devem ser considerados. Assim, apresentaremos brevemente uma síntese da situação econômica e social da província na primeira metade do século XIX para situarmos o contexto em que está inserida a região de Iconha nesse período.

Nas duas primeiras décadas do século XIX a capitania apresentava baixo desenvolvimento econômico e populacional. A produção agrícola era pequena, limitada a, segundo Pontes (apud ROCHA, 2000, p. 36), “[...] algodão e algum açúcar e milho, com a venda dos quais gêneros [...] suprem as necessidades [da população] do vestuário europeu, sendo-lhes suficiente a farinha de mandioca da Província e o peixe de sua costa para se manterem”.

Ressaltamos que a produção da mandioca em São Mateus, no norte, e do açúcar em Itapemirim, ao sul, trouxeram riquezas para alguns proprietários, destacando o Barão de

Itapemirim, mas não conduziram o Espírito Santo a uma situação de destaque na economia nacional.

Em termos populacionais, a capitania possuía uma pequena população concentrada no litoral, confirmada por Bittencourt (1987, p. 53-54),

> A população não ultrapassava a 24 mil pessoas [início do século XIX], concentradas ainda no litoral, que ocupavam em densidade aproximada de 150 habitantes por légua quadrada. O interior capixaba era um vazio demográfico a que não ousavam ocupar os luso-brasileiros, pelo temor aos indígenas, segundo Saint-Hilaire.
> Além da Vila de Vitória, a capital, outras seis compunham o Espírito Santo: Itapemirim, Benevente, Guarapari, Vila Velha, Viana e Almeida, e a justiça, exercida pelo ouvidor de Vitória, estendida sua jurisdição até Campos de Goitacazes, no atual Estado do Rio de Janeiro.

Na busca de reverter esse quadro, o presidente Antônio Pires da Silva Pontes, que assume o poder em 18 de março de 1800, busca estabelecer comunicação com a capitania de Minas Gerais. Francisco Alberto Rubim, nomeado em 12 de junho 1812, inicia a estrada para Minas Gerais e introduz imigrantes açorianos na região onde hoje é o município de Viana.

Essa política de abertura de estradas para o interior era resultado do fim da proibição de tornar o Espírito Santo um "tampão" com relação às minas, evitando a ação de contrabando do ouro. A proibição de povoar o interior fez com que nossa população se concentrasse no litoral, como apresentado anteriormente, e não possibilitou o desenvolvimento do restante do território até o início do século XIX, o que começa a mudar a partir essa data, como é enfatizado por Bittencourt (1987, p. 68),

> Pela 'Estrada do Rubim' ou pelas picadas abertas em Itapemirim ou Itabapoana já haviam descido os mineiros [começo do século XIX], em busca de homizio nas florestas ou atraídos pela terra virgem; ao norte, às margens do Cricaré, fixaram-se os baianos com seus escravos, em períodos anteriores; e, no sentido inverso, na proporção que as melhores terras do Norte fluminense iam-se tornando domínios particulares dos grandes senhores, foi-se ocupando o sul capixaba, na crista da franja cafeeira.

O quadro econômico e social, de isolamento do interior, se inverterá com a cafeicultura e a imigração que conforme Saletto (1996a, p. 27-28);

> Por essa época [década de 1820] teve início o cultivo do café, que iria permitir a efetiva colonização da Província. Ele aparece no mapa da exportação de 1826 e 1827 na ínfima

> quantidade de 150 arrobas, e temos notícias de que era plantado nos sítios de Vitória. Por volta de 1840, sua cultura assumiu proporções comerciais em torno dessa cidade, e se expandiu pelo litoral, procurando morros e encostas. No sul, penetrou nos vale do Itapemirim e do Itabapoana, este já na fronteira com o Rio de Janeiro. Nessa região o povoamento era feito por fluminenses e mineiros, que penetravam pelo interior, até então dominado pelos indígenas. Muitos eram fazendeiros, que levavam seus escravos e outros haveres, e instalavam fazendas de café. No norte, no baixo São Mateus, o café começou a concorrer com a mandioca, até então a principal produção de suas fazendas. Ainda em meados do século teve início a imigração estrangeira, principal responsável pela ocupação da região serrana do centro, dando origem às colônias de Santa Izabel e Santa Leopoldina, e de Rio Novo, que faz a ligação entre a serra e o litoral, estendendo-se para o sul. Também aí domina o café, cultivado pelos colonos.

Assim, a economia do Espírito Santo vai ganhar impulso na primeira metade do século XIX com a chegada do café e a imigração, conforme apresentado por Saletto (1996a), o que ocasionará o aumento populacional e um desenvolvimento econômico a partir da segunda metade do século.

Após sintetizarmos o cenário capixaba no início do século XIX e apresentarmos os rumos que tomará a partir da segunda metade, analisaremos como a região de Iconha se apresentava no período de 1800 a 1860.

2.2.2 A região de Iconha: 1800-1860

Havia no sul da província somente as vilas de Benevente (antiga Anchieta) e Itapemirim, em 1800 não havia povoado algum onde hoje é Iconha, e em Piúma havia um pequeno grupo

remanescente de antigos aldeamentos jesuíticos. Desse modo, o território que se estende de Benevente a Itapemirim, no sentido sul, pertencia ao município de Benevente, e daí até a divisa com o Rio de Janeiro ao de Itapemirim. No sentido oeste o território não era ocupado, sendo assim pertencia aos mesmos. Iconha e Piúma pertenciam a Benevente até 1891 quando Piúma foi elevada à categoria de vila e sede do município de mesmo nome, englobando o povoado de Iconha.

Analisemos assim, como Iconha e Piúma estavam até 1860, já cientes de sua organização administrativa. Para tanto, são imprescindíveis os relatos dos viajantes sobre a região, uma vez que há raríssimos trabalhos sobre essa época e nenhum sobre a região estudada.

Apresentar uma descrição minuciosa sobre o povoado de Piúma até 1860 é praticamente impossível devido às faltas de fontes.[3] Podemos afirmar, a partir dos registros de viajantes, que a população de Piúma era formada por descendentes de indígenas que viviam da pesca e da agricultura de subsistência, conforme apresentado por Rocha (1971, p. 66-67), descrevendo a viagem realizada por Auguste de Saint-Hilaire ao estado em 1818:

> No dia seguinte, fizeram um percurso menor, pouco menos de três léguas, até a embocadura do rio Piúma, povoada por algumas cabanas de índios civilizados. Saint-Hilaire viu que eram divididas no interior em numerosas peças, construídas com longas varas e folhas de palmeiras, diferenciando-se bem das demais cabanas de adobe.

Esse cenário é novamente apresentado por D. José Caetano da Silva Coutinho, bispo do Rio de Janeiro, quando visitou a capitania do Espírito Santo em 1811-1812:

> Esta freguesia [referindo-se a Benevente] também está na triste situação de ter um único sacerdote, o padre João de Souza Guimarães, encomendando na vacatura da mesma: nenhuma outra capela nem oratória em toda ela; somente os índios moradores do agradável sitio e rio Piúma me pediram licença para edificar uma capela, que logo lhes concedi, como fiz em outras partes, especialmente aos moradores da lagoa de Cima, de Campos (COUTINHO, 2002, p.47-48).

Em 1815, uma comitiva de naturalistas formada por Guilherme Freyreiss, Frederico Sellow e Prinz von Wied-Neuwied fizeram o seguinte relato, segundo Rocha (1971, p. 44),

[3] Não há produção historiográfica sobre a região de Iconha e Piúma na primeira metade do século XIX e as fontes primárias são poucas, desse modo, a pesquisa desse período foi realizada a partir dos relatos de viajantes estrangeiros sobre a região, necessitando assim que sejam realizadas pesquisas específicas desse contexto

> Passaram pela povoação de Piúma ou Ipiúma. Ali encontraram, como raridade daquelas paragens, no trecho mais largo do riacho do mesmo nome, uma ponte de madeira de trezentos passos de comprimento. Do outro lado, receberam-nos os índios, de caras pintadas, e uns marinheiros espanhóis poliglota, que os tomou por ingleses.

Observemos que três relatos sobre Piúma na década de 1810 fazem menção ao indígena e não menciona um desenvolvimento econômico e populacional, o que nos possibilita afirmar que Piúma consistia, nas primeiras décadas do século XIX, em um povoado de pescadores. Podemos levantar a hipótese que havia um pequeno comércio, resultado da extração de madeira e outras matérias-primas da região, mas esse não chegou a trazer mudanças significativas para a população local, consistindo apenas na ação de empresas madeireiras que adquiriam o produto dos moradores a valores insignificantes. Em 1860, já podemos compreender melhor esse cenário, com os escritos Tschudi 2004, p. 95-96), sobre Piúma em sua *Viagem ao Espírito Santo*, em 1860, o que nos possibilita estabelecer uma comparação de Piúma na década de 1810, com o momento em que Tschudi esteve ali, em que relata:

> [...] chegamos depois de duas horas ao rio Piúma, que os cavalos novamente tiveram de atravessar nadando, enquanto seguíamos de canoas com a carga. Antigamente havia ali uma ponte. O rio citado está entre os rios que tem a chamada água escura. O vilarejo de Piúma fica a margem esquerda e também era antigamente uma aldeia indígena (da tribo dos Puris). Recentemente também outras famílias se instalaram ali e o local tem agora algumas moradias bastante grandes e boas. Exporta um pouco de café, farinha e algodão das fazendas da redondeza, mas preferencialmente fornece ao Rio de Janeiro uma excelente madeira de construção.

Verificamos que os relatos da década de 1810 fazem menção a uma população formada basicamente por índios e seus descendentes, com moradias simples, não havendo referência à produção econômica. Já em 1860, Tschudi (2004) demonstra que já havia uma população que ia além dos descendentes indígenas, pois da forma como afirma, as outras famílias seriam imigrantes, o que de fato ocorreu, segundo Simão (1991, p. 44 et seq.), ao relatar que nas décadas de 1850 e 1860 chegaram em Piúma famílias inglesas e portuguesas, que trataremos mais tarde.

Atemos-nos até agora à faixa litorânea, observaremos o interior, ou seja, Iconha, no período de 1800 a 1860. Piúma está na foz do Rio Iconha e somente na década de 1810 temos registro de tentativa de colonização na parte alta do rio. Até então essa era uma região desconhecida. Simão (1991, p. 19), faz uma menção sobre a ocupação da região em torno do ano 1800. “O primeiro a percorrer a região central e

montanhosa de Iconha, foi o imigrante alemão Sr. Henrique Francisco Christiano Bourguignon, vindo de Frankfurt, Alemanha. No entanto, o autor não cita a fonte em que obteve tal informação e não há outro registro do assunto".

O que se sabe de concreto é que a partir de 1818 houve concessões de terras onde hoje é o município de Iconha, próximas a Piúma e ao rio Iconha. No entanto, um fato apresentado por Rocha (1971, p. 68), é importante para termos um panorama da região:

> Desde quando se estabeleceu um destacamento de pedestre nas margens do rio Iconha, os agricultores foram chegando, mais confiantes. A providência seria recente, a julgar-se do oficio de Francisco Antonio da Fonseca, endereçado, a 26 de fevereiro de 1817, ao Governador Rubim. Contava que os ' bárbaros gentios' não perdiam ocasião de atacar, matando, destruindo, roubando. '[...] no dia que dei parte a V. Sª. das mortes e malfeitorias do inimigo, convoquei os moradores sujeitos ao gentio, os quais contribuíram com todo o gosto e prontidão, para as despesas de uma entrada e gastaram-se nela 18.880 rs. E porque os da entrada topassem o gentio o qual sem temor a tiros atacaram a nossa bandeira e durou o ataque desde a madrugada até 10 horas do dia [...]' – Assim, pormemoriza o oficio. Diz que a entrada teria tomado a iniciativa do ataque, surpreendendo os bárbaros ao alvorecer, nas suas choupanas: '[...] e por fortuna, sucedia que alguns sessenta homens ficaram desarmados nos diferentes ranchos, pois sem acordo correram sem arcos.' Refeitos da surpresa, organizaram-se na defesa e já escasseava a pólvora dos atacantes, 'caboclos da Vila Nova', quando o seu comandante, soldado miliciano José Pinto, protegido pelo gibão, se embarafustou entre os índios e, a tiros e cutiladas, os fez fugir, deixando seis mortos, aos quais foram cortadas às orelhas, enquanto a bandeira teve a baixa de cinco feridos, dois gravemente flechados no peito. E eis os troféus: 'Tomamos muita roupa, como saias, facões, muitas facas que entre os do ataque se repartiram, e fizeram uma fogueira onde lançaram sessenta e tantos arcos e muitas dúzias de flechas'.

A região do conflito, pela descrição, ocorreu em terras do atual município de Iconha e verificamos que até 1817 a região não era habitada por brancos e sim por indígenas, o que nos permite afirmar que o litoral, Piúma, já tinha ocupação e o interior, Iconha, ainda estava coberto por florestas e ocupado pelos índios. Esse cenário é um exemplo do que ocorria em quase todo a capitania.

A presença dos pedestres, ou seja, soldados, era uma forma de garantir a ocupação do interior, projeto do governo para o Espírito Santo, como ocorria naquela época com a abertura de estradas e construções de quartéis.

Essa intenção de povoar o que hoje conhecemos como Iconha ganha argumento quando verificamos as seguintes informações apresentadas por Simão (1991, p. 19-21),

> As primeiras concessões de terra foram feitas no Reinado de D. João VI, em 1818, e a seguir, outras foram feitas a Midosi e à firma inglesa Rodacanack e cia, com sede em Londres, Inglaterra, para exploração de madeiras, pois era propietária de uma serraria em Piúma e Monte Belo.
> Francisco Xavier Pinto Saraiva – meia légua em quadra de terras devolutas na margem sul do rio Iconha, principiando no lugar chamado Tapuã seguindo sua testada no rumo de noroeste e fundos a sudoeste; por carta de 07 de agosto de 1818.
> Padre Felipe Gonçalves de Oliveira Santos Braga – meia légua em quadra de terras devolutas no termo Benevente, principiando no porto chamado Iconha, fazendo testada pelo rio acima a rumo de noroeste com fundos para nordeste; por carta de 22 de setembro de 1818.
> Dona Ana Maria dos Santos Pinto Saraiva – meia légua em quadra de terras na margem do rio Iconha, principiando testada na Barra do Jaracatiá a rumo de noroeste com fundos a nordeste por carta de 23 de janeiro de 1819.

Simão (1991), ressalta ainda que o padre Felipe vai doar as terras a quatro famílias de índios. O conflito com os indígenas ocorre em 1817 e já há população na região. No entanto, essas pessoas viviam nas proximidades de Iconha, já que o texto diz que foram convocados aqueles que estavam sujeitos ao ataque, ou seja, que moravam na fronteira entre a parte colonizada e aquela habitada pelos índios que deveriam ser empurrados, e após esse confronto houve a concessão de terras, conforme apresentado. Parece-nos, a partir da sistematização das informações, que esse conflito foi à forma de empurrar os indígenas e abrir espaço para o povoamento.

Desse modo, temos um panorama da região compreendida por Iconha e Piúma de 1800 a 1860. O litoral, Piúma, ocupado por descendentes de indígenas na forma de aldeia de pescadores e que servia de porto para o embarque de madeiras. O interior, Iconha, começava a ser ocupado na parte mais baixa do rio, pois até então era território de indígenas.

Esse cenário vai mudar a partir de 1860, pois, entre 1850 e 1860, Thomaz Dutton Junior, um inglês, adquire terras em Piúma e no alto Rio Iconha e, a partir do final da década de 1870, começam a chegar os imigrantes, principalmente italianos, desenvolvendo a agricultura, especialmente o café, e o comércio, pelos portugueses, efetivando assim o povoamento, o que apresentaremos posteriormente.

2.3 O DESENVOLVIMENTO DO POVOAMENTO DA REGIÃO DE ICONHA (1860-1900)

2.3.1 A província na segunda metade do século XIX

Na segunda metade do século XIX o Espírito Santo passou por transformações econômicas e sociais decorrentes, principalmente, da cultura do café, que embora tenha chegado à província na primeira metade do século, se firma como grande produto de nossa economia a partir de 1850 e a imigração estrangeira, que promove o povoamento e ampliando as áreas cultivadas.

No centro da província, capital e periferia, o café que já era cultivado desde a segunda década do século se expande em direção a outras áreas, como as de colonização estrangeira. No sul, nos vales do rio Itapemirim e Itabapoana, o café tornou-se um atrativo para os imigrantes fluminenses e mineiros, ocupando as áreas de mata virgem na região desses rios através das plantações. Somado ao café a imigração estrangeira tem um papel importantíssimo no cenário capixaba da segunda metade do século XIX.

A imigração estrangeira no Espírito Santo e a economia cafeeira são assuntos intimamente ligados. Isso porque o café trouxe o desenvolvimento econômico e a imigração contribuiu para o povoamento da Província.

No entanto, até 1850 a Província não apresentava quadro de desenvolvimento econômico e populacional. A ocupação ainda estava limitada ao litoral e não havia um produto de destaque na economia nacional, pois a produção era essencialmente a cana-de-açúcar e a mandioca.

Esse cenário começa a mudar a partir de 1840, pois,

> [...] ao sul da Província, o produto [café] começou a ser cultivado, na década de 40, em terras virgens, cuja ocupação se liga estreitamente ao surto cafeeiro. Trata-se de parte da região banhada pelo rio Itapemirim e toda aquela banhada pelo rio Itabapoana, e que se constituirá no reduto da grande lavoura do café do Espírito Santo. Trata-se de uma pequena zona em relação ao todo da Província, não chegando, por isso mesmo a ser suficiente para imprimir ao território espírito-santense – dominado em seu conjunto pela pequena propriedade, o mesmo dinamismo que a lavoura de café conferiu ao Rio de Janeiro e São Paulo (ROCHA, 2000, p. 53).

No entanto, ressaltamos que, segundo Saletto (1996a, p. 28) o café já aparecia no mapa das exportações de 1826 e 1827 na quantidade de 150 arrobas e que já era plantado na região de Vitória.

> O cultivo do café começou na zona de ocupação antiga, nos arredores de Vitória, e a expansão se fez, principalmente, pelo deslocamento de recursos até então aplicados no açúcar, no algodão e em culturas de subsistência. Excetuando a parte serrana, a região de Vitória não foi uma zona pioneira, de desbravamento e migração.

Como havia muitas terras desocupadas, cobertas pela Mata Atlântica, o Governo Imperial promoveu uma política de imigração no Espírito Santo com o objetivo de povoar, através da criação de colônias, e não direcionar os imigrantes para as fazendas, até fins da década de 1880, pois, segundo Rocha (2000, p. 55),

> Essa atitude de passividade da grande lavoura cafeeira da Província face aos núcleos coloniais de pequenos proprietários só pode ser explicada pelo fato de estar ela suficientemente abastecida de mão-de-obra escrava. Já se demonstrou, aliás, que à medida que a cultura cafeeira se intensifica no sul da Província, o contingente de escravos passa a se concentrar primordialmente nessa região.

Assim, o governo imperial cria três colônias: Santa Isabel em 1847, Santa Leopoldina em 1857 e Castelo em 1880. Em 1855 é criada a colônia de Rio Novo, de caráter privado, que foi encampada pelo governo imperial em 1861.

Rocha (2000), designa esse momento de criação das colônias (1847- 1881) como 1ª fase da imigração por que, como foi dito anteriormente, não havia no Espírito Santo, ação de grandes proprietários de terras para direcionar imigrantes para suas fazendas ou serem contra a formação de núcleos, surgindo assim, as colônias mencionadas anteriormente.

A segunda fase (1882-1887) é marcada pelo baixo número de imigrantes que entraram na Província. Esse fato é decorrente da mudança da política de imigração do Governo Imperial que em 1879 suspendeu os benefícios assegurados pelo Decreto n. 3.784, de 19 de janeiro de 1967, o que resultou na queda do número de imigrantes no estado, pois, a partir do decreto as autoridades imperiais passaram a legislar de forma a conduzir os imigrantes para as grandes fazendas, especialmente São Paulo, em detrimento do Espírito Santo. A política de imigração não focava

mais a imigração para a pequena propriedade e criação de núcleos coloniais e sim para as grandes fazendas.

No período de 1888 a 1896, denominado por Rocha (2000, p. 111), de 3ª fase, chega ao estado o maior número de imigrantes, e não somente para terras desocupadas, mas também para fazendas, pois,

> [...] a grande lavoura, que por muito tempo conviveu de maneira harmoniosa com os núcleos colônias - como já demonstramos anteriormente – muda de atitude a partir do momento em que se vê premida pela nova realidade que tinha diante de si: a crise da mão-de-obra; e os editoriais e comentários de 'O Cachoeirano' nada mais são do que o reflexo da nova posição por ela assumida face ao problema.

Temos que nos ater ao fato que a 3ª fase ocorre após a abolição da escravatura, por isso a pressão dos fazendeiros para receberem imigrantes em suas fazendas. Para tanto, o Governo Estadual, toma, nessa fase, a iniciativa de trazer imigrantes para o estado. Eles eram conduzidos para fazendas, e novos núcleos criados.

Assim, a imigração tem a finalidade, além do povoamento, de substituir a mão-de-obra escrava. Foram criados núcleos próximos às fazendas como estratégia de mão-de-obra, uma vez que o imigrante sem muitos recursos buscaria trabalhar em suas terras e nas fazendas para receber um dinheiro extra.

Assim, surgiram os núcleos Costa Pereira, na região de Cachoeiro de Itapemirim e Santa Leocádia na região de São Mateus. Antônio Prado, Accioly Vasconcelos, Moniz Freire, Demétrio Ribeiro e Afonso Cláudio na região central e em direção ao norte. Rocha (2000, p. 115), salienta que com exceção dos núcleos localizados em Cachoeiro e São Mateus, os demais continuaram com a política de imigração para a formação de pequena propriedade.

Após essa breve síntese do cenário capixaba a partir de 1850, no qual nos concentramos no aspecto econômico e social, enfocamos agora a região de Iconha nesse contexto. No entanto, para compreendermos o desenvolvimento de Iconha temos que analisar o desenvolvimento da Colônia de Rio Novo que foi a responsável pelo povoamento da região compreendida entre os Rio Novo e Benevente, e por

Iconha estar entre essas bacias hidrográficas, se faz necessário nos atermos a essa colônia. Conforme apresentamos, ela surge no mesmo contexto e em data próxima às colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina, no entanto, é criada com capital privado.

2.3.2 A região de Iconha: 1860 – 1900

Para compreendermos o processo de povoamento dos municípios de Rio Novo do Sul, Alfredo Chaves, Piúma e Iconha, sendo os dois últimos nosso objeto de estudo, temos que analisar, mesmo que brevemente, a Colônia do Rio Novo e seus territórios, pois eles contribuíram para o povoamento da região de Iconha, através da imigração estrangeira, e por que parte do município de Iconha estava englobado em terras da colônia.

Assim, ela dinamizou a região em estudo. Outro fato que deve ser analisado quando se estuda o período de 1860 a 1900 é a chegada de Thomaz Dutton Junior, que foi o primeiro a promover o povoamento do interior de Iconha.

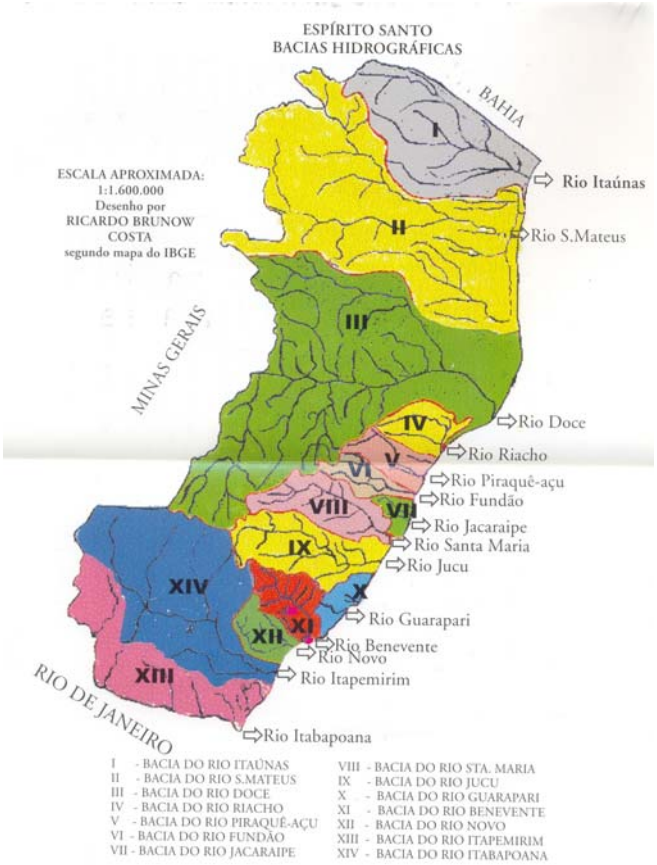
Paralelamente à extensão da Colônia do Rio Novo em direção ao Rio Benevente e à chegada de Dutton, a região hoje compreendida por Iconha recebeu forasteiros que desenvolveram agricultura de subsistência e a chegada de portugueses que criaram comércio. Desse modo, iniciamos pela Colônia do Rio Novo para depois apresentarmos a chegada do imigrante inglês, Dutton, que contribuiu para o povoamento de Iconha.

2.3.2.1 A colônia do Rio Novo

O Rio Novo nasce no interior do município de Rio Novo do Sul e tem como afluentes principais: o rio Pau D´Alho, que corta a sede do município de Rio Novo do Sul, o rio Itapoama e o Rio Iconha, sendo esse último importante afluente que corta o município de mesmo nome. Recebe ainda água de córregos do município de Itapemirim e Vargem Alta, formando assim, a bacia do Rio Novo, o qual deságua em Piúma. Desse modo, esse rio, com o afluente Iconha, realiza a ligação entre Iconha, Rio Novo do Sul e o porto de Piúma, importante via de transporte na época da imigração onde eram escassas as vias terrestres.

O Rio Benevente nasce na localidade de Urânia, município de Alfredo Chaves, percorre esse município e deságua em Anchieta, antiga Benevente. Esse rio foi muito importante na imigração, pois, através dele, os imigrantes puderam chegar onde hoje é a sede do município de Alfredo Chaves e continuar a pé a entrada, chegando inclusive a Castelo e Venda Nova do Imigrante.

Assim, quando citamos o termo região do Rio Novo estamos nos referindo aos municípios de Rio Novo do Sul, Iconha e Piúma. Quando nos referimos ao rio Benevente compreende-se os municípios de Alfredo Chaves e Anchieta. Na Fotografia 4, podemos identificar a Bacia do Rio Novo (n. XII) e a Bacia do Rio Benevente (n. XI).



Fotografia 4 - Mapa das bacias hidrográficas do Espírito Santo.
Fonte: Costa, 2001.

Como foi dito, essa divisão administrativa corresponde à atualidade, que usaremos como referência para localizar o espaço em estudo. No entanto, quando foi fundada a colônia de Rio Novo, a região que hoje vai de Anchieta a Itapemirim, no sentido sul, pertencia a Benevente, hoje Anchieta, e até a divisa com o Rio de Janeiro era o município de Itapemirim. No sentido oeste o território não era habitado, sendo assim pertencia aos mesmos. O major Caetano comprou 20 léguas de terras que na época pertenciam aos municípios de Benevente e Itapemirim, esse espaço compreende hoje a porção que vai da sede do município de Rio Novo do Sul até as margens do Rio Itapemirim. Mais tarde, quando já encampada pelo governo Imperial, a colônia se estende para o norte até alcançar terras de Guarapari, ou seja, compunha-se das terras banhadas pelo Rio Novo e pelo Benevente.

Esse espaço geográfico, que vai das margens do Rio Itapemirim até Guarapari, banhado pelos rios Novo e Benevente, será a região de estudo, verificando o processo de imigração a partir da colônia de Rio Novo como desencadeador de povoamento, enfatizando que não podemos conceber as correntes imigratórias no

vale do Benevente e do Rio Novo como fatos isolados e sem ligação, pois, as correntes nessa região foram intensas e entrelaçadas, merecendo, assim, um estudo em conjunto.

Em 1855 é fundada pelo major Caetano Dias da Silva a Colônia do Rio Novo, de capital privado. O major era ex-traficante de escravos, empresário no Rio de Janeiro e proprietário de terras em Itapemirim, destacando-se a fazenda do Limão, em torno da qual surgiu a colônia, na confluência do Rio Novo com o Rio Pau d'Alho.

Essa colônia se diferenciava das demais pelo seu caráter comercial, desse modo, não tinha o mesmo objetivo que as colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina de povoar. O povoamento seria uma conseqüência do objetivo principal dos proprietários: o lucro. Esse contexto é apresentado por Costa (1981, p. 28),

> A colônia do Rio Novo, fundada por uma associação de capital particular, e que, portanto visava lucros, assume, diante da crença generalizada de que as colônias desenvolvidas na Província eram colônias de povoamento, um novo caráter, desconhecido no próprio Estado.

Assim, imigrantes de várias nacionalidades se instalam na colônia, conforme Quadro 1:

NACIONALIDADE	Habitantes
Brasileira	191
Portuguesa	216
Inglesa	6
Africana	61
Asiática	65
Francesa	28
Alemã	24
Belga	114
Suíça	93
Espanhola	2
Holandesa	54
Luxemburguesa	1
TOTAL	**855**

Quadro1 - Mapa estatístico da colônia do Rio Novo: 1854-1862.
Fonte: Costa, 1981, p. 31.

A forma de ocupar a terra é assim descrita por Costa (1981, p. 39),

> Os colonos que ocupavam os lotes rurais eram proprietários foreiros por contrato de foro perpetuo, onde se regulavam as condições de domínio útil e direto. Os que se encontravam sob o regime de parceria produziam cana na fazenda do Limão e nesta categoria eram os chineses que tinham melhor desempenho. Segundo o engenheiro Adalberto Jahn, estes chineses, quando se dedicavam integralmente ao trabalho nos seus lotes, pouco ou nada produziam, dadas as condições extremamente precárias que se encontraram – em lotes cobertos de matas ou que eram verdadeiros pântanos, com péssimos caminhos ligando um lote a outro Toda esta dificuldade impedia que a produção desses resultados que permitissem certo lucro para os imigrantes saldarem suas dívidas contraídas com a Associação.

A produção consistia no cultivo do arroz, feijão, milho, mandioca e outros produtos para a subsistência e o café para obter lucro, além da criação de animais. É interessante ressaltar que a colônia não proporcionava boas condições de trabalho e vida para a população. Os lotes encontravam-se, em sua maioria, dentro de matas, outros eram localizados em regiões pantanosas, com caminhos mal conservados e falta de estradas e pontes para facilitar o escoamento da produção. Sem falar nas moléstias, que dizimavam a população, e na falta de serviços médico, religioso e educacional. Podemos analisar o cotidiano da colônia através do relato de Tschudi (2004, p. 111-112):

> Não pude visitar os assentamentos dos colonos belgas e holandeses, já que não existe sequer um caminho que nos leve até eles a cavalo. Ao retornar para a fazenda Pau d'alho encontrei ali um grande número destes colonos esperando-me para contar suas reclamações e desejos. As queixas eram quase sempre as mesmas que as dos outros colonos e dirigiam-se, sobretudo contra Caetano Dias e seu filho inescrupuloso. Suas maiores queixas estavam relacionadas à brutalidade e à violência deste ultimo, ao abastecimento irregular e deficiente e ao estado deteriorado dos gêneros alimentícios prometidos no contrato, a falta de um a igreja, de escola e de tratamento médico decente. Todos elogiaram a fertilidade do solo e confessaram que tinham muita esperança no futuro, caso a colônia passasse a ser propriedade do governo. Eram 176 pessoas saudáveis ao chegarem, porém mais da metade havia morrido.

A última frase, referindo-se aos mortos, é uma informação preciosa para entendermos a situação desses colonos, e a falta de estrutura, como igreja e escolas, mostra a falta de capitais para conduzir a colônia.

Assim, em 1861 a colônia do Rio Novo foi encampada pelo Governo Imperial, em vistas ao fracasso da Associação na administração do empreendimento. No entanto, com a gerência do Império a situação de pobreza dos colonos não mudou muito. Embora o governo tenha realizado obras públicas, como derrubada de matas, e pagado salário aos colonos, ainda era

comum que saíssem da colônia em busca de emprego conforme apresentado por Costa (1981, p. 52):

> Os graves problemas que se abatiam sobre a população podem ser avaliados através do relatório de 21/01/1863, em que o diretor da colônia relatava que, quase diariamente, apareciam na casa da administração colonos pedindo licença para saírem do distrito da colônia á procura de trabalho assalariado, por que não podiam sustentar suas famílias com o produto de seus lotes.Além de passarem fome e miséria, ainda tinham que arcar com o rígido controle da administração, que entendia que estes pedidos de saída podiam significar um modo fácil dos colonos livrarem-se de suas dividas e mais obrigações que talvez tivessem com o Governo.

A verdade era que a colônia contava com poucos recursos do governo e tinha baixa arrecadação dos colonos e se fazia necessária uma melhoria na infra-estrutura para aumentar a produção.

De 1855, quando fundada, até 1875, já nas mãos do governo, a colônia do Rio Novo apresentava-se, segundo Costa (1981, p. 53) com uma superfície de seis léguas de circunferência ou 11.400.000.000 braças de N.S.L.O.

No entanto, a colônia vai ampliar seu território a partir de 1875 para receber imigrantes italianos. Serão demarcados mais 04 territórios no sentido norte, em direção ao Rio Benevente. A sede da colônia era no primeiro território, Rio Novo.

No ano de 1874 dois relatórios demonstram o interesse do governo imperial em utilizar a colônia do Rio Novo para desenvolver o povoamento da região e brevemente emancipá-la. No relatório emitido pelo Conselheiro Thomaz José Pinto Serqueira, designado para inspecionar a colônia, além de detalhar as condições da colônia, ele relata:

> E agora que dito qual é o estado em que se acha a colônia, respondendo a pergunta de V. Ex^{a}., se está habilitada para ser emancipada, cumpre-me dizer que sim. [E continua:] Mas se a colônia do Rio Novo pode ser emancipada, nem por isso julgo que convenha sê-lo: pelo contrário, é meu parecer que aquela colônia pode e deve servir de base a um vasto estabelecimento colonial naquelas paragens. [E conclui:] A colônia do Rio Novo tem um segundo território, que me constou estar medido, que tais registros não constam em seu arquivo, deve ser aproveitado. Povoado o Segundo Território, então nada obstará a que o primeiro seja emancipado.

Assim verificamos que o conselheiro conclui que a colônia de Rio Novo tem condições de emancipar-se, o que atende aos interesses do governo, mas antes que o fosse deveria servir para ampliar a ocupação na região.

É interessante relacionar esse relatório com outro apresentado pelo diretor da colônia, Joaquim Adolpho Pinto Pacca, no mesmo ano, ao também Ministro da Agricultura, que solicitou o número de lotes para a introdução de imigrantes na colônia. No entanto, Pacca (1974), escreve que seria desvantajoso para o governo conduzir os imigrantes para o Segundo Território, pois, próximo à sede da colônia existiam fazendas decadentes que, se adquiridas pelo Império, seria mais vantajoso, conforme segue:

> [...] as terras do segundo território, completamente em matas virgens, sem caminhos, estradas, pontes, pontilhões e apenas com 50 prazos medidos, sem a casa para receber imigrantes [...], peço licença para expender a V. Exª. o que me parece mais convir no estabelecimento de imigrantes, nas imediações da colônia do Rio Novo. [...] nas regiões circunvizinhas encontram-se 04 fazendas abandonadas por falta de braços, já com grande valor real pela suas grandes lavouras [...].

Pacca (1974), além do relato, faz um quadro comparando as despesas na instalação de imigrantes no 2º Território e nas fazendas, deixando evidente o interesse que ele tinha em concentrar os imigrantes italianos próximos à sede da colônia.

Os dois documentos são importantíssimos para compreendermos os interesses no povoamento da região e principalmente, como isso ocorreria, tanto da parte do Império como do diretor Pinto Pacca, e que merece um estudo mais aprofundado para verificar essa política pública. No momento, observamos que o Governo Imperial tinha interesse em povoar áreas ainda cobertas por floresta, uma vez que preferiu expandir-se em direção ao Rio Benevente do que utilizar as fazendas próximas à colônia de Rio Novo e da Vila de Itapemirim.

Geograficamente, o 2º, 4º e 5º receberiam, principalmente, os imigrantes a partir do porto de Benevente e pelo rio de mesmo nome, além do porto de Piúma. A colônia de Rio Novo ganha novas dimensões, porém, através da bacia do Rio Benevente.

A partir de 1875 a região do Rio Benevente começou a receber imigrantes. É importante ressaltar que nessa época havia, no litoral, as vilas de Benevente (Anchieta), na foz do rio de mesmo nome e porto, a vila de Piúma, com presença de ingleses e portugueses, e Itapemirim. No sentido oeste havia a Colônia do Rio Novo, a povoação de Iconha, com porto fluvial, e as terras cobertas pela floresta que formavam o 2º, 3º, 4º e 5º Território da Colônia de Rio Novo. Essa é a descrição do espaço geográfico que compõe as bacias do Rio Novo e Benevente, em 1875.

A colônia do Rio Novo, por meio de seus territórios, foi a que recebeu mais imigrantes italianos no Espírito Santo. Desembarcavam, principalmente, no porto de Benevente e eram conduzidos aos lotes designados pelo governo, recebendo grande número de imigrantes o 4º Território, localizado no alto Benevente.

Esse processo de imigração para os novos territórios da colônia do Rio Novo é ocorre,

> Na década de 70, quando aumentaram as entradas de imigrantes no Espírito Santo, a colônia de rio Novo se expandiu territorialmente. Ao núcleo inicial (1º território) foram acrescentados mais quatro. O 2º território, situado ás margens do Rio Benevente, recebeu seus primeiros povoadores - 230 tiroleses - em 1875. O 3º território, que ocupava terras do município de Itapemirim e Benevente, recebeu a primeira leva de imigrantes, composta de 773 italianos, em 10 de março de 1878; pouco depois chegaram 264 cearenses. O 4º território, também situado em Benevente, começou a ser povoado em 30 de julho de 1875, por imigrantes austríacos. Finalmente o 5º território, situado em terras pertencentes ao município de Benevente e Guarapari, foi fundado em novembro de 1876, data em que recebeu os primeiros imigrantes (ROCHA, 2000, p. 78).

Para compreendermos como a população da colônia de Rio Novo aumentou com a criação de novos territórios e a chegada dos imigrantes, segue no Quadro 2 o demonstrativo:

Ano	Habitantes
1871	958
1873	2.000
1875	2.062
1877	3.092
1879	5.000

Quadro 2 - Evolução da população do Rio Novo - 1871-1879
Fonte: Costa, 1981, p. 92.

Costa (1981, p. 91) apresenta ainda, conforme o Quadro 3, a discriminação, por nacionalidade, no ano de 1877, da população, que estava estabelecida no 2º e 4º Território.

Nacionalidade	Imigrantes
Brasileiros	280
Austríacos	250
Italianos	300
Alemães	9
Franceses	12
Total	**851**

Quadro 3 – Nacionalidade da população do 2° e 4° território da Colônia do Rio Novo

As famílias que chegavam não encontravam condições ideais de estabelecer-se nos territórios, o que não é novidade ao estudar a imigração estrangeira: as promessas não cumpridas. A começar pela distribuição das terras.

Os imigrantes reclamavam que os lotes ficavam confinados no meio da mata e de difícil acesso aos recursos e ao transporte da produção. Ressalta-se que não recebiam moradias e nos primeiros dias ficavam alojados em barracões e a mercê dos perigos das matas. Reclamavam da falta de auxílio até que começassem a

produzir, em muitos casos as famílias passavam fome. Os caminhos abertos eram insuficientes e de péssima qualidade, sem falar na falta de pontes.

As dificuldades que os imigrantes passaram, não somente os da colônia de Rio Novo, são apresentadas por Lazzaro (1992, p.247), conforme relato de uma imigrante, da região do 4º Território, afirmando que “Minha mãe dizia que lá em Matilde passaram muita fome. Ela, coitada, tinha muito filho. Ela dizia que às vezes falava: ‘Ó meu Deus, se Deus me apanhasse pelo menos um...’ que eu não tenho nem de come pra dá!”.

Além de todas as dificuldades, as terras da colônia do Rio Novo apresentavam uma fertilidade muito irregular, o que prejudicava ainda mais muito dos imigrantes, conforme apresentado por Saletto (1996a, p. 145),

> Essas dificuldades [apresentadas anteriormente] não eram exclusivas dos recém-chegados, mas se repetiam, em grande parte, a cada imigração interna, da nova geração que partia para a fronteira agrícola ou dos que haviam sido localizados em terrenos de muito má qualidade. Venda Nova, por exemplo, foi formada por imigrantes provenientes de Alfredo Chave, onde haviam recebido terras inférteis, e repetiam a dura experiência de iniciar uma nova colônia.

Essa situação mostra, além das condições de vida dos imigrantes, como as migrações internas, a partir dos núcleos oficiais, foram importantes no processo de povoamento do território capixaba.

Essas migrações são resultados de procura de melhores terras, procura de terras para as novas gerações, como na expansão ao norte do Rio Doce, ou então, a busca por trabalho em fazendas, principalmente após 1888. Os territórios da colônia de Rio Novo, especialmente o 4º território contribuíram na formação de Castelo e Venda Nova do Imigrante.

A região do 2º e 4º território, Alfredo Chaves, cresceu em termos populacionais e ganhou certa autonomia em relação à colônia de Rio Novo. Segundo Derenzi (1974, p. 85): “Alfredo Chaves fez parte da Colônia de Rio Novo como cessão [departamento]”.

Nessa região de imigração, de colônias, formou-se a pequena propriedade que produzia gêneros alimentícios necessários à sobrevivência e o café para vender e obter lucro. Nesse contexto, surgiu na região um pequeno comércio que vendia aos imigrantes a mercadoria que não produziam, como sal e querosene, e em muitos casos comprava deles a produção de café e revendia para as grandes casas comerciais, conforme Saletto (1996a, p. 42):

> O pequeno produtor ligava-se ao mercado mundial através da ‘ venda’, que comprava seu café e o abastecia dos artigos que não produzia. A venda estabelecia uma relação permanente com seus ‘fregueses’, que tinham contas correntes, nas quais eram registradas as mercadorias que eles retiravam ao longo do ano e que seriam pagas com o café que entregariam na época da colheita.

Nesse contexto, temos, na colônia do Rio Novo, na região do 2º território, a presença da firma Duarte e Beiriz que adquiriu terras de fazendeiros falidos, como Thomas Dutton Júnior, e imigrantes endividados e que vendia lotes a prazo para imigrantes pagarem com o café, além disso, adquiriam bens na casa comercial, mantendo-se ‘presos’ a ela.

> Esta empresa vendia objetos para os italianos como enxadas, tecidos, alimentos, arame e outras coisas e eles se comprometiam a pagar quando colhessem o café. Quando acabava a colheita, traziam o café do interior até Iconha, em tropas. Chegando á Casa Comercial eles entregavam o café para descontar em suas dividas, sobrava pouco para receber, isso quando sobrava“ (CAPRINI, 2004, p. 43).

A partir de 1880 a colônia de Rio Novo se emancipa. Assim, seus territórios vão formar os municípios de Rio Novo do Sul e Alfredo Chaves e integrar Benevente (Anchieta).

Em 1891, Piúma emancipa-se de Benevente e as terras que correspondiam ao 3º território, juntamente com as terras nas proximidades da vila de Piúma formam esse município, incluindo a vila de Iconha.

No entanto, paralelo ao desenvolvimento da colônia do Rio Novo, chega em Piúma o inglês Thomaz Dutton Junior que vai ter papel importante no desenvolvimento da região.

2.3.2.2 Thomaz Dutton Junior e o desbravamento do interior de Iconha

Na década de 1860 se estabelece em Piúma o inglês Thomas Dutton Junior que trouxe significativas contribuições para a região de Iconha e Piúma. Dutton era engenheiro e antes de vir para o Espírito Santo construiu uma ponte, na cidade de Campos dos Goytacazes, sobre o rio Paraíba do Sul.

Instalando-se em Piúma encontrou um vilarejo habitado por descendentes de indígenas remanescentes das missões jesuíticas, que viviam em casas muito simples tendo a pesca como principal meio de subsistência. No entanto, a partir de 1850 já havia, segundo Tschudi (2004, p.95) outras famílias [além dos descendentes dos indígenas] que se instalaram ali e o local tem agora algumas moradias bastante grandes e boas.

Essas famílias que Tschudi (2004), se refere são pessoas que desenvolvem, principalmente, a extração de madeira, como a firma Rodacanack & Cia, que extraía madeira no alto rio Iconha e a enviava para o Rio de Janeiro pelo porto de Piúma e de lá seguia para a Inglaterra. Além, é claro, de outras atividades que ganhavam força, como a pequena agricultura, e comerciantes para dar suporte à população, como o português José Gonçalves da Costa Beiriz que monta um pequeno comércio na década de 1860 se estabelecendo em Piúma.

Voltando ao Dutton, ele se instala em Piúma seduzido pelas possibilidades que as matas virgens poderiam proporcionar na exportação de madeiras e também porque via naquela região, praticamente desabitada, uma oportunidade de tornar-se um grande empreendedor e senhor da região.

Construiu sua residência em Piúma e ali contribuiu para o desenvolvimento da vila através da instalação da iluminação a gás nas ruas existentes, construção de escola e de trapiche, este na foz do rio Iconha, em Piúma. Trouxe de sua terra natal famílias inglesas que se instalaram na região que hoje conhecemos por Iconha e Piúma (FOTOGRAFIA 5).

Fotografia 5 - Trapiche em Piúma em 1869.
Fonte: Castro, 2003.

Dutton não se limitou ao litoral, adquiriu terras na região do alto Rio Iconha, para extração de madeira e produção agrícola, e Piúma seria o porto para exportar, através de seu trapiche, a mercadoria. Segundo Castro (2003, p. 42),

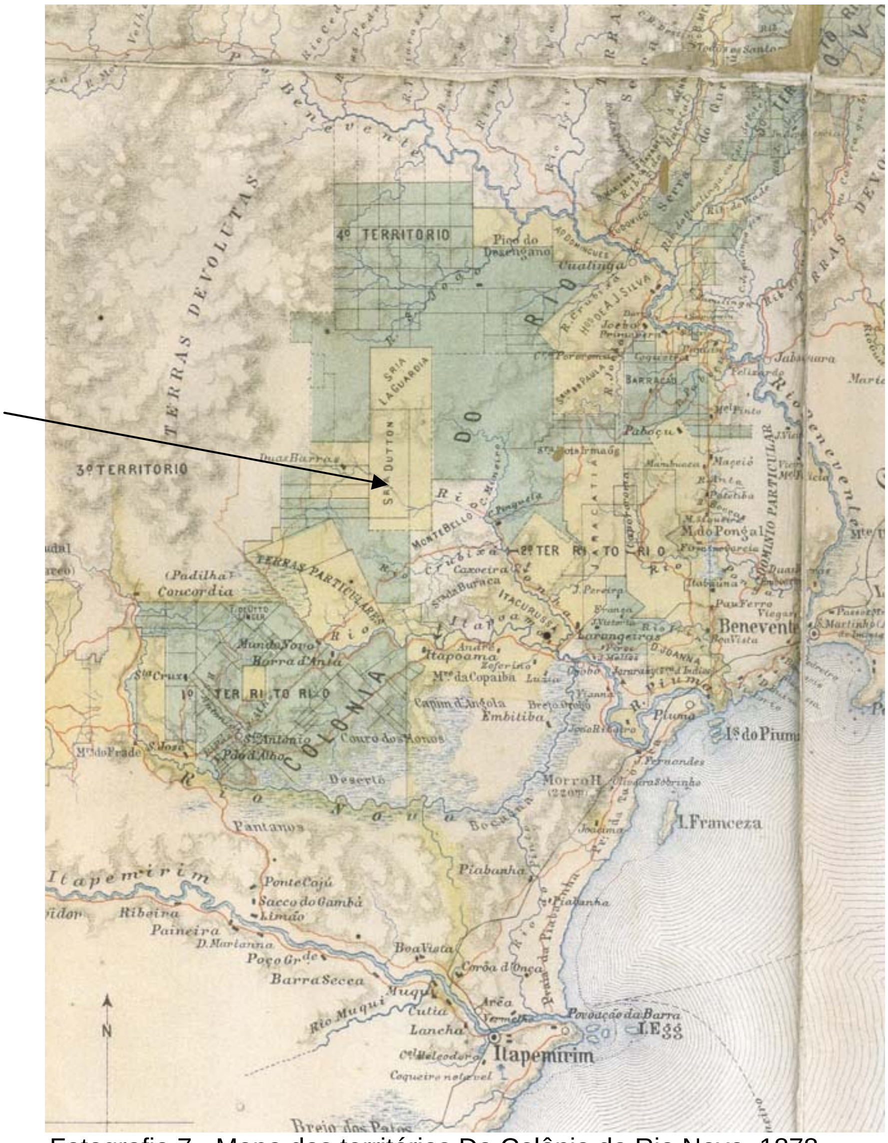
> Dutton comprou uma área de terra muito grande no interior de Iconha, algo em torno de 1600 alqueires, que abrangia a área onde hoje estão localizadas as comunidades de Palmital, Crubixá, Bom destino, Pedra D' Água, Brejo Seco, Guaxuma, Córrego do Lopes, Córrego da Cecília, Campinho, Pedra Lisa Baixa, Pedra Lisa Alta, Jequitibá e Duas Barras. A sede ficava em Monte Belo.

Na fazenda Monte Belo e nas terras que a circundavam, Dutton localizou as famílias inglesas que trouxe com a intenção de criar, segundo Simão (1991, p. 46), "a nova Manchester" (FOTOGRAFIA 6).

Fotografia 6 - Fazenda Monte Belo em 1872.
Fonte: Castro, 2004.

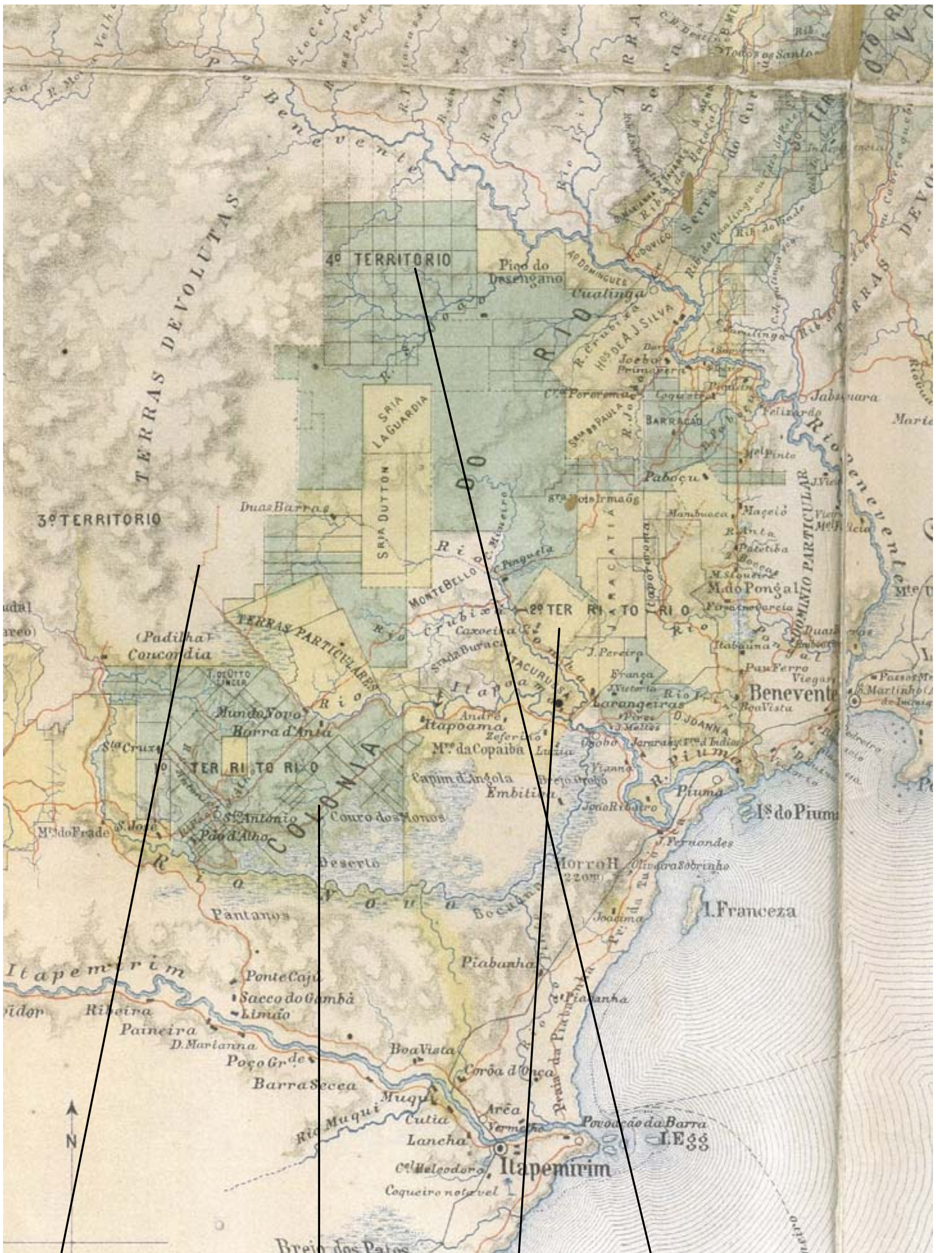
O inglês tinha planos ambiciosos para o desenvolvimento da região e foi figura de destaque na política de Piúma trabalhando para a emancipação da vila. Foi o primeiro governador municipal, no entanto, por ser monarquista viu sua influência política cair junto com o Imperador D. Pedro II.

Assim, na década de 1880, Dutton era um senhor respeitado pelas suas posses no que é hoje Iconha e Piúma. Interessante ressaltar que a partir de 1875, quando a colônia do Rio Novo ampliou-se em mais quatro territórios em direção ao rio Benevente, os empreendimentos de Dutton no interior de Iconha estavam entre esses territórios, como muito bem é elucidado na Fotografia 7, com suas terras destacadas:



Fotografia 7 - Mapa dos territórios Da Colônia do Rio Novo, 1878.
Fonte: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Iconha.

Para compreendermos melhor o mapa, identificamos os territórios da Colônia de Rio Novo e as terras de Dutton. Observar-se que nos territórios, há a divisão dos lotes para os colonos.



Fotografia 8 - Mapa da Colônia do Rio Novo com indicações.
Fonte: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Iconha.

2º território 4º Território

3º Território 1º Território

Observando o mapa (FOTOGRAFIA 8), verificamos a localização das terras de Dutton no interior de Iconha e principalmente, que suas posses estavam localizadas na parte central da colônia do Rio Novo. As áreas na cor verde são terras cobertas por florestas e divididas em lotes para os imigrantes. As porções em amarelo são terras já ocupadas por fazendeiros. A região compreendida entre Piúma e a atual área urbana de Iconha estão ocupadas por fazendeiros, comprovando o povoamento iniciado no começo do século, já apresentado.

Salientamos que Dutton não estava subordinado a essa colônia, seus lotes dividiam as terras da colônia em duas partes: uma localizada no lado norte do Rio Novo e outro na bacia do Benevente, tendo o Rio Iconha ao centro, margeando as terras de Dutton.

Essa demonstração espacial será importante para compreendermos posteriormente o processo de imigração para as terras que hoje compõem Iconha. Interessante ressaltar que entre Iconha e Piúma já havia terras ocupadas, assim a imigração vai ocorrer no alto Rio Iconha.

No entanto, embora fosse dono de muitas terras, Dutton vai falecer, em Piúma, no dia 04 de dezembro de 1906, pobre. Ele toma empréstimos e dá seus bens como garantia. Não conseguiu quitar e em 1901 sofreu uma ação judicial hipotecária movida por José da Costa Gonçalves Beiriz, perdendo seus bens para ele. Vale ressaltar que antes dessa ação, na década de 1890, Dutton já havia passado terras para Beiriz, provavelmente para quitar dívidas, que não seriam somente aquela contraída junto ao governo, e sim, outras que adquiriu para manter seus empreendimentos.

Assim, no início de 1890, o cenário de Iconha era o declínio do Dutton e a ascensão do Beiriz como proprietário das terras do interior que ele vai lotear e revender a imigrantes que vêm de fazendas falidas da região de Cachoeiro de Itapemirim, dos territórios da ex-colônia de Rio Novo, principalmente o 4º Território, e das levas que chegam. A região vai se firmar como grande produtora de café nas pequenas propriedades. Contexto perfeito para a ação do pequeno comerciante representado pelo Beiriz e seu sócio, Antônio José Duarte, que vai ser o líder político da região a

partir da República. Eles estabelecem relação com as terras do interior, que adquiriram de Dutton e outros fazendeiros falidos, com a cultura do café e com os imigrantes. Esse é o cenário focalizado no presente trabalho, analisando a relação entre comércio e política na região de pequena propriedade no período de 1889 - 1915 que realizaremos a partir do segundo capítulo, após ter apresentado o período que o antecedeu e propiciou as bases para seu desenvolvimento.

Em 1900, Piúma era uma vila com significativa relevância pela sua posição litorânea, Iconha vai deixando para trás a imagem de povoado para ser uma vila que vai polarizar a economia e a política da região, seu interior vai desenvolver-se com a imigração e o café.

3 COMÉRCIO, PEQUENA PROPRIEDADE E URBANIZAÇÃO EM ICONHA: 1879-1915.

Nas duas últimas décadas do século XIX, Iconha e Piúma, especialmente o primeiro, passam por intensas transformações econômicas, políticas e sociais devido ao povoamento do interior, à cultura do café e ao desenvolvimento da Casa Comercial Duarte e Beiriz, que foi o centro polarizador das mudanças na região.

Nesse contexto, emerge como poder político o coronel Antônio José Duarte, sócio da referida casa comercial, e que através do comércio alcança e mantêm o poder, daí a importância em analisar a estrutura política na vila de Iconha a partir das relações comerciais.

3.1 A FUNDAÇÃO DA CASA COMERCIAL DUARTE E BEIRIZ

3.1.1 Antônio José Duarte e José Gonçalves da Costa Beiriz

A casa comercial foi fundada em 1886 pelos portugueses Antônio José Duarte e José Gonçalves da Costa Beiriz. No entanto, não consistiu em uma sociedade premeditada do outro lado do Atlântico e executada aqui. Faz-se necessário conhecer a trajetória desses dois imigrantes para compreendermos a formação da sociedade.

José Gonçalves da Costa Beiriz nasceu na cidade de Póvoa do Varzim, Freguesia de Beiriz, em Portugal. O sobrenome Beiriz foi incorporado ao seu nome devido sua origem. Aos quatorze anos, órfão de mãe, seu pai emigra para o Brasil, em 1857, com os demais filhos e fixa moradia em Benevente, atual município de Anchieta.

Mais tarde, José Gonçalves da Costa Beiriz, conhecido simplesmente por Beiriz, consegue juntar algum capital e muda-se para o povoado de Piúma onde estabelece uma modesta casa de comércio. Em 1871, casa-se com Anacleta Leopoldina de Paula, filha de um fazendeiro de Alfredo Chaves.

A pequena casa comercial avoluma-se e seu irmão torna-se sócio, com a denominação Beiriz & Irmão. Em 1877, ele deixa o comércio na mão de seu irmão para se dedicar a outros negócios: aquisição de terras. Adquire propriedades no interior do povoado de Piúma e forma a Fazenda Crubixá, transferindo sua moradia e aos poucos foi comprando terras incultas ou de particulares nas margens do Rio Iconha, compreendendo a região de Laranjeiras, próxima a Piúma, até a sua fazenda, no alto Rio Iconha.

Nesse trecho, comprou terras que hoje compreendem as localidades de Solidão, Taquaral, Jaracatiá e parte de Pongal. O povoado de Iconha, então denominado de Santo Antônio de Olaria, também passou a fazer parte de seus domínios, bem como a Fazenda Tocaia.

Em termos geográficos, podemos afirmar que Beiriz era proprietário de terras entre o povoado de Piúma e o interior do atual município de Iconha, ou melhor, dizendo, suas posses estavam compreendidas no 2º Território da Colônia do Rio Novo, conforme mapa apresentado no capítulo anterior.

Nessas terras instala famílias italianas que as adquiriam para pagá-las com as futuras colheitas de café. No entanto, percebe que era necessária uma casa comercial para evitar as idas dos imigrantes até Piúma. Desse modo, propõe sociedade a um pequeno comerciante que havia pouco tempo chegara ao povoado de Iconha, Antônio José Duarte.

Antônio José Duarte, assim como Beiriz, era português, sendo esse da freguesia de São Paio de Merlins, veio sozinho para o Brasil em 1870, com 12 anos, e desembarcou no Rio de Janeiro para trabalhar como caixeiro na Casa Comercial Natividade, de proprietários portugueses, o que nos permite afirmar que ele veio para o Brasil intermediado ou teve o apoio de alguém de sua nacionalidade. Esse cenário pode ser assim explicado:

> Entre os portugueses pobres que aqui chegaram, constituiu-se uma categoria comum à época: os caixeirinhos portugueses ou galegos [espanhóis] que, jovens, chegavam á cidade e, sem laços familiares, passavam a trabalhar, dormir, viver nos locais de trabalho. Diante das condições adversas de vida, tornaram-se agregados. Quando perdiam o emprego, perdiam tudo (OLIVEIRA, 2001, p. 30).

O Duarte teve melhor sorte entre seus conterrâneos. Em 1874 a firma em que trabalha abre uma filial em Piúma para onde é transferido, que ia explorar curtume, olaria e plantas de tecelagem.

No entanto, dois anos depois é aberta outra filial, agora no povoado de Iconha, com o objetivo de obter no interior os produtos que buscavam. Devido a sua experiência, Antônio José Duarte, ou simplesmente Duarte, torna-se gerente, com 18 anos, da filial em Iconha.

Como os negócios prosperaram para a firma Natividade, ela se associa à firma Monte-Negro e abrem uma filial em Nova Mantova, Alfredo Chaves e Duarte são transferidos para gerenciar o novo negócio. Permanece até 1879 quando um amigo oferece-lhe um crédito de 6:000$000 contos de réis e ele abre seu próprio comércio em Iconha que na época era um modesto arraial, mas já recebia os primeiros imigrantes, vislumbrando assim o promissor mercado.

Uma publicação do Rio de Janeiro, denominada *Argos* (1919, p. 7) traz uma edição especial sobre o Duarte com informações preciosas sobre ele e a região, embora deva ser analisada de forma crítica pois é clara sua intenção de enaltecer a figura do Duarte, ela nos relata a trajetória do imigrante português:

> Lá esta no seu novo posto Antônio José Duarte, palmilhando por ínvios caminhos simples picadas perigosas e atoleiros e tremendos caldeirões, palmo a plano, na costa de burros, levando a estes novos cultivadores do solo brasileiro, muitos desalentos com a rudeza da vida e o vigor da floresta a ser derrubada, o encorajamento de uma tenacidade de ferro e os recursos necessários à vida do colono, fornecendo-lhes roupa, gêneros alimentícios e ferramentas, a longo prazo, e recebendo em pagamento os produtos quando colhidos [café].

A região começa a prosperar e Beiriz e Duarte começam a se destacar pelos seus negócios. Desse modo, em 1886, Antônio Jose Duarte e Jose Gonçalves da Costa Beiriz associam-se e formam a Casa Comercial Duarte e Beiriz.

Esse empreendimento será o ponto convergente das relações econômicas, políticas e sociais de Iconha. Duarte assume a gerência da casa comercial e Beiriz atua na compra e venda de terras aos imigrantes.

A partir de 1886, a biografia dos comerciantes não fica limitada a imigrantes portugueses que se dedicaram ao comércio, vão tornar-se coronéis e senhores da região, valendo-se do poder propiciado pelas relações comerciais.

3.1.2 A Fundação da Casa Comercial e sua atuação

Como já foi dito em 1886 Antônio José Duarte e José Gonçalves da Costa Beiriz formam uma sociedade comercial denominada Casa Comercial Duarte e Beiriz, no povoado de Iconha. No entanto, se faz necessário algumas explicações quanto ao fato.

O Beiriz possuía no povoado de Piúma uma casa comercial com seu irmão e morava em Iconha, na Fazenda Crubixá, e o Duarte havia aberto seu pequeno comércio em 1879. Ocorrem assim, contradições quanto à data de fundação da firma Duarte e Beiriz. Simão (1991, p. 30), afirma que: “Em 1879, estabeleceu-se em Iconha a firma comercial Duarte e Beiriz, transformando aquele lugar no que ele é hoje [...]”.

No entanto, *Simão* (1987) publica um artigo no jornal *Correio do Sul* afirmando: ”Em 1879, estabeleceu-se [Antônio José Duarte] comercialmente em Iconha, associando-se em 1886 ao digno compatriota, o Cel. José Gonçalves da Costa Beiriz [...]”, o que demonstra a contradição das datas.

A referida firma publica em 1908 um almanaque denominado *Almanaque do* l*avrador* (1908) que apresenta na sua capa o estabelecimento como fundado em 1879. Outra publicação, a *Argos* (1919, p. 8), que, “Em 1879, estabeleceu-se no Iconha a firma comercial Duarte e Beiriz [...]”.
Castro (2003, p.73) apresenta em seu trabalho que “Em 1879 estabeleceu-se em Iconha a firma Duarte e Beiriz e nesse mesmo ano o Sr. José Gonçalves da Costa Beiriz, um dos sócios da firma Duarte e Beiriz, comprou uma propriedade de nome Olaria [...]”.

No entanto façamos algumas considerações. A mesma *Argos* (1919, p. 7) afirma que,

> E assim foi se desenvolvendo a casa e prosperando os negócios, que já exigiam o auxilio de mais uma atividade útil e inteligente, o que não escapou ao espírito atilado e perspicaz de Antônio José Duarte, que se associou a José Beiriz, constituindo a firma Duarte e Beiriz.

Na biografia do Duarte (1911, p. 10), encomendada por ele, afirma-se que:

> Na vila ou sede da freguesia, residia o negociante José Beiriz , que não via menos que o outro; e queria estabelecer-se em Iconha, perto do Duarte; porém, Beiriz, com um instinto admirável e certa dose de previsão que o ampara em todos os seus atos, mediu o perigo e receou que o bracarense guerreasse-o. E fez bem, por que nem um nem outro é tareco. Associaram-se, e desde então um vivificante Xarouco tem sido constante [...].

A partir dos estudos já realizados sobre o assunto e a análise das fontes documentais podemos considerar que em 1879 Duarte abre seu comércio em Iconha, conforme bibliografia apresentada e documentos citados, mas nessa data Beiriz ainda não estabeleceu sociedade com ele. Argumenta-se esse raciocínio por que as fontes, Simão e a *Argos*, que apontam o ano de 1879 como a fusão do Beiriz com o Duarte deixam dúvidas.

O próprio Simão (1991, p. 31) deixa clara a criação da sociedade em 1886, e na *Argos* (1919, p. 10), encontra-se também explicito que o Duarte chegou e o Beiriz observou o perigo (leia-se concorrência), e buscou a sociedade.

Desse modo, a Casa Comercial Duarte e Beiriz não foi aberta inicialmente como propriedade de ambos, assim, quando o almanaque da firma se refere à fundação em 1879 quer dizer que aquele estabelecimento existe desde esse ano, somente sofreu alteração na composição societária mais tarde, entrando o Beiriz. Aliás, a entrada de novos sócios e a saída de alguns foram intensas, no entanto sempre mantendo o Duarte e Beiriz à frente.

Assim, consideramos a abertura do comércio em 1879 por Duarte, a partir dos registros apresentados, e 1886 data da sociedade, conforme artigo do jornal *Correio do Sul*, considerando que os registros de fundação apresentados por documentos e livros que datam de 1879 seguem ao raciocino de considerar a fundação quando aberta por Duarte.

Fotografia 9 – Casa Comercial Duarte e Beiriz (começo do século XX).

Fonte: Caprini, et al., 2004.

O comércio atuava na venda de gêneros alimentícios, ferramentas, tecidos, querosene e utensílios, que na época eram denominado de secos e molhados e comprava a produção de café e a revendia para exportadores, além da venda de terras. O *Almanaque do lavrador* (1908), publicação da firma, nos traz informações preciosas que comprovam a atuação da casa comercial:

> Querem comprar drogas e todos os preparados da afamada farmácia do Granado, do Rio? Venham a casa Duarte e Beiriz.
> Querem comprar gêneros em grosso por preços do Rio, venham ao Iconha ou Piúma.
> Vinhos Portugueses: importação direta. Recomendamos a todos os Srs. Consumidores de vinho para pedirem sempre os vinhos da nossa importação, à venda nos principais estabelecimento do Estado. Os nossos barris tem a marca D & B.

> Fazendas: sortimento variado neste artigo. Vendas a varejo e em grosso. Preços sem competência.
> Chapéus de sol e de cabeça para homens e senhoras: formas modernas. Diversos gostos em bonés e gorros para crianças. Preços a contento do freguez.
> Quer comprar bons prazos feitos, com boa casa, bom cafezal e pasto? Vão ao Iconha, que tem para todos os preços e em diversos lugares.

Antes de analisarmos o desenvolvimento da firma se faz necessário compreender por que os negociantes escolheram Iconha para seus negócios e o contexto que propiciou o comércio.

Tanto o Duarte como o Beiriz tinham consciência de que a região seria ocupada por imigrantes estrangeiros, uma vez que era formada quase que na maioria por terras incultas e que a partir de 1875, quando a colônia do Rio Novo foi ampliada em mais 4 territórios, sendo o povoado de Iconha pertencente ao 2º território, a região iria atrair mão-de-obra, conseqüentemente, consumidores para seus negócios.

O grande interesse de Beiriz não era a mão-de-obra para suas terras, e sim vender lotes de terras para os imigrantes e adquirir deles a produção do café.[4] O Duarte reconhecia que os pequenos proprietários seriam consumidores em sua venda e ao mesmo tempo essa seria o local onde deixariam a produção do café. Assim, os comerciantes teriam a produção de café sem o trabalho de lidar com a lavoura, receberiam o produto, apenas comercializando, o que proporcionava maiores lucros.

Para alcançar tal objetivo, Beiriz adquiriu terras na região do povoado de Iconha: em 1877 compra as terras de Manoel Gomes Penna Forte, no local Crubixá. Conforme o artigo *José Gonçalves da Costa Beiriz* (1974), adquire em 1879 a fazenda Olaria, onde hoje é o perímetro urbano de Iconha. Sendo também de sua propriedade as localidades de Taquaral e Solidão.

As aquisições de Duarte e Beiriz seguem e, conforme *Argos* (1919, p. 8), em 1880 eles adquirem a situação denominada Tocaia, em 1888 compram a sesmaria Duas Barras, em 1890 ampliam a área que já possuíam em Crubixá, em 1894 compram terras com mata virgem no lugar Virginia, em 1901 a fazenda Monte Belo em 1911, as terras em Córrego dos Lopes e em

[4] Há menção em alguns livros, como Simão (1991) e em discussões não acadêmicas sobre a região, que Duarte e Beiriz realizaram uma Reforma agrária em Iconha, o que contestamos. Embora não seja o objetivo desse trabalho discutir a questão, não podemos compreender como reforma agrária uma iniciativa particular com interesses particulares, como ocorreu em Iconha. O que houve foi sim uma fragmentação das terras que gerou uma estrutura agrária de pequena propriedade, mas sem a dimensão da Reforma Agrária, e seus objetivos, que conhecemos.

1914, terras em Jaracatiá e Pongal. Geograficamente, tomando como referência o município de Iconha na atualidade, era de sua propriedade grande parte de seu território.

É necessário salientar que a partir de 1886 as terras adquiridas são de propriedade da firma Duarte e Beiriz, uma vez que seus negócios estavam atrelados a terra. Conforme apresentamos anteriormente, a firma interessava-se pela "venda de secos e molhados" e pela compra da produção do café e para garantir isso, era necessário consumidores e produtores, daí venderem os lotes.

A dinâmica ocorria da seguinte forma: Duarte e Beiriz adquiriam as terras de fazendeiros falidos ou do governo e as revendiam em pequenos lotes para imigrantes que na grande maioria não tinham como pagar à vista. Assim, adquiriam os lotes a crédito na dependência de pagá-los com as futuras colheitas do café. Teriam que derrubar a mata, esperar a produção, colher e entregar na casa comercial Duarte e Beiriz para abater a dívida das terras. Além de dever as terras os imigrantes também compravam fiado na firma, o que aumentavam seus débitos, além dos juros.

Desse modo, os negociantes tinham acesso ao produto de maior lucro na época, o café, sem ter que envolver-se com a produção. É o cenário típico da pequena propriedade em que os pequenos produtores ficam na dependência do comerciante, conforme Campos Júnior (2002, p. 37):

> Na região sul a supremacia do comércio torna-se evidente quando verificamos que empresas comerciais adquiriam grandes glebas de terra, fazendas falidas, para dividir em lotes e vender a preços módicos e a prazo para os colonos, tendo como moeda o café.Ou seja, a venda se processava com o compromisso de que o café produzido fosse utilizado para abater as prestações referentes ao pagamento do terreno.

Esse contexto é confirmado por Saletto (1996a, p. 127):

> Os sócios, ou a própria firma, passaram a comprar as terras; no início 'situações', depois sesmarias e fazendas, que loteavam e vendiam a prazo. A firma 'adiantava' suas mercadorias aos compradores, durante alguns anos, até as primeiras colheitas do café. Em contrapartida, eles ficavam 'obrigados' a vender-lhe o café, pagando com ele a amortização e os juros. O pagamento dos lotes se arrastava por longos anos.

Assim, compreende-se por que a firma Duarte e Beiriz investia na compra de lotes para revender a imigrantes. Esse negócio era o motor de sua riqueza, pois através de parcela da sociedade dependente financeiramente dos comerciantes, eles obtinham dos produtores, dependentes, o café para exportarem e também consumidor para os produtos da Casa Comercial, ou seja, a firma Duarte e Beiriz concentrava a venda de lotes para imigrantes, venda de gêneros alimentícios e outros, além da compra do café para ser exportado. O negócio da venda dos lotes não era insipiente, prova disso são anúncios em jornais da capital em que a firma se apresenta como vendedora de terras para a plantação do café.

Essa situação de dependência dos colonos é fator importante para compreendermos o poder econômico e político do Duarte e do Beiriz. Para entendermos como a firma adquiriu as terras, foi realizada uma pesquisa no Arquivo Público Estadual nos Processos de Terras onde se verificou a existência de sete processos na região que hoje é o município de Iconha em que a firma é a interessada na compra. No entanto, dos sete processos seis eram de imigrantes que não conseguiram quitar suas dívidas com o governo e à firma pagava o débito junto ao estado e tornava-se proprietária. Em muitos casos, o proprietário continuava nas terras, mas agora devia a firma ou então vendia para outro que ficaria na mesma situação de dependência. Em alguns casos, Duarte e Beiriz adquiriam as terras dos colonos junto ao governo por que esses já deviam à firma, assim pagavam ao Estado o que o colono ainda devia e o que o imigrante já havia pagado ficava para quitar a dívida com a firma.

É interessante exemplificar essa situação através do processo nº. 3354 em que Antonio Fontana comprou do governo um lote e não conseguiu pagá-lo e passou para Giácomo Rodini que faleceu e a viúva vendeu para Duarte e Beiriz, que ainda tiveram que quitar junto ao estado parte do lote. No processo consta que Matilde Rodini passa as terras para a firma porque seu marido tinha uma dívida com a casa comercial.

O sétimo processo é o mais interessante e demonstra como a firma interessava-se em possuir terras para ter o domínio econômico da região. Conforme apresentado no primeiro capítulo, o imigrante inglês Thomaz Dutton Júnior havia adquirido na década de 1860 terras no interior de Iconha e fundado a Fazenda Monte Belo.

No entanto, Dutton fica endividado na década de 1890 e tem seus bens hipotecados que vão para leilão. Em 1901 Beiriz adquire a Fazenda Monte Belo e a divide em vários lotes para

vender aos imigrantes, e outros bens por um valor inferior ao que valiam. Essa negociação arruína de vez Dutton, que acaba morrendo na miséria em 1904, e envolveu uma intensa rede de relações políticas das esferas municipal e estadual, com repercussões na época, e que será tratado em momento oportuno desse trabalho quando discutirmos o contexto político na região.

Dessa forma, observamos que a aquisição de terras não era um negócio secundário para a firma, na verdade ela atuava como varejista, no que se refere à venda de secos e molhados para os imigrantes, atacadista na compra e venda de café e vendedora de lotes que garantiam mercado para a casa comercial. Afinal, quanto mais imigrantes viessem em busca de lotes, mais a população aumentaria, conseqüentemente os consumidores, e a região cultivada pelo café.

3.1.3 Imigração estrangeira, café e estrutura agrária

Para compreender a atuação da casa comercial em Iconha, bem como o poder político de seus proprietários, se faz necessário analisar a imigração e a estrutura agrária na região, pois esses são elementos fundamentais para o processo histórico em questão.
A imigração estrangeira não se iniciou com a casa comercial ou foi posterior a sua abertura. Em 1877, registra-se a chegada dos primeiros imigrantes italianos que fundaram as localidades de Inhaúma e Venezuela. No entanto, é importante esclarecer alguns pontos sobre a imigração estrangeira em Iconha.

Iconha não era colônia ou núcleo de povoamento. A partir de 1875, a colônia do Rio Novo foi ampliada em mais 04 territórios, iniciando da sede em direção ao Rio Benevente, englobando Iconha no segundo e terceiro território. Mas, o segundo território era composto por terras particulares e o terceiro recebia imigrantes italianos através do primeiro território. O 4º território, localizado onde hoje é o município de Alfredo Chaves, recebeu imigrantes de forma direcionada pelo governo. Ou seja,
Iconha estava entre a sede da colônia do Rio Novo e Alfredo Chaves, locais que recebiam imigrantes.

Assim, o povoamento do atual município de Iconha deve ser compreendido pela sua peculiaridade. Como não houve uma política governamental para instalar imigração na região, eles eram instalados nos núcleos e depois buscavam novas áreas, como ocorreu com os colonos do 4º território que, insatisfeitos com a infertilidade do solo e as condições oferecidas pelo governo, migravam para outras áreas, como os atuais municípios de Venda Nova do Imigrante, Castelo e Iconha.

Outro característica da região é a de imigrantes que vinham do 1º Território da colônia do Rio Novo e trabalhavam em fazendas que faliram ou os próprios fazendeiros que acabaram por se instalar em Iconha. Sem esquecer que, conforme relatado no primeiro capítulo, o espaço compreendido atualmente por Iconha e Piúma já possuía desde o começo do século XIX pequenos proprietários, principalmente portugueses.

Assim, o processo migratório que surge em Iconha no final da década de 1870 deve ser compreendido como conseqüência da imigração na região ao seu entorno, Rio Novo e Alfredo Chaves.

O Beiriz se instala em Iconha em 1877,[5] no momento em que chegam os primeiros imigrantes e inicia a compra de terras e a venda para eles. Esse processo é assim demonstrado:

> Naquele mesmo ano [1879], José Gonçalves da Costa Beiriz, hoje falecido, [...], comprou a situação denominada Olaria [atual área urbana de Iconha e arredores], dividiu-a em pequenos lotes agrícolas, estabeleceu 33 família em sua maioria italianas (ARGOS, 1919, p. 8).

[5] Até 1877 a região que hoje forma o município de Iconha apresentava como áreas ocupadas somente o atual perímetro urbano e nas proximidades do Rio Itapoama, formando um pequeno arraial com pessoas que viviam com uma agricultura de subsistência, e o espaço que hoje são as comunidades de Taquaral, Solidão e Laranjeiras (entre Iconha e Piúma) e a vila de Piúma, que possuía alguns fazendeiros portugueses. No interior havia a ocupação dos ingleses na fazenda Monte Belo, o restante consistia em florestas. O cenário começa a mudar com os imigrantes que vem do 1º Território da Colônia do Rio Novo e ocupam a atual região de Venezuela e outros imigrantes que vem do 4º Território e também devido a ação do Beiriz em povoar a região, acrescida mais tarde pelo seu sócio Duarte, agora através da firma.

No início Beiriz adquire as terras na parte baixa de Iconha, como a situação Olaria e situação Tocaia em 1880, e progressivamente avança para o interior, instalando imigrantes, na maioria italianos.

Duarte e Beiriz adquiriam terras para revendê-las aos imigrantes. Esses, na maioria das vezes, não tinham como comprar as terras à vista, assim, comprometiam-se em pagar o lote com a colheita do café, pois, segundo a *Argos* (1919, p. 8) "vendendo-lhes os lotes a prazo de 10 anos, a firma comercial forneceu-lhes alimentação e dinheiro a prazo de 02 anos e a mais".

Os imigrantes contraiam dívida com a firma, que consistia no valor da terra e nos gêneros alimentícios que não produziam e objetos de trabalho que seriam pagos com o café. Tudo era anotado na caderneta o que resultava em muitas desavenças, já que na hora de quitar era cobrado um valor superior ao que haviam comprado já que esta ficava nas mãos dos donos da casa comercial, sem falar nos altos juros, que deixavam a divida quase que impagável estratégia dos comerciantes de deixar o imigrante sempre na dependência.

Os negociantes não só vendiam terras como também arrendavam. Analisando um contrato de arrendamento de terras, de um imigrante com o Beiriz, verificamos que a caso ocorra alguma intempérie da natureza, o colono teria dificuldade em quitar a dívida, pois as 02 parcelas de 40$000 réis, cobradas no meio e final do ano, exigiriam uma grande produção. Salienta-se também no contrato que deve dar preferência ao cultivo de café e não abrir casa comercial no terreno, ora, esse termo garante os interesses da firma: possuir fornecedores de café e não ter concorrentes comerciais.

A cultura do café, no entanto, consistia em derrubar a mata, já que as maiorias dos lotes eram cobertas por mata virgem, e plantar. Devemos observar que o trabalho de produção ficava com o imigrante e a exportação do café com a firma Duarte e Beiriz, já que o café chegava até eles por que os pequenos proprietários lhes deviam ou quando ficavam livres da divida não tinham alternativa de comprador da produção e até porque havia uma certa dependência com os donos da firma, então senhores da região.

É interessante ressaltar que os imigrantes estavam atrelados à casa comercial, seja pela compra das terras, de gêneros ou pelo empréstimo de dinheiro. A partir da década de 1880 até a segunda década do século XX, a relação entre os imigrantes e a Duarte é intensa, sempre tendo os primeiros na dependência dos segundo, o que permitiu a formação de uma sociedade dominada, bem aos moldes da Primeira República, mas não como trabalhadores rurais que dependem do latifundiário, e sim como pequenos proprietários dependentes de negociantes.

Não é nosso objetivo neste trabalho abordar a imigração na região, mas é importante ressaltar que, como nas demais áreas de imigração estrangeira, o trabalho era o do sistema familiar e que buscavam economizar ao máximo, produzindo quase tudo que precisavam para poder quitar as terras e comprar mais.

A contribuição dos imigrantes para Iconha foi muito grande,[6] pois eles desbravaram o interior e o povoaram, formando comunidades em torno das igrejas católicas, desenvolveram a cultura do café, produto econômico que alavancou a região. Para compreender a formação do município de Iconha é necessário reportar-se a esse período e verificar como a imigração transformou socialmente e economicamente a região.

Não podemos esquecer que os imigrantes contribuíram para o sucesso da firma Duarte e Beiriz. A região de Iconha caracterizou-se pela pequena propriedade com lotes de 2 a 5 alqueires , conforme é apresentado no *Estudo dos fatores da produção nos municípios brasileiros* (1927, p. 23), afirmando que em Iconha:

> O regime da divisão territorial do município é o da pequena propriedade, existindo, pouco mais ou menos, 1.525 prazos pertencentes a pequenos lavradores e somente 25 propriedades de media superfície.

E o título supracitado ainda comparava a ocupação por imigrantes no interior e a ocupação por brasileiros na parte baixa, antiga colonização:

> O número de propriedades pertencentes a estrangeiros eleva-se a 900, adquiridas todas nestes últimos 35anos, e as pertencentes a nacionais montam em 650, aquelas localizadas em sua maioria no primeiro distrito de Iconha, e estas nos dois distritos do interior litorâneo (ESTUDO ..., 1927, p. 23).

[6] É interessante ressaltar, embora esse trabalho não se concentre na imigração, que no processo de povoamento do município os italianos consistiram na maior parcela, juntamente com portugueses, alemães, ingleses e outros em menor escala. Desse modo, é visível até hoje a contribuição dos italianos nos aspectos culturais de Iconha como a Religião Católica e a culinária.

Assim, a área de pequena propriedade fazia com que fossem dependentes de alguém para comprar e vender a produção agrícola. Um grande latifundiário tinha meios para negociar com grandes exportadores e recursos para beneficiar e transportar a produção. Em Iconha, como nas áreas de pequena propriedade, a produção estava ligada a um pequeno ou médio comerciante que era o intermediário entre o produtor e o exportador. Duarte e Beiriz assumiram essa função e com ela o comércio cresceu chegando a ser uma das maiores casas comerciais do estado.

É interessante fazermos uma análise da seqüência que estabeleceu-se em Iconha. Duarte e Beiriz almejavam negociar, especialmente o café, mas não se dedicaram as produções, já que para trabalharem com o café em Iconha deveriam plantá-lo pois era uma área quase que inculta. No entanto, adquiriam as terras e em lugar de cultivá-las, delegando a função aos imigrantes. Assim, os comerciantes lucraram vendendo as terras e com a produção que delas resultou, ou seja, se tornaram grandes exportadores de café sem ter que produzir. Em vez de serem latifundiários preferiam gerir uma área de pequena propriedade. No contexto político, que estudaremos mais a seguir, não se tornaram coronéis latifundiários e sim coronéis vendeiros na área de pequena propriedade.

O imigrante e a estrutura agrária que se formou em Iconha, aliada à produção do café, foi o cenário perfeito para o desenvolvimento da firma Duarte e Beiriz, pois através da produção agrícola ela se tornou uma grande exportadora de café e tinha uma grande clientela para seus produtos de “secos e molhados”, o que deu poder aos seus proprietários, afinal, no final do século XIX e início do XX a vida econômica, social e política de Iconha girava em torno da firma e, especialmente, de seus proprietários.

Encontramos trabalhos que afirmam haver uma reforma agrária em Iconha, o que não procede. Houve uma fragmentação em pequena propriedade oriunda de uma estratégia mercantil e não da bondade em distribuir terras.

O processo de povoamento de Iconha pelos imigrantes e seu trabalho, fez com que a partir da década de 1890 a firma Duarte e Beiriz deixasse de ser uma simples venda de secos e molhados e alcançasse um grande desenvolvimento.

3.2 O DESENVOLVIMENTO DA FIRMA

Em 1879 quando Duarte abriu sua venda essa não era mais do que um pequeno comércio em uma região praticamente inculta. Na década de 1880 a sociedade com o Beiriz deu impulso aos negócios, aliada à chegada dos imigrantes e à venda de terras para os mesmos. Na década de 1890 já era uma Casa Comercial que não lembrava mais aquela venda de 1879. Esse desenvolvimento demonstra como Duarte e Beiriz progrediram economicamente e conseguiram através de seus negócios tornarem-se senhores do município.

Os negócios estavam organizados de modo que o Duarte ficava responsável pela casa comercial, como gerente, cuidando da venda dos produtos no balcão e da compra e venda do café dos lavradores. Já o Beiriz era o responsável pela compra das terras e as vendendo para os imigrantes.

O café era transportado do interior de Iconha até a sede em tropas de burros. Chegando em Iconha, o produto era descarregado no depósito aos fundos da firma, que estava estrategicamente localizada de frente para a rua central e tendo o rio Iconha aos fundos, uma vez que era o último ponto navegável do Rio Iconha.

De Iconha, o café era transportado até Piúma pelo rio através de embarcações da firma. Chegando a Piúma, o café era descarregado na filial e embarcado para Vitória ou Rio de Janeiro pelo trapiche, que haviam adquirido de Dutton.

Nesse contexto é importante destacar a estrutura que a firma possuía para manter seus negócios, já que ela pegava o café com o lavrador e embarcava para grandes centros, cuidando de todo o processo. A Casa comercial Duarte e Beiriz tinha sua matriz na vila de Iconha e três filiais sendo duas no interior, uma nas localidades de Duas Barras e outra em Pedra d'Água, e uma em Piúma. Verificamos que as mesmas estavam localizadas de forma estratégica, já que as duas filiais do interior estavam próximas da produção e a de Piúma era o local para embarcar o café para o Rio de Janeiro e Vitória, cabendo à matriz o papel de articular o interior com o litoral.

Falamos em filiais[7] por que todas têm em sua composição societária o Duarte e Beiriz e por que elas eram os braços da firma de Iconha, mas a estrutura societária de cada filial variava, assim, o sócio de Piúma nada tinha a ver com a filial de Duas Barras, por exemplo, com exceção do Duarte e do Beiriz. A filial de Pedra d´Água, também denominada Monte Belo, era Duarte, Beiriz & Confiança, em Duas Barras era Duarte, Beiriz & Cia e a de Piúma Duarte, Beiriz & Aliança.

Sobre a formação das filias, verificamos que em 1888 há a abertura de um comércio em Inhaúma, no entanto, podemos afirmar que essa seria a filial de Duas Barras, já que as duas localidades são próximas. O interessante é analisar que a sociedade

tem como um dos sócios o coronel Carlos Gentil Homem, sendo esse um importante coronel que exerceu seu poder no interior de Iconha e em Rio Novo do Sul, demonstrando as relações sociais do Duarte e Beiriz, embora mais tarde esse venha se tornar inimigo do grupo político do Duarte, assim percebemos como as relações sociais no sistema coronelista são momentâneas e conforme os interesses estabelecidos.

Outro ponto importante verificado no documento é que Duarte e Beiriz entram na sociedade fornecendo gêneros para o comércio, Gentil Homem entra com dois animais de carga e com a freguesia, leia-se pessoas sob sua dominação, e o sócio João José de Mello, entra com três animais de carga, estabelecimento e engenho para pilar café.

Desse modo, analisamos os interesses em fundar a sociedade para comercializar café, sendo essa a explicação para no contrato haver descrição de animais e máquina para o beneficiamento do café, além da venda de gêneros para os lavradores, sendo os pequenos proprietários venderiam o café para a firma.

É interessante ressaltar o dinamismo na composição societária das filias e da matriz,
mas tendo sempre o Beiriz e o Duarte como principais acionistas, conforme pode ser verificado no Quadro 4. No arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Iconha (IHGI)

[7] Não encontram-se no Arquivo do IHGI todos os contratos da firma, especialmente o documento da abertura da firma em 1879, a certidão da casa comercial, e o contrato da união do Duarte e Beiriz. Conforme busca realizada, esses documentos encontra-se em órgãos oficiais que ainda não disponibilizaram para pesquisa, já que o material encontrado e que consta no referido artigo, foi doado pela família que não possui todos os contratos da firma.

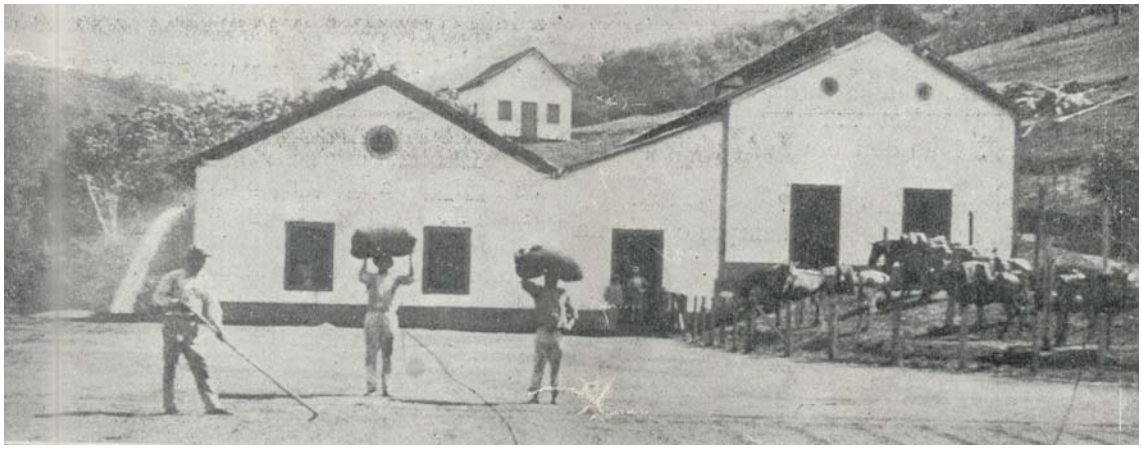
constam alguns contratos e alterações contratuais com os quais elaboramos o quadro abaixo, conscientes de que não contemplam toda a trajetória societária da casa comercial, o que não foi possível fazer devido à falta de material.

Ano	Sócios	Descrição
1888	Antônio José Duarte, José Gonçalves da Costa Beiriz, João José de Mello e Carlos Gentil Homem	Contrato de fundação de um comércio em Inhaúma, interior de Iconha, próximo a Duas Barras
1891	Antônio José Duarte, José Gonçalves da Costa Beiriz e Manoel Gonçalves da Costa	Alteração contratual, revendo a participação na firma
1895	Antônio José Duarte, José Gonçalves da Costa Beiriz e Ananias Pires Martins	Estabelecem uma nova sociedade comercial em Piúma.
1898	Antônio José Duarte, José Gonçalves da Costa Beiriz e Manoel Gonçalves da Costa	Alteração na composição do capital
1899	Antônio José Duarte, José Gonçalves da Costa Beiriz	Alteração contratual devido a morte de Manoel Gonçalves da Costa
1903	Antônio José Duarte, José Gonçalves da Costa Beiriz, José de Paula Beiriz e Antônio de Souza Duarte	Alteração contratual entrando os filhos do Beiriz e Duarte para a composição societária da firma
1905	Antônio José Duarte, José Gonçalves da Costa Beiriz, Antônio Gonçalves da Costa	Antônio Gonçalves da Costa saí da sociedade da filial de Duas Barras
1915	Antônio José Duarte, José de Paula Beiriz e Antônio de Souza Duarte	Antônio de Souza Duarte sai da sociedade e entra José Mendes Rangel como interessado

Quadro 4 – Contrato e alterações contratuais da Casa Comercial Duarte e Beiriz e suas famílias.

Assim, verificamos como a firma Duarte e Beiriz expande seus negócios, já que a produção capturada teria como destino a casa de Iconha, então da propriedade do Duarte e Beiriz. Além de lucrarem com o café, já que para eles a intenção de ter essa sociedade era atrair a produção da região, e usando a influência de Gentil Homem sobre os agricultores, verificado quando o documento afirma que ele entra na sociedade com a freguesia, lucravam também vendendo os gêneros, pois era difícil o acesso da população até a matriz em Iconha.

Além das filiais, a estrutura da firma contava ainda com moinhos para arroz e milho e beneficiamento do café. A Fotografia 10 da filial[8] em Pedra d'Água com um terreiro para a secagem do produto, demonstra que a firma não plantava o café, embora incentivasse e vendesse terras para esse fim, mas atuava em todas as etapas, desde a retirada do produto nas terras do pequeno proprietário até a exportação, sendo esta feita com o produto beneficiado, demonstrando assim, que a firma não era uma simples agenciadora, apresentava boa infra-estrutura para o negócio.



Fotografia 10 - Beneficiamento do café na filial da Duarte, Beiriz & Confiança.
Fonte: Argos , 1919.

A mesma filial apresenta uma excelente infra-estrutura, demonstrando seu papel de captar a produção do interior, beneficiar o café e fornecer gêneros para o agricultor. Na foto abaixo, verificamos os terreiros para a secagem, a venda e depósitos. Esse local é atualmente a comunidade de Bom Destino.

[8] Podemos observar no lado esquerdo da foto uma queda d' água que era utilizada para movimentar os moinhos e depois foi utilizada para a produção de energia elétrica para a vila de Iconha. Outro ponto interessante na foto é verificarmos que muitos proprietários não vendiam o café seco para a firma, necessitando que a mesma tivesse espaço próprio para beneficiar.

Sobre a compra do café pela firma, é interessante salientar que a firma possuía funcionários especializados para a tarefa. Eles visitavam os depósitos dos pequenos agricultores e verificavam a qualidade do café e seu armazenamento, para ver senão estava sujo e nem continha outro material, como pequenos pedaços de madeira ou pedra, que poderiam pesar o café.

Fotografia 11 - Foto panorâmica da Duarte, Beiriz & Confiança.
Fonte: Argos, 1919.

Essa estratégia de terem filiais no interior para comprar e beneficiar o café também é verificada na filial de Duas Barras, conforme foto a seguir que apresenta a usina de beneficiamento de café.

Fotografia 12 - Usina de beneficiamento em Duas Barras, da filial da Duarte e Beiriz.
Fonte: Argos, 1919.

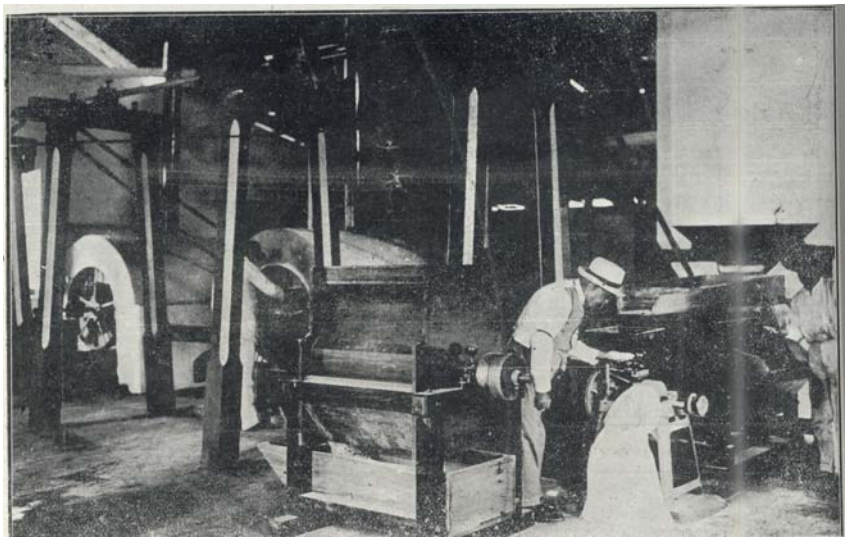
A construção da primeira usina de beneficiamento do município, segundo o *Almanaque do lavrador* (1908), ocorreu em 1892, não descrevendo o local, e era a vapor, já a segunda, a água, foi em 1894 na filial de Duas Barras e a terceira, também a água, em 1895, foi na filial de Pedra D' Água.

Observa-se assim que, a produção obtida e beneficiada no interior vai para a matriz e de lá para Piúma (FOTOGRAFIA 13), onde há uma boa estrutura para recebê-lo, pois, além do depósito da filial, Duarte, Beiriz & Aliança, havia o trapiche para o embarque (FOTOGRAFIA 14).

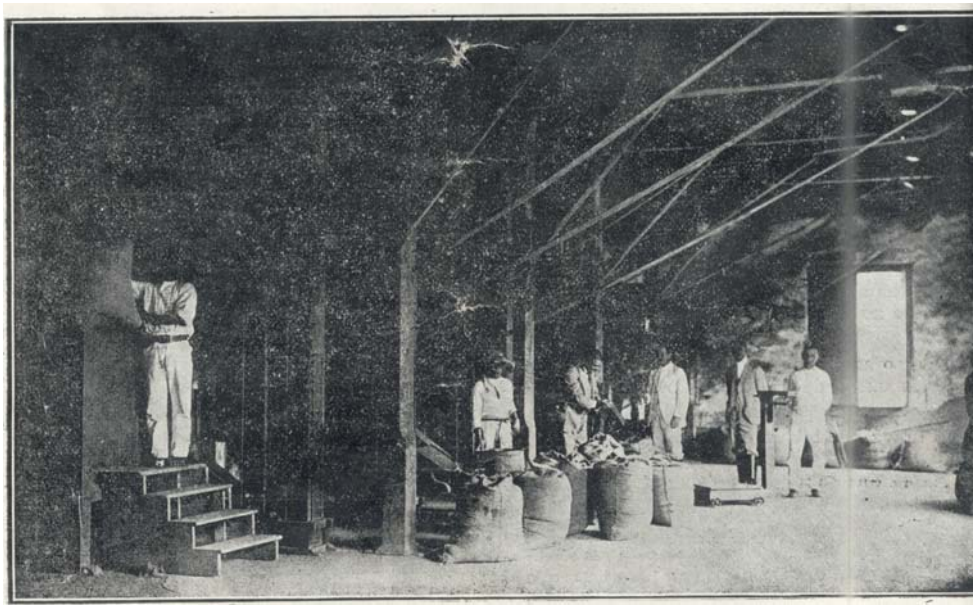
Fotografia 13 - Duarte, Beiriz & Aliança. Uma filial da Duarte e Beiriz em Piúma.
Fonte: Argos, 1919.

Fotografia 14 - Trapiche da Duarte e Beiriz em Piúma.
Fonte: Argos , 1919.

Verificamos também como a firma amplia seus negócios com os moinhos de milho, arroz e mandioca, já que os imigrantes necessitavam de beneficiar seu produto e aqueles que não tinham os meios eram obrigados a pagar à firma pelo serviço. Além disso, ela também era uma grande exportadora de fubá, arroz e derivados da mandioca, já que o fubá compunha um dos principais ingredientes da alimentação dos italianos. Nas Fotografia 15 e 16, respectivamente, observamos o Duarte conferindo a produção de farinha e seu depósito de café, na vila de Iconha, ao lado da firma Duarte e Beiriz.



Fotografia 15 - Produção de farinha pela Duarte e Beiriz na vila de Iconha.
Fonte: Argos, 1919.



Fotografia 16 - Depósito de café da Duarte e Beiriz em Iconha.
Fonte: Argos, 1919.

As Fotografias 15 e 16 comprovam a infra-estrutura da firma Duarte e Beiriz no interior de Iconha, na vila e em Piúma, o que nos permite afirmar que ela não era uma simples compradora de café e sim uma grande exportadora, dadas as condições que apresentava.

Para agilizar os negócios, segundo Simão (1991, p. 48), a firma inaugura em 1905 a primeira linha telefônica ligando Piúma a Iconha e esta às filiais em Pedra d´Água e Duas Barras, o que na época requeria grandes investimentos e simbolizava assim, o poder da firma e o volume das negociações.

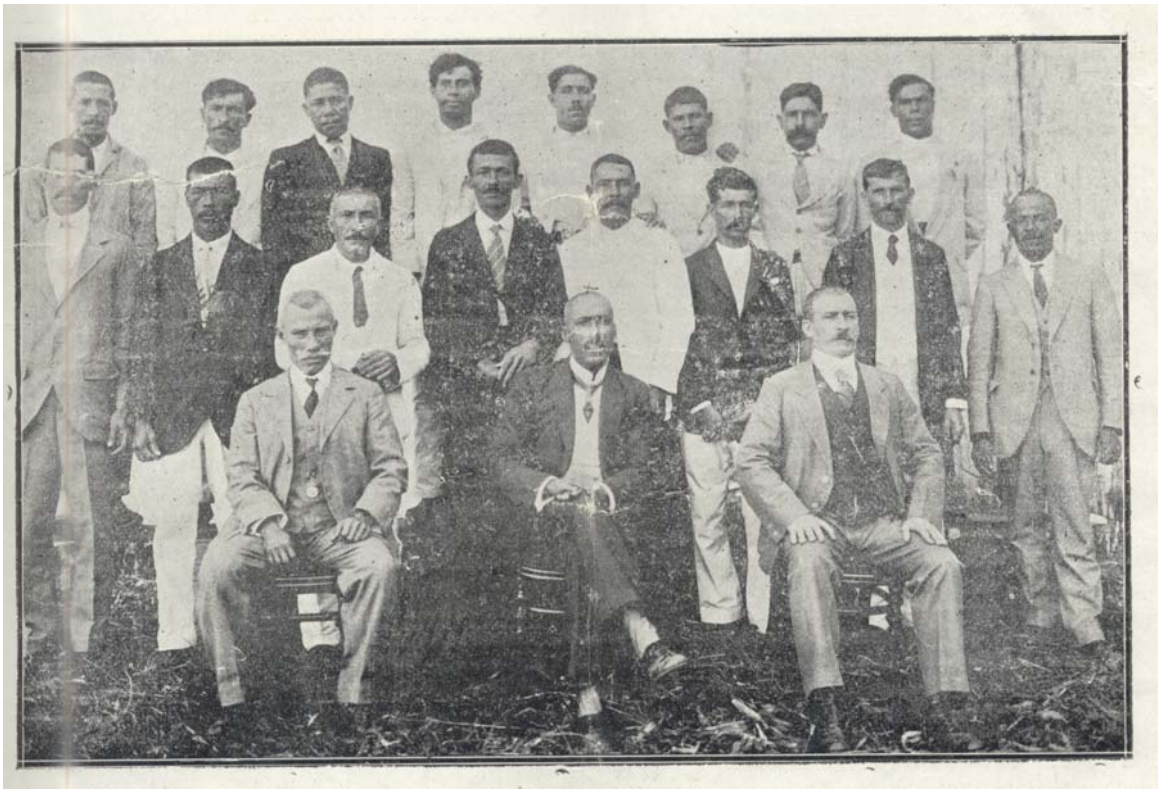
A firma possuía também embarcações para transportar o café de Iconha até Piúma, assim relatado no *Almanaque do lavrador* (1908),

> É feita [a exportação] pelo porto de Piúma em vapores do Lloyd Brasileiro, empresa do Rio de Janeiro, que tocam semanalmente e ainda por outros de companhias diversas, que aqui também tocam sem dias ou semanas designadas. Do Iconha para Piúma é feita em canoas e pranchas da Duarte e Beiriz que, além de conduzirem suas cargas, também conduzem de outros, a fretes.

E Simão (1991, p. 53), sobre o assunto complementa:

> A firma Duarte e Beiriz possuía 03 vapores de pequena cabotagem que navegavam, transportando passageiros e mercadorias, do porto de Piúma a Vitória, Anchieta, Guarapari e outros portos e vice-versa. Nome dos vapores: Netuno, Hermínia e Santa Maria.

Para gerir todo esse negócio, a Duarte e Beiriz vão contar com grande número de funcionários, de modo que os canoeiros e balconistas da firma eram portugueses, ou descendentes, enquanto os tropeiros eram caboclos e os lavradores, embora não fossem seus funcionários, na maioria italianos. Ou seja, o comércio estava ligado aos lusitanos e a lavoura aos imigrantes italianos, cenário que se repetia em outras partes do país. Nas Fotografias 17 e 18, são apresentados alguns funcionários da matriz e da filial em Piúma. Observamos que nas primeiras fileiras estão os funcionários do balcão e escritório, junto com os sócios, e ao fundo os braçais.



Fotografia 17 - Funcionários da Duarte, Beiriz & Aliança de Piúma.
Fonte: Argos, 1919.

Fotografia 18 - Funcionários da Duarte e Beiriz (matriz), com o Duarte na terceira posição, da esquerda para a direita.
Fonte: Argos, 1919.

É interessante também, analisar por meio da Fotografia 19, a parte interna do escritório da matriz em que há um grande volume de livros, o que nos permite afirmar que o volume de negócios era grande, requerendo uma burocracia, própria dos grandes negócios, inclusive tendo o telefone em destaque.

Fotografia 19 - Escritório da Duarte e Beiriz em Iconha.
Fonte: Argos, 1919.

A importância da firma também é demonstrada por suas relações com outras praças comercias, pela propaganda em jornais de circulação estadual e pelos agentes que representa.

Os anúncios nos jornais *Estado do Espírito Santo* e o *Commércio do Espírito Santo*, no final da década de 1890 e nas duas primeiras décadas do século XX, demonstram o poder comercial da firma ao enfatizar que possui trapiche, maquinista hábil, que é compradora de café em qualquer quantidade e que outros comerciantes podem comprar produtos na firma por que não encontrarão preços melhores.

É interessante ressaltar também que no período descrito acima, encontram-se anúncios de firmas da capital e raros são os do interior, sendo a firma Duarte e Beiriz uma exceção, o que demonstra que era uma das grandes casas do interior. Nas propagandas também afirma-se que é agente da Casa exportadora com filial em Vitória *Hard Rand e C^{a}* e que também é agente da seguradora Sul América, fato esse também apresentado no *Almanaque do lavrador* (1908):

> Querem fazer na grande Companhia de Seguros do Rio, um seguro de vida para amparar sua velhice e garantir o futuro de suas famílias? Venham ao Iconha e dirijam –se aos agentes Duarte e Beiriz.

Esses anúncios comprovam assim, o poder da firma Duarte e Beiriz, capaz de ultrapassar as fronteiras da vila de Iconha e fazer acordos com grandes empresas e representar outras.

Essa estrutura da firma é assim sintetizada pela biografia encomendada por Duarte intitulada *Coronel Antônio Duarte* (1911):

> A casa Duarte e Beiriz, da qual sempre foi gerente o primeiro dos sócios, tem um grande movimento de transações, tem ouras filiais, tem máquinas a vapor para o preparo do café, que exporta por conta própria e serve aos lavradores, que não tem engenhos, tem trapiches, tem uma navegação regular entre o porto de Piúma e o Iconha, sempre há saída e chegada de vapores.

Embora seja uma biografia encomendada não podemos negar as afirmações, apenas questionar o trecho que diz servir os lavradores, já que estes pagavam pelo serviço. O fragmento resume a estrutura que a Casa Comercial Duarte e Beiriz possuía e seu poder comercial.

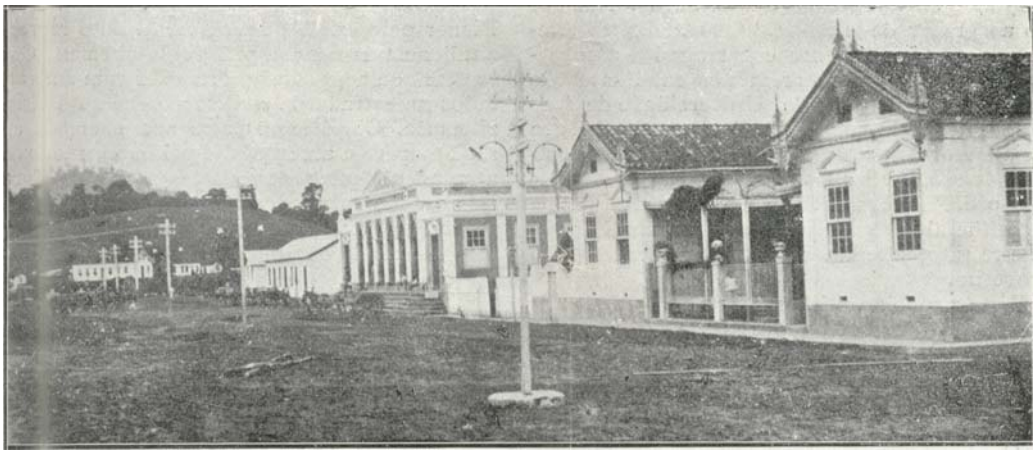
Desse modo, o desenvolvimento da firma é visível. Uma simples venda aberta em 1879 vai se tornar na década de 1890 e começo do século XX numa das maiores casas de comércio do estado, consistindo num centro polarizador da vida urbana de Iconha, que, aliás, vai ser a responsável, em grande parte, pelo desenvolvimento da vila e por conseqüência, transformar seus proprietários em senhores da região.

3.3 O DESENVOLVIMENTO URBANO DE ICONHA E A FIRMA COMERCIAL

A área urbana de Iconha desenvolveu-se ao redor da firma Duarte e Beiriz, no entanto não podemos afirmar que ela foi a única responsável pelo surgimento da vila, mas sua contribuição para tanto é inquestionável.

Como já foi apresentado, Beiriz comprou em 1879 a situação Olaria, que compreende atualmente a área urbana e seus arredores, na época um simples arraial que tinha as seguintes denominações: Olaria, Santo Antônio de Olaria e Santo Antônio de Iconha.

O Beiriz vai doar, conforme o Jornal *O Momento*, o lote n. 05 que corresponde ao atual perímetro urbano. É nesse espaço que vai se desenvolver a vila de Iconha e foi construída uma avenida principal no sentido norte-sul, onde foram construídos a sede da firma, as residências da família Duarte e outros sobrados de destaque, e progressivamente os órgãos públicos, formando a vida urbana de Iconha (FOTOGRAFIA 20).



Fotografia 20 - Avenida Antônio Duarte – começo do século XX. (trecho da avenida principal).
Fonte: Argos, 1919.

Observar-se na Fotografia 20, da segunda metade da década de 1910, a iluminação pública, a casa do Duarte no primeiro plano e a firma ao lado. A avenida é projetada de forma a ter uma grande largura, o que juntamente com a arquitetura, nos dá uma dimensão do espaço urbano. Na Fotografia 21, outros ângulos da mesma avenida, têm uma visão do lado esquerdo, sendo o segundo prédio a Câmara Municipal.

Fotografia 21 – Avenida Antônio Duarte (outro ângulo).
Fonte: Argos, 1919.

Por meio das Fotografia 20 e 21, podemos observar que havia uma elite com alto poder aquisitivo na vila, com sobrados bem construídos, conforme fachadas detalhadas, e especialmente a casa do Duarte, que possuía um chafariz e uma ampla sala. A Fotografia 21 focaliza a avenida no momento do desfile do Dia da Bandeira.

Fotografia 22 - Rua Muniz Freire - começo do século XX (transversal à avenida central).
Fonte: Argos, 1919.

Na Fotografia 22, os sobrados nos demonstram a existência de uma parcela da população com condições financeiras e o cenário urbano de Iconha. Havia uma preocupação com a organização do perímetro urbano, conforme demonstra o *Código de Posturas* (ICONHA, 1897):

> Art. 13 As ruas que se abrirem na Vila e povoações do Município terão 10 a 11 metros de largura.

> Art. 14. As casas da vila e povoações que tiverem de ser reconstruída, só poderão ser precedendo licença do Governo, e essa será feita segundo o alinhamento dado pelo mesmo governo.
> [...]
> Art. 17. Para maior incremento e perfeição da vila, ficam obrigados os proprietários a calçar as frentes de suas casas, na largura de 1,50 metro
> [...]
> Art. 19. Nenhuma casa será coberta da data desta Lei em diante dentro da vila, senão com telhas de zinco e em ultimo caso taboinhas, e as cobertas com palha atualmente existentes, não poderão sofrer reparo ou reconstrução senão de acordo com as novas posturas.

É interessante ressaltar que as terras para o espaço urbano foram doadas pelo Beiriz e a firma de sua propriedade e do Duarte era a referência do povoado, o que possibilitou que os comerciantes fossem considerados os fundadores de Iconha e que por conseqüência apoderou-se do município como seu protetorado, conforme analisaremos quando discutirmos os aspectos políticos.

A dinâmica econômica de Iconha girava em torno da produção de café nas pequenas propriedades, assim a acumulação de capital segue para o comércio, que vai desencadear o processo de urbanização. Em Iconha, essa tarefa foi realizada pela Duarte e Beiriz.

Argos (1919, p. 8) nos apresenta como a firma foi construindo ao seu redor o espaço urbano de Iconha:

> [...] a firma Duarte e Beiriz não mede sacrifícios. Assim a vemos ceder gratuitamente terrenos e mananciais para o abastecimento de água a população e para aumentar o cemitério, oferecer um prédio para a venda de carnes verdes, concorrerem para a abertura e melhoramento de estradas, pontes e outros serviços úteis e necessários [...].

Esse documento nos comprova como a firma era responsável pela formação da vila, pois como os terrenos que cercavam o pequeno povoado eram seus, a possibilidade de crescimento estava na sua doação, o que ocorreu. Não só doando terrenos mais promovendo serviços públicos, como a doação de água para o espaço urbano, o que sem dúvida deixava a população dependente e com uma divida de gratidão com os proprietários da firma.

Argos (1919) continua a apresentar o desenvolvimento da vida urbana:

> A 13 de junho de 1902, o coronel Antônio José Duarte, com o concurso de alguns amigos fundou a biblioteca Iconhense com 409 volumes.

> [...] fundou em 1893, o jornal “Echo da Lavoura”, que durante três anos prestou aquelas regiões os serviços mais preciosos.

Em 1883 foi criada a primeira escola pública e em 1892 surge a agência dos correios. Embora não haja registros de que a firma doou terrenos para essas construções podemos deduzir que as terras ou os prédios para acomodação partiram da firma, uma vez que todo espaço territorial pertencia a eles.

Conforme a Ata da Fundação (1885), que consta no *Arquivo do IHGI*, da primeira capela de Iconha, dedicada a Santo Antônio, Antônio José Duarte, foi o principal fundador:

> Aos vinte e um dias do mês fevereiro do ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil, oitocentos e oitenta e cinco, distrito de Piúma, da paróquia de nossa Senhora de Benevente, no lugar denominado Olaria do referido distrito ,foi por iniciativa do principal fundador da capela, o cidadão português Antônio José Duarte e dos auxiliares devotos Antônio Francisco Pereira Ramos , José Antônio Pereira Júnior, João Fernandes Ribeiro da Silva ,Heliodoro Gomes Pinheiro, Francisco de Souza e Teodorico de Jesus Miranda, deliberando erigir-se na colina do morro Olaria de propriedade do Dr. Deolindo José Vieira Maciel, uma capelinha dedicada ao miraculoso Santo Antônio [...].

Essa capela foi demolida mais tarde e construída a segunda na avenida central, também em homenagem a Santo Antônio (FOTOGRAFIA 23).

Fotografia 23 - Segunda Igreja Católica de Iconha, em procissão (começo do século XX).
Fonte: Argos, 1919.

Com o crescimento econômico do distrito de Iconha, a sede do município de Piúma, na vila de mesmo nome, perde importância já que a produção se concentrava no interior e em Iconha era comercializada, ficando para Piúma somente a tarefa de embarcar. Conseqüentemente, a elite política morava em Iconha, o que ocasionou, em 1904, a elevação de Iconha à categoria

de vila e sede do município de Piúma. Esse fato contribuiu para acelerar o processo de urbanização, já que agora Iconha contava com a Câmara Municipal e a delegacia.

Verificamos assim que, os elementos de uma área urbana foram aos poucos surgindo por meio da Duarte e Beiriz, uma vez que o espaço para as ruas, praça, prédios e serviços públicos eram doados pela firma, bem como templo religioso. Esse contexto pode ser comprovado por uma carta que Beiriz ([19--?]) envia ao governo municipal doando "[...] mais seis mil palmas quadradas de terreno contíguo ao referido cemitério", já que ele tinha doado as terras para o cemitério, mas reconhecendo que era pequeno. No entanto, há um detalhe interessante no documento, pois ele pede que seja concedido dessa quantia "[...] o espaço de duzentas palmas quadradas para a identificação de um jazigo para si e sua família".

Com esse documento, verificamos como o Duarte e o Beiriz foram construindo a vila de Iconha, já que as terras do atual espaço urbano pertenciam a ele. E mais, podemos observar também como ele faz questão de imortalizar seu poder no município, ao reservar bom espaço para sua família. Tanto que hoje é impossível não identificar o jazigo do Beiriz no cemitério de Iconha.

Em 1915, a vila recebe iluminação pública, via a casa comercial, que segundo Castro (2003, p. 113), "Durante muitos anos a firma Duarte e Beiriz forneceu energia elétrica para o centro da cidade de Iconha, gerada em sua usina hidrelétrica particular, que operava em Bom Destino: era a usina Confiança".

A firma tinha um grande interesse no desenvolvimento urbano de Iconha, pois em 1920 foi elaborado um mapa da área urbana, o que demonstra a preocupação em planejar o espaço e ao mesmo tempo em que tinha um poder sobre a vila, já que se encarregava de direcionar a organização urbana.

Fotografia 24 - Planta Cadastral de Iconha – início do século XX.
Fonte: Argos, 1919.

Legenda:
1 - Rio Iconha 2 - Casa Comercial Duarte e Beiriz 3 - Av. Coronel Antônio Duarte 4 - Rua Muniz Freire 5 - Vila Operária

A Fotografia 24 é um mapa da planta da área urbana da vila de Iconha em 1920, encomendado pela firma Duarte e Beiriz. Esse mapa tem como objetivo organizar o espaço urbano, fato interessante para um município do interior e na década de 1920, já que as figuras pretas simbolizavam as construções existentes e ao seu redor o projeto de expansão, com as demarcações das construções que surgiriam, ou seja, padrões urbanos com ruas e tamanho dos lotes já definidos.

Outro ponto que devemos nos atentar é a intenção de criar uma vila operária, que não se concretizou, o que nos permite afirmar que a firma tinha intenção de expandir-se e necessitaria de espaço para seus funcionários. Com o mapa podemos dizer que os proprietários da firma almejavam transformar Iconha em um centro comercial devidamente organizado e estruturado.

O espaço representado no mapa é o atual centro de Iconha e apresenta a área urbana doada pela firma. Merece destacar inclusive que os comerciantes faziam questão que as ruas fossem

largas e com a Avenida Principal (atual Av. Coronel Antônio Duarte) como o eixo central da vila.

A doação de terras e as construções realizadas em Iconha não devem ser entendidas como fruto da bondade e espontaneidade da firma, ou melhor, dizendo, de seus proprietários. Embora tivessem um desejo pessoal de ver a região que vivia se desenvolver, se faz necessário ressaltar que quanto melhor fosse a estrutura urbana de Iconha mais pessoas seriam atraídas e conseqüentemente seu comércio ampliaria a clientela. Outro ponto muito importante, que nos deteremos posteriormente, é que a "construção" do município pelo Duarte e pelo Beiriz lhe daria a condição de senhores da região, os benfeitores, ou seja, interesses políticos.

Fotografia 25 - Vista panorâmica de Iconha, começo do século XX.
Fonte: Argos, 1919..

Legenda:
1 - Rua Muniz Freire 2 - Câmara Municipal 3 - Avenida Central 4 - Igreja 5 - Casa comercial Duarte e Beiriz

No entanto, não podemos negar que em função da firma, a vila de Iconha teve um grande salto no processo de urbanização no período de 1890 a 1915. Aquele arraial que assiste em 1879 a chegada do Duarte e que nada mais era do que um sertão, último ponto navegável do Rio Iconha, se torna no começo do século XX uma vila que desponta com próspero desenvolvimento urbano, recebendo a produção de café do seu interior. O que nos permite afirmar que, tanto a área urbana quanto a rural vai surgir de fato a partir da ação do Duarte e Beiriz na venda de lotes e desenvolvimento comercial, uma vez que antes de 1879 ocorrem explorações pelo interior para extrair madeira e um início de povoamento com o Dutton, o que só vai se concretizar de fato com os empreendimentos da Duarte e Beiriz.

O desenvolvimento de Iconha praticamente em duas décadas teve como centro polarizador a casa comercial. Numa região de pequena propriedade, a população estava dependente do comerciante, na ausência de um poder público para direcionar as obras públicas, a firma assumiu tal função, como verificamos,e claro, o capital foi convergido para o comércio, que naturalmente requer uma estrutura urbana.

Desse modo, esse desenvolvimento econômico, populacional e urbano vai permitir a formação de uma oligarquia que predominará no cenário político do município. Na medida em que a firma Duarte e Beiriz avolumava seus negócios, os seus proprietários, em especial Antônio José Duarte, vão se tornando líderes políticos. Após apresentarmos o desenvolvimento da região e seu contexto econômico, vamos nos ater como esse cenário conduziu ao contexto do coronelismo em Iconha, caracterizado como o coronel vendeiro.

4 PODER POLÍTICO EM ICONHA

O desenvolvimento econômico e social de Iconha nas últimas décadas do século XIX e início do XX, que apresentamos no capítulo anterior, foi acompanhado da formação de uma forte oligarquia, liderada pelo comerciante Antônio José Duarte, que apresentaremos nesse capítulo, para assim compreendermos a relação entre o comércio e a política na vila de Iconha no período de 1889 a 1915.

4.1 O CORONEL ANTÔNIO JOSÉ DUARTE

Com a renovação da historiografia, a partir da década de 1970, muita discussão tem ocorrido sobre abordagens historiográficas, entre elas a biografia, que para muitos historiadores é considerada uma prática tradicional. No entanto, reconhecemos a importância do estudo mesma para a compreensão do contexto histórico, não se limitando a narrar a vida de uma personagem e sim tomá-la como ponto de partida para estudos maiores que contemplem a análise e a criticidade, possibilitando ampliar os conhecimentos sobre o assunto e contribuindo para a problemática da pesquisa. Esse é o objetivo de apresentarmos brevemente a biografia do coronel Duarte, para que através dela possamos nortear de forma problematizante o desenvolvimento do poder político na vila de Iconha.

Conforme apresentamos no tópico 3, Antônio José Duarte chegou a Piúma em 1874 e dois anos depois foi para Iconha como funcionário na firma Natividade até abrir seu próprio negócio em 1879, associando-se a José Gonçalves da Costa Beiriz em 1886 para formar a firma Duarte e Beiriz. Casou-se em 1884 com Júlia Augusta e teve por filhos: Antônio, Maria, Otávia, Carlos, Argentina, Álvaro, Emília, Manoel, José e Palmyra.

Tomamos o ano em que Duarte e Beiriz se associaram para o estudo do poder político do Coronel Duarte. É importante ressaltar que o Beiriz fazia parte das relações políticas na região, mas como na firma cabia a ele o trato das terras com os imigrantes e a administração da compra do café e ao Duarte o gerenciamento da firma, incluindo as funções burocráticas e

o acerto de contas da compra e venda da produção, as atividades políticas lhe foram delegadas por Beiriz, já que o "balcão da venda" propiciava uma aproximação maior com os eleitores.

Na verdade, Beiriz, que tinha idade mais avançada, deixava para o sócio Duarte a função política, o que era comum na Primeira República, um coronel ou pessoa influente delegar as relações políticas a alguém que possuísse habilidades para tanto, que, aliás, Duarte exerceu de forma intensa. Conforme apresentado pela *Argos* (1919, p. 12), ele esteve à frente do poder municipal nos seguintes períodos:

- 1896 - Governador Municipal;
- 1904 - Governador Municipal;
- 1908 a 1912 - Presidente do Governo Municipal;
- 1912 a 1916 - Presidente do Governo Municipal;
- 1918 a 1920 - Prefeito Municipal.

As informações merecem esclarecimento. Antes das prefeituras, não havia nos municípios separação entre poder legislativo e executivo, ambos cabiam ao governo municipal (ou conselho municipal ou intendências) e as funções propriamente executivas eram exercidas pelo presidente do governo municipal. Este era, portanto, a maior autoridade no âmbito do município.

Assim, podemos dizer que de 1896 até 1908 Duarte era governador Municipal e a partir de 1908 ocupa o poder executivo, com espaço de tempo de 1912 a 1916 que é Presidente da Câmara Municipal. De 1896 a 1920 se manteve na chefia do poder municipal. Quando não estava no cargo executivo, compunha o legislativo. É importante ressaltar que seu grupo político ficou ainda mais fortalecido com a transferência da sede municipal para Iconha, em 1904, e seu adversário, coronel Carlos Gentil Homem, se desligou politicamente de Iconha nessa data, como veremos mais tarde. Assim, verificamos que Duarte dominou o cenário político local.

No entanto, convém analisarmos também outros cargos importantes que ocupou , conforme *Argos* (1919, p. 12):

- 1890 - Delegado de polícia;

- 1890 - Agente do Correio;
- 1890 - Presidente da Comissão Censitária;
- 1891 - 1º Suplente de Delegado de polícia;
- 1896 - 1º Suplente de Juiz Distrital;
- 1898 - Tenente Coronel comandante do 56º batalhão da Guarda Nacional;
- 1898 - 2º Suplente de Delegado de Polícia;
- 1900 - 1º Juiz Distrital;
- 1900 - 1º Suplente de delegacia de Polícia;
- 1900 - Coronel Comandante da 20ª Brigada da Guarda Nacional;
- 1902 - Delegado de Higiene;
- 1908 -1º Juiz Distrital;
- 1916 - 2º Suplente de Juiz de Direito.

Esses cargos são de natureza institucional, havendo ainda outros:

- 1897 - Grau 3 pela ”Loja Maçônica Fraternal” de Guarapari.
- 1898 - Grau 18 pela ”Loja Maçônica União e Progresso” de Vitória;
- 1889 -Grau 30 pela ”Loja Maçônica União e Progresso” de Vitória;
- 1901 - Grau 33 pela ”Loja Maçônica Itapemirinense” de Itapemirim;
- 1901 - Membro Honorário do Supremo Conselho do Brasil, comenda outorgada por uma Loja Maçônica do Rio de Janeiro não identificada;
- 1901 - Benemérito da “Loja Maçônica Luz Universal” de Benevente (atual Anchieta);
- 1902 - Membro Honorário da ”Loja Maçônica Adopção Theodora” de Itapemirim.

Conforme verificamos, Duarte exerceu o poder político municipal por meio de cargos legislativos e executivos e, além disso, ainda possuía cargos públicos como agente de correio, delegado e juiz que no contexto da Primeira República eram importantes para o coronel dominar a sociedade, demonstrando assim como Duarte monopolizava o poder e as atividades locais através dos cargos que ocupava, o que comprova seu poder na região.

Esse poder pode ser confirmado ainda pelos títulos que possuía em lojas maçônicas da região, Benevente e Itapemirim, na capital do estado e até na capital federal. Sabemos que para ser membro da maçonaria a pessoa devia ter requisitos e um deles, no contexto

estudado, é o poder econômico. Ser membro da maçonaria simbolizava prestígio e tinha grande importância para a vida profissional, pois, por meio da confraria se faziam amizades e aliados que convergiam para os negócios.

Verifica-se assim, através dos dados apresentados, que Duarte não se limitou a ser um grande comerciante, pois desenvolveu uma intensa vida política e alcançou prestígio na região e no estado, comprovado através dos cargos e títulos obtidos

pelas lojas maçônicas. A partir da biografia do coronel Duarte, se faz necessário detalhar e analisar como ele alcançou e manteve esse poder apresentado.

4.2 CULTURA POLÍTICA NA VILA DE ICONHA

Ao estudarmos a cultura política na vila de Iconha temos que nos ater ao fato de que a região apresenta aspectos políticos peculiares devido a condição do poder político estar atrelado ao comércio numa estrutura agrária de pequena propriedade e ao mesmo tempo, apresentavam aspectos clássicos da prática coronelística.

Esses aspectos não se opõem, pelo contrário, as práticas coronelísticas em Iconha, como em todas as partes do Brasil, apresentam semelhanças, mas também características locais. Por isso, no primeiro momento apresentaremos aspectos peculiares de Iconha, que podem ser observados também em outras regiões, e no segundo momento aspectos considerados clássicos do coronelismo à luz das relações comerciais.

4.2.1 O poder simbólico e as relações de Duarte com a sociedade

Os atuais municípios de Iconha e Piúma formavam o feudo do coronel Duarte, ele se tornou o senhor do município com a ajuda do seu sócio. Um pequeno arraial vai ganhar formas urbanas a partir das ações do Duarte e Beiriz. É importante salientarmos que as obras que eles realizaram como a doação de terras para construções públicas, como ruas, cemitério,

praças, igreja e escola lhes deram a condição de benfeitores do município e que tais realizações, ocorreram a partir da Casa Comercial Duarte e Beiriz, conforme vimos no capítulo anterior.

O poder político do Duarte esteve envolto de toda uma simbologia a partir do comércio, indo além das obras realizadas e já apresentadas, pois essas lhes deram visibilidade e, portanto, precisamos analisar sua ação após ter obtido o reconhecimento da população como o benfeitor da região. Assim se faz necessário analisar as relações sociais estabelecidas a partir do poder político e comerciais.

A Casa Comercial Duarte e Beiriz satelitizava a região. Era ao seu redor que se desenvolvia a vila de Iconha e onde as pessoas tratavam de negócios e supriam suas necessidades, que não se limitavam a bens materiais. A importância da casa comercial para a região era refletida na pessoa do Duarte, pois era ele que estava à frente dos negócios, ou seja, ele ganhava visibilidade graças ao comércio.

Como a região era formada por pequenos proprietários agrícolas criou-se uma relação de intensa dependência. Primeiro, por comprar a crédito, já que grande parte dos agricultores, ao chegarem à região, adquiriam as terras para pagá-las com a colheita do café e compravam gêneros alimentícios e utensílios fiados durante o ano na venda para pagarem também com a colheita do café.

Desse modo, o crédito era motivo para manterem-se fiéis ao Duarte, pois como não havia outro comércio na região necessitavam disso. A dependência do fiado pode ser comprovada no Balanço Geral do Ativo e Passivo da Casa Comercial Duarte e Beiriz de 31 de dezembro de 1909 da qual constam valores de devedores por hipotecas, por documentos e contas correntes que nos permitem afirmar que a população estava presa ao Duarte pela compra a credito.

Em segundo, essa dependência não se limitava à compra de terras, gêneros alimentícios e utensílios, eram também pela venda de café. Já que os agricultores não tinham condições de negociar diretamente com as exportadoras, vendiam seu produto para o Duarte que possuía uma estrutura para beneficiar e transportar a produção.

Duarte possuía funcionários que faziam a inspeção da produção e davam o preço que na maioria das vezes não satisfazia o proprietário, mas, não tinha alternativa já que era a única forma de vender o café, pois não havia grande concorrência de compradores e também por que o café era a forma de pagar as dívidas contraídas com a firma na compra da terra e gêneros alimentícios, ou seja, estavam atrelados à firma.

Dessa forma, o vender fiado e comprar a produção dos agricultores pela firma consistiram numa forma de manter uma relação de dependência com a Casa Comercial, ou melhor, dizendo, com o coronel Duarte, que seria muito bem aproveitada em época de eleições.

Outra relação estabelecida entre o Duarte e a sociedade via comércio era ser uma pessoa de referência. Essa característica é explicada pelo fato do comerciante ser uma pessoa de destaque na região, as vezes o único com instrução e com condições de socorrer em caso de necessidade.

Assim, muitos pais convidavam Duarte para ser padrinho de seus filhos a fim de serem "compadres" do coronel, o que garantia certo status e na esperança de que quando o filho precisasse de alguma ajuda teria um padrinho poderoso ou então, reduzia a distância da família com o comerciante. Do outro lado, o comerciante alinhava votos de uma clientela fiel, seus afilhados e familiares.

Por ser uma pessoa de destaque na região, muitos recorriam ao comerciante para pedir conselhos conforme carta abaixo:

> Prezado amigo Cel Duarte
> Minhas Saudações
> Venho solicitar do bom amigo a forma de responder a consulta que lhe fiz sobre os negócios de Rio Novo. Conto com sua boa vontade.
> Muito grato, Carlos Cosse (Documento manuscrito).

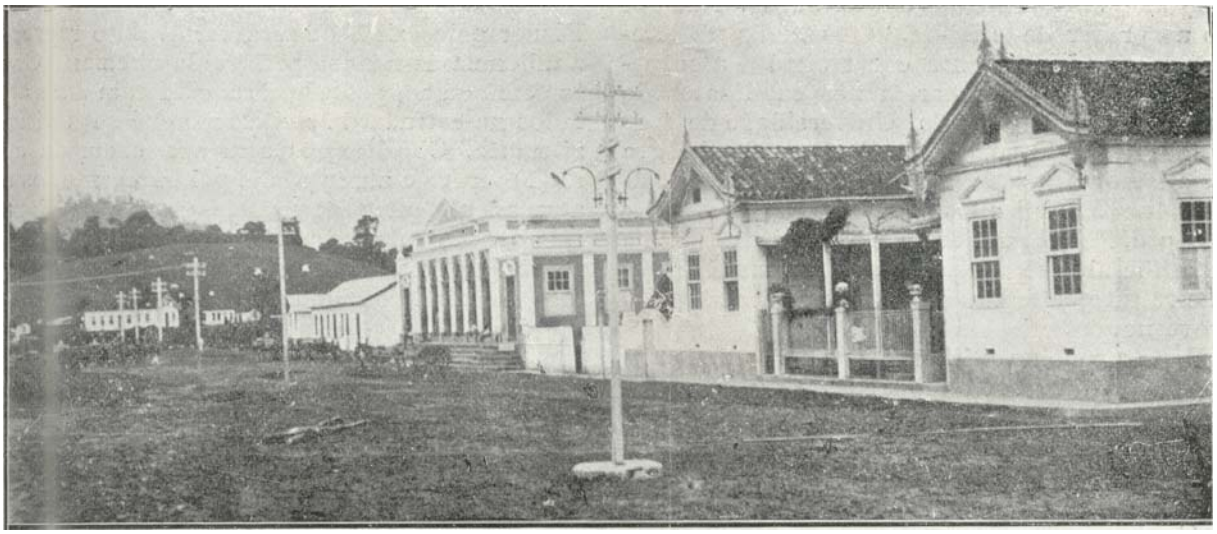
O documento nos permite afirmar que Duarte era uma pessoa influente na região e que havia uma sociedade que confiava nele para receber conselhos e resolver seus problemas. A palavra "consulta" na carta nos proporciona a dimensão desse contexto, pois o referido Carlos confia no Duarte para dar os rumos necessários ao tal negócio.

Era ao Duarte que a população, na grande maioria analfabeta, recorria nos momentos de dificuldades como, por exemplo, quando um familiar ficava doente e necessitava comprar um

remédio que não havia na vila, cabendo ao Duarte intermediar a vinda do medicamento de outras praças. Outro exemplo era em conflitos familiares ou nos negócios onde em muitas vezes a decisão era dada pelo comerciante. Por ser uma pessoa instruída e com poder aquisitivo ele ganhava espaço e criava vínculos com a população com a função de conselheiro, padrinho e "amigo" nas horas de dificuldade.

Além das relações estabelecidas entre ele e a população através da Casa Comercial, Duarte destacava-se ainda por toda uma simbologia. É importante fazer uma análise da sua residência.

Fotografia 26 - Residência do Coronel Antônio José Duarte.
Fonte: Caprini et al., 2004.



Fotografia 27 – Residência do Coronel Antônio Duarte (outro ângulo).Trecho da avenida principal (atual Av. Coronel Antônio Duarte).
Fonte: Argos, 1919.

As Fotografias 26 e 27 nos proporcionam uma dimensão da casa. Na primeira foto temos no lado direito o coreto e a praça e em frente a esse a igreja, que não aparece, ou seja, a casa não estava no centro da vila, era o centro da vila. Na Fotografia 27, temos à esquerdo a casa comercial.

Na Fotografia 28, temos o lado oposto da rua com a Câmara Municipal e a delegacia em frente da casa. Desse modo, podemos ver que simbolicamente o poder estava próximo dele.

Fotografia 28 – Prefeitura e Câmara Municipal de Iconha (Avenida Coronel Antônio Duarte).
Fonte: Argos, 1919.

Com as Fotografia 26, 27 e 28, podemos ter a dimensão do centro de Iconha e verificar que o econômico (casa comercial), o político (câmara Municipal) e o religioso (igreja) estavam ao seu redor. Essa organização espacial enfatizava o seu poder, tudo estava ao seu redor e controle. No imaginário da população o Duarte era o centro da vida na vila.

Para completar, a residência se destacava das demais o que lhe conferia mais poder. Observando a Fotografia 27, verificamos que a casa tem formato da letra U, havendo um jardim na frente e arquitetura requintada. Possuía salas de estar grande onde se realizavam festas. O chafariz no formato de sapo que ficava no jardim era um atrativo à parte. A residência se destacava perante quem passasse por Iconha, simbolizando o poder do coronel.

Aliás, os grandes salões do casarão eram sempre utilizados nas festas e serestas organizadas pelo coronel para a elite local e visitantes. Eram servidos licores, doces e quitutes para alinhavar acordos políticos, fazer negócios e demonstrar o poder da elite.

A construção da área urbana, já apresentada no capítulo anterior, nos proporciona uma reflexão de como ele tornou-se o senhor do município. Como seu sócio, Beiriz, doou o terreno da vila, e Duarte junto com ele construiu ou intermediou junto ao Estado, a construção de delegacia, correios, câmara municipal, igreja, cemitério, escolas e ruas, a população via ele o benfeitor, ou seja, no imaginário da população ele construiu o município e todos eram gratos por isso.

Falar na vila de Iconha sem fazer menção ao coronel era impossível, ele se fazia presente em cada canto do município. A ausência do Estado lhe deu condição se ser o Estado.

Um fato interessante e que demonstra como a população local respeitava a figura do coronel é a recepção que esse e sua família receberam ao retornar de uma viagem de seis meses a Portugal em 1896, assim descrita pelo Jornal *Sul do Espírito Santo* (apud DUARTE, 1902, p. 13):

> Em 12 do corrente regressou de sua viagem à Europa, com sua Exma familia, o Sr. Antonio José Duarte, sócio da importante casa Duarte e Beiriz; a sua chegada foi florescente sociedade filarmônica Piumense a bordo do vapor; aguardava-o em terra

> grande numero de seus amigos dessa comarca; queimando-se ali por essa ocasião inúmeras dúzias de foguete; no dia seguinte o recém-chegadopara o Iconhaem companhia de grande nuimero de amigos e ali também chegado, o aguardavam muitos amigos que lhe fizeram uma brilhante recepção, a qual terminou por um animado baile.A 15 dias seguintes, esse nosso amigo foi ao lugar Inhaúma e ali foi surpreendido por nova recepção, achando-se as estradas por onde o mesmo teve de passar a chegada com folhas e flores aromáticas, havendo baile e festejo, dando isso prova sincera do quanto é estimado Antonio Jose Duarte nessa comarca (DUARTE, 1902, p. 14).

Esse momento pode ser ilustrado com a Fotografia 29:

Fotografia 29 - Recepção da população ao coronel Antônio Duarte.
Fonte: Argos, 1919.

Quando o jornal fala de como o coronel é estimado pela população com a presença em praça pública, bailes, foguetes, música e ruas ornamentadas não podemos esquecer que essa população dependia dele.

A atitude das pessoas, descrita e observada, demonstra o poder do coronel sobre a população e sua força na região, ou seja, nos mostra como seu comércio prosperou e lhe proporcionou poder, aliás, a própria viagem já demonstra que possuía bom capital e simboliza seu poder: o imigrante pobre que retornou rico para a terra para visitar os conterrâneos, e com histórias para contar sobre “o município que criou”. Isso numa região de imigrantes europeus, no caso

os italianos massivamente, simboliza um homem de poder, ele era o que eles queriam ser e vieram buscar aqui, intimidando e demonstrando que então, era poderoso.

O coronel Duarte era um homem culto, não possuindo aquele estereótipo de coronel ignorante que muitos trabalhos enfatizam. Em 1893 fundou o jornal *Eco da Lavoura* com a finalidade de divulgar novas idéias e conhecimentos, bem como estimular o comércio via anúncios. O jornal durou três anos. Em 1902 ele criou a biblioteca municipal que possuía, além de livros, jornais diários e revistas à disposição da população, tendo o fundador como presidente.

Salienta-se ainda que o coronel publicava almanaques, que eram distribuídos pela Casa Comercial, com informações úteis e anúncios.

Não podemos ignorar o fato de que Duarte tinha intenção de instruir a população e uma mentalidade aberta para um momento da nossa história em que as elites não se preocupavam com informação. Mas, é importante ressaltar que essas realizações enalteciam sua imagem junto à população.

Em 1902 ele encomendou à Tipografia Heitor Ribeiro & Cia sua biografia que não tem menção ao autor, o que podemos deduzir que foi elaborada por ele e organizada pela tipografia. Essa atitude demonstra como ele buscava enaltecer sua imagem e imortalizar-se na história local.

Assim, verificamos que o coronel Duarte estabelecia uma intensa relação com a sociedade através da casa comercial e de realizações que faziam com que sua imagem se mantivesse no imaginário da sociedade por meios materiais e simbólicos.

4.2.2 Práticas coronelísticas na Vila de Iconha

As relações sociais e políticas do coronel Duarte com a sociedade necessitam ainda da análise de aspectos que são comuns no país durante a Primeira República, mas, que na região de Iconha se desenvolveram a partir do contexto comercial, ou seja, da Casa Comercial Duarte e Beiriz e seu proprietário, como o clientelismo, fraudes, violência entre coronéis e a ação de capangas do coronel com a população, bem como a relação do Duarte com o poder estadual.

Na Primeira República o clientelismo foi uma característica marcante do sistema político e em Iconha, como não poderia deixar de ser, também se fez presente. A vila de Iconha não possuía serviços públicos como correios, educação e delegacia. Desse modo, Duarte logo cuidou de trazer esses benefícios, conforme apresentamos no capítulo anterior, para a população. Ora, para ele a falta desses serviços foi ideal para lançar mão do clientelismo.

Em primeiro lugar esses serviços atendiam ao clientelismo, pois, quem neles trabalhava eram pessoas de confiança do coronel ou ele próprio, já que ao abrir a agência dos correios ele foi o primeiro agente, não por necessidade financeira e sim por interesses, e desse modo, embora fosse um serviço público, um adversário político poderia ser privado da sua utilização ou ser prejudicado no atendimento.

O mesmo ocorria com a delegacia, Duarte também era delegado ou subdelegado. Assim, se alguém fosse prestar queixas sobre algum incidente, com certeza levaria vantagem o lado que fosse ligado ao delegado, ou melhor, dizendo, do coronel Duarte. O mesmo ocorria com a justiça já que era ele o juiz de paz. O coronel que tinha a delegacia e cartórios em suas mãos podia defender amigos, perseguir inimigos e falsificar documentos.

Quem quisesse ter serviço público, se pode chamar de público, tinha que estar politicamente aliado com o coronel. Votar nele era garantia de serviço público.

Em segundo lugar, os serviços públicos atendiam ao clientelismo através dos empregos. Os funcionários públicos eram ligados ao coronel. Era ele que “arrumava” o serviço. Desde o delegado até o servidor braçal da prefeitura. É importante ressaltar que em uma região com poucas opções de trabalho, limitado praticamente à lavoura, ter um emprego público era privilégio. Assim, o coronel garantia o voto de quem estava empregado e de sua família.

Podemos enumerar outra vantagem do serviço público. O coronel que estava no poder controlava a cidade. As cartas que chegavam para o adversário passavam pela sua mão. As contendas judiciais passavam por um juiz aliado do coronel. E a lista é grande: professora primária, agente fazendário, escrivão, policial, dono do cartório, funcionárias administrativos da prefeitura, coveiro, padre, todos agindo a favor do coronel. Assim, podemos dizer que o coronel que controlava os serviços públicos em suas mãos garantia votos.

Esse contexto é verificado em Iconha, conforme já relatamos, pelo fato do Duarte fundar esses serviços e também pelos empregados que ocupam os cargos. Basta revermos a biografia do Duarte para perceber como estava dominando as funções estratégicas. Analisando documentos e fazendo o cruzamento de nomes encontramos pessoas que estão sempre presentes na administração.

Por exemplo, conforme *Termo de Inventário da Agência dos Correios de Iconha*, datado de 06 de fevereiro de 1902, encontramos Manoel Gonçalves da Costa passando o cargo para Aureliano José Vieira Nunes. O mesmo Aureliano é o secretário municipal que assina juntamente com Virgilio Francisco da Silva, Presidente do Governo Municipal, que analisaremos a seguir, o *Código de Posturas do Município* (ICONHA, 1897). Em 1914 ele é o prefeito municipal até 1916, retornando ao poder em 1920 e falece em 1921. Sem falar que seu nome figura ainda como governador municipal e acumula funções administrativas.

Não queremos afirmar que seja errado a pessoa trabalhar, mas convenhamos, esse Aureliano sem dúvida era uma pessoa de confiança do grupo político com emprego garantido, clientelismo, e que chegou ao posto de prefeito na espécie de um “revezamento” com o Duarte, pois quando esse não podia assumir por questões legais, ficava alguém leal a ele, no caso o Aureliano.

Analisando ainda o *Relatório do Governo Municipal*, do Presidente Coronel Antônio José Duarte (ICONHA, 1910, p. 7-8) verificamos brechas para a existência do clientelismo:

> Nº 11- Nomeando cidadão Alfredo Antunes Vieira, para reger a escola do lugar Mineiro, recebendo os vencimentos de 50$000 mensais e com direito a uma gratificação, quando o número de alunos exceder de 25.
> [...]
> Nº 12- Nomeando o cidadão Ambrosio Pires Martins, para o lugar de fiscal do 2º Distrito, com os vencimentos de 40$000 mensais.

> [...]
> Nº 13- Nomeando guardas fiscais para os lugares Piúma, Monte Belo, Duas Barras e Monte Alegre, recebendo somente 50% das rendas mensais que arrecadarem.

Não podemos ignorar o fato de que a prefeitura precisava contratar. No entanto, cabe uma análise dessa contratação à luz do sistema político da Primeira República. Em primeiro lugar essas nomeações ocorriam conforme os interesses do coronel, não havendo qualquer forma de escolha meritocrática, o que conduz ao clientelismo. Em segundo, podemos questionar o fato de serem cargos estratégicos para a política, como fiscais, que com certeza privilegiam os interesses da elite política. Assim, o relatório nos mostra que o coronel Duarte administrava de forma clientelista.

Antes de prosseguirmos na análise da prática coronelística em Iconha é necessário conhecer o braço político do coronel Duarte: tenente Virgilio Francisco da Silva. Esse foi o intermediário do poder municipal com o estadual, responsável na esfera local pela política dos governadores.

Virgilio Silva foi cobrador da Província, além de deputado provincial, e depois do Estado, além de ser agrimensor, o que lhe proporcionou estabelecer contatos com políticos. Foi deputado estadual de 1896 a 1920 e por vários mandatos acumulou a Presidência do Município, além de outros cargos como Fiscal Escolar, conforme carta que ele remete ao Governador Municipal Antônio José Duarte em 1907, prestando conta da situação de um professor que esteve de licença por 15 dias. Foi um grande personagem da política regional e estadual que esteve sempre ligado ao Duarte.

Virgilio Silva é importante para compreendermos as fraudes eleitorais, os desvios na administração municipal e obtenção de benefícios para município com o governo do estado, e desse modo, a relação entre o municipal e o estadual, forte característica da República Velha.

Com relação às fraudes eleitorais, Virgilio Silva e Duarte formam uma dupla imbatível. Na Primeira República as eleições sempre eram marcadas pelas fraudes e jogadas políticas, como eleição a bico de pena, duplicação de cédulas, vivos que não votam para outros votarem e mortos que votam, violência e impugnações. Essas características são enunciadas quando se fala em República Velha, mas muitas vezes acabam ficando só no conceito, não

havendo uma demonstração na realidade. Assim, apresentaremos a seguir como Duarte conduzia a eleição em Iconha.

Embora ele tivesse em suas mãos quase todo o eleitorado devido às amarras do comércio, se fazia necessário ter certeza de que seu eleitorado se manteria fiel e aniquilar seus adversários. No município, Duarte não possuía uma grande oposição, com exceção do coronel Carlos Gentil Homem, seu antigo sócio comercial numa associação na localidade de Inhaúma.

Gentil Homem, como era conhecido, tinha como área de atuação a localidade de Rodeio, ponto extremo do município e divisa com Rio Novo do Sul, sendo grande proprietário rural, que vivia rodeado de capangas. No entanto, em 1904 ele conseguiu transferir a localidade de Rodeio para a jurisdição de Rio Novo do Sul e passou a ser o senhor desse município, não sendo empecilho para Duarte. Esse contexto de conflito dos coronéis será detalhado a partir do desenrolar das fraudes nas eleições de Duarte e Virgilio Silva.

Para compreendermos as fraudes eleitorais em Iconha e Piúma, se faz necessário apresentar fragmentos de jornais da capital que retratam a situação para então analisarmos esse contexto.

O jornal *O Comércio do Espírito Santo* (1900, p. 1), de oposição do governo estadual, traz, um artigo no qual um fiscal, Adriano Dias Ferreira, designado por Jerônimo Monteiro para fiscalizar a 3ª seção relata a fraude eleitoral ocorrida no município conforme fragmento abaixo, no qual um fiscal denuncia as fraudes em Iconha, com trecho da petição entregue ao Juiz de Benevente.

> Igualmente protesta o suplicante contra a violação da consciência, anulação da vontade e direitos dos cidadãos qualificados eleitores, cujas chapas eram indecentemente trocadas a boca da urna. Protesta contra o abusivo o extra-legal precedente de serem admitidos votar eleitores com títulos diferentes.Protesta ainda o suplicante contra o fato de achar-se a força armada cercando os edifícios próximos, ora de uma, ora de outra seção.Protesta também contra o fato de serem admitidos a votar menores de 16 anos de idade.Protesta finalmente contra ter sido feita a chamada dos eleitores antes da hora, visto como já as oito horas do dia pessoas que chegavam ao arraial do Iconha protestavam contra semelhante ilegalidade. E como grande número de eleitores foi obstado a votar, e em vista recusa ou não aceitação do fiscal, vem por isso o suplicante, e por tudo isso alego, requerer a V. S. que se digne de mandar o tabelião tomar por termo o presente protesto como o é de Lei (O COMÉRCIO..., 1900).

O jornal apresenta o cenário das eleições em Iconha, que não foge da realidade do país, com as mesmas práticas de trocar cédulas, fazer a chamada dos eleitores fora do horário estipulado, força de capangas para o voto do cabresto e menores votarem. Esse documento comprova o poder do coronel Duarte na região, pois para cometer as fraudes relatadas, deveria ter meios para que não sofresse penalidades pelos seus atos.

Através da reportagem podemos verificar também como ocorria à relação entre coronel e governo do estado. Por ser uma eleição estadual, Jerônimo Monteiro, oposição a Moniz Freire, lança candidato que não recebe o apoio do grupo do Duarte, justificando assim as fraudes denunciadas pelo fiscal. O que demonstra como os poderes locais, coronéis, trabalhavam a favor dos seus aliados estaduais, geralmente aqueles que estavam no poder. Assim, Duarte conduzia os resultados da eleição em Iconha a favor de Moniz, seu aliado na esfera estadual naquele momento.
O mesmo jornal comprova a prática eleitoral em Iconha, mostrando que não havia coerência entre a listagem de votantes e assinatura de presença.

> Protesto
> Os abaixo assinados, eleitores da 2ª e 3ª seção do 2º distrito do município de Piúma, não tendo votado nem tão pouco comparecido na eleição de 2 de fevereiro do corrente, e lhes constando terem seus nomes figurados nos livros de presença das referidas seções,vem com todo o rigor da Lei protestar contra o abuso criminoso de quem por eles assinou nos mesmos livros:[seguem os nomes] (O COMÉRCIO..., 1900).

Assim, podemos afirmar que o grupo de Duarte se manteve no poder municipal e Virgilio Silva no poder estadual graças a esse sistema de fraudes que embora denunciado nada era feito, pois, o Juiz da Comarca de Benevente recusou-se a aceitar a petição do fiscal sobre as fraudes eleitorais, provavelmente por que era ligado ao Duarte e ao Governo de Moniz Freire, ou seja, a aliança entre os políticos estaduais e municipais.

Essas fraudes políticas levaram a um grande conflito entre os coronéis Duarte e Gentil Homem, já citado. Até 1904 Piúma era a sede do município do mesmo nome, no entanto a sede não concentrava o desenvolvimento econômico do município, daí os políticos que viviam no interior, como Duarte, Beiriz e Gentil Homem, decidirem transferir a sede para o interior. Os primeiros queriam que fosse para o distrito de Iconha e o último para Rodeio, ou seja, onde residiam. Prevaleceu a vontade de Duarte, Beiriz e Virgilio Silva e em 18 de

novembro de 1904 a sede foi transferida para Iconha, sendo uma demonstração de força do Duarte.

A situação já estava agravada por que Gentil Homem julgava ter ganho as eleições do município, no entanto Virgilio Silva também se julgava eleito. Isso foi devido ao questionamento do resultado da urna de Rodeio em que Virgilio acusava fraude em favor de Homem e esse anunciava que o resultado era legítimo.

No entanto, a causa foi ganha por Virgilio Silva, conforme o jornal *O Estado do Espírito Santo* (1904), apresentando a decisão do Tribunal Superior. Era evidente que Virgilio Silva, mais influente do que Homem na capital havia conduzido a decisão.

Indignado com a situação, Gentil Homem buscou-se transferir a sede para a localidade onde morava, como já vimos, e também não conseguiu. Como última alternativa ele tomou a seguinte atitude:

> O cartório da região estava instalado em Iconha e Gentil Homem queria que fosse instalado em Rodeio. Primeiro tentou a transferência politicamente e os políticos da época prometeram que estudariam o caso. Gentil Homem foi à Vitória e chegou até a ameaçar o governador da época. Como não conseguiu nada de imediato, voltou para casa, juntou os capangas e à noite invadiu o cartório, apanhou livros e documentos, levando-os para Rodeio. Dias depois o Governador do Estado mandou dizer que os estudos estavam sendo terminados e que era certa a transferência do cartório. Gentil Homem mandou dizer que não precisava mais, pois já tinha feito a transferência. O cartório foi dado como queimado por uns quatro anos (CASTRO, 2003, p. 104-105).

Além disso, Rodeio passou a pertencer ao município de Rio Novo do Sul e Gentil Homem se desligou politicamente de Iconha. Essa transferência é relatada em um texto sem autoria, um manuscrito, que consta no arquivo do IHGI explicando as divisas dos municípios e justifica a perda de Rodeio para Rio Novo do Sul devido a esse conflito.

As fraudes denunciadas pelos jornais e o conflito de Duarte e Virgilio Silva com Gentil Homem comprovam como eram as eleições em Iconha e o mais importante é que com esses documentos comprova-se como Duarte era poderoso politicamente sendo as fraudes ignoradas e que ele conseguiu derrubar outro coronel e se manter como o senhor do município.

Esse fato demonstra o conflito entre coronéis por poder e que nesse caso foi resolvido com a separação da base política do mais fraco.

O poder político de Duarte em Iconha transformou a prefeitura em um órgão livre para ele realizar as ações que bem entendesse. O poder de Duarte na região e sua administração são denunciados pelo jornal *O Correio do Estado do Espírito Santo* (1908, p. 1), da seguinte forma:

> A oligarquia de Piúma
> Os autoritários e egoísticos senhores feudais do infeliz município de Piúma até hoje não cumpriram a solene promessa que publicaram de contestar a nossa série de artigos a propósito da terrível oligarquia que impera naquela parte do território espírito santense.

Ao utilizar as palavras “senhores feudais” e “terrível oligarquia” para se referir a Duarte e Beiriz, além de Virgilio Silva, com o título de Oligarquia de Piúma temos a dimensão das ações desse grupo. Sabemos que os jornais na Primeira República eram um meio para atacar adversários e necessitamos de alguma pesquisa para acreditar em suas manchetes, o que realizaremos para entender por que essas palavras são dirigidas ao grupo do Duarte e assim conhecermos melhor como era sua administração e sua força política.

Esses artigos sobre a oligarquia de Piúma se sucederam de modo a cobrar explicações sobre a denúncia que os desencadeou. O jornal denunciava o desvio de verbas da prefeitura que foram agravadas com um artigo no mesmo jornal em, conforme fragmento abaixo.

> Está nos causando verdadeiro espanto o silêncio dos dois oligarcas, sobre a denúncia que demos do fato altamente grave, extraordinariamente escandaloso e imoral de um menino, filho do Sr. Duarte, ser credor de 30:000$000 do governo daquele infeliz município. Não se compreende, não se imagina como um município, onde as estradas estão reduzidas a verdadeiros caminhos de caça, onde as pequenas pontes, reparadas constantemente a expensas de particulares, ameaçam a vida dos transeuntes, onde não existe iluminação publica, asseio nas ruas e outros serviços, possa contrair uma divida tão elevada (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1908).

Interessante que além de apresentar a fraude envolvendo o filho do Duarte, ainda nos dá um panorama do município e em outro fragmento do jornal *O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO* (1908) ainda completa: “[...] e o resultado é esse debate a que assistimos, vendo uma população de oito mil almas, como a de Piúma, escravizada e entregue a uma camarilha sem escrúpulos”.

Com relação ao fato do filho do Duarte ser credor da prefeitura é interessante verificarmos que, conforme consta no *Relatório do Governo Municipal* (ICONHA, 1910, p. 7), apresentado por Antônio José Duarte, temos a seguinte informação:

> Nº 7- Autorizando o pagamento a Antonio de Souza Duarte da quantia de 7:083$940, restante do empréstimo que fez a esse governo em 1904.

Façamos algumas considerações: primeiro que se Antônio emprestou dinheiro à prefeitura em 1904 ele tinha 19 anos quando emprestou, ou seja, não era o seu patrimônio, que ele construiu e sim já estava atuante na oligarquia do pai e era o meio de desviar verba da prefeitura. Segundo, mesmo após as denúncias no jornal em 1908 o Coronel Duarte presta contas da sua administração em 1910 com o filho dele como credor, ou seja, nem teve preocupação em manipular ou ocultar nomes, o que prova não temer denúncia alguma. Ora, desse modo, o jornal não errou em denunciar a ação "em família" do Duarte. Essa situação nos mostra como estava a administração municipal e a força do coronel.

Interessante também que o jornal nos permite comprovar a estrutura coronelística em Iconha no que se refere às fraudes, corrupção e desmandos.

É importante ressaltar que a denúncia se apresentava em um jornal da capital, o que nos dá uma dimensão da ação da oligarquia do Duarte, que repercutia além do município.

Ainda sobre corrupção, outra denúncia interessante é sobre a limpeza do Rio Novo, apresentado pelo jornal *O Estado do Espírito Santo* (1908):

> Misérias da Oligarquia de Piúma
> Ante ontem aqui denunciamos, pela segunda vez, o escandaloso fato de ser um menino, filho do Sr. Duarte, credor do município de Piúma da bagatela de 30:000$000.Este fato, que é bastante grave, é menos grave ainda do que hoje vamos trazer ao domínio público, por que, si o primeito fere ao interesse exclusivo daquele infeliz município, o outro fere ao deste e ao do Estado, que foi vitima de um conto do vigário. Quem compulsar as leis votadas pelo congresso na sessão ordinária do ano passado lá encontrará uma que manda pagar ou dar ao município de Piúma a quantia de 10:000$000 para conservação e limpeza do Rio Novo, no território que este rio banha os domínios do Sr. Virgilio Silva. É preciso notar se que o município de Piúma tem contrato com um particular desconhecido para esse serviço, com que despende não pouco; mas o rio "Novo" está atulhado de barceiros e algas, que apenas permitem a navegação de pequenas canoas. São os próprios habitantes ribeirinhos daquelas paragens que por interesse próprio conservam aquela zona fluvial um pouco transitável.

Nessa denúncia é interessante nos atermos ao fato de que Virgilio Silva, deputado, é acusado da fraude, ou seja, é como se ele pegasse o dinheiro do Estado para uso próprio em conivência com Duarte que era o Presidente do Governo. Pior ainda, em carta endereçada a Duarte, que consta no arquivo do IHGI, escrita por Silva (1907), ano do repasse da verba, ele relata ao presidente do governo municipal a situação de um professor licenciado, já que Silva era Fiscal Escolar, conforme ele mesmo assina. Não era proibido o acúmulo de cargos, mas tenhamos consciência que nesse mesmo ano ele também era deputado!

Segundo um jornal da época, dizia que para a limpeza do Rio Novo a prefeitura contratou um desconhecido e no *Relatório de governo* (ICONHA, 1909), no Decreto n. 4, autoriza o pagamento a Casimiro da Silva Neto, pelos serviços que prestou na limpa do Rio Novo. Não podemos afirmar que se refere àquela verba esse pagamento, mas o decreto parece não se preocupar muito em detalhar essa ação do governo municipal.

Ainda sobre o relatório do Coronel Duarte, temos outro dado interessante para compreendermos sua administração e a despreocupação ao fazer as coisas como bem entendia.

Em julho de 1909 ele autorizou pelo Decreto n. 2, a construção de um chafariz na povoação de Piúma. No Decreto n. 17, de 30 de outubro de 1909, p. 8, autoriza:

> [...] pagar a Duarte e Beiriz a importância de R$ 1.566$980, que forneceram para a construção do chafariz de Piúma.

Embora tenhamos consciência de que possa ter ocorrido algum imprevisto que levou a um empréstimo de emergência, não podemos ignorar o desenrolar da situação. Em julho ele autoriza a fazer um chafariz em Piúma e para isso faz um empréstimo com a Duarte e Beiriz, de sua propriedade, para construção. Mas, daí a três meses ele já paga o empréstimo, sendo que quando construído ele não se preocupou em relatar o valor para a construção e em tão pouco tempo já pagou. Seria mais viável esperar um pouco mais para fazer o chafariz com o próprio dinheiro público, o que dá margem a questionar se os valores de empréstimo e pagamento coincidem ou se houve empréstimo.

O que nos interessa nessa situação é verificar como a Prefeitura e a Casa Duarte e Beiriz parecem ser a mesma coisa para ele. Não há uma preocupação em ser questionado pelo fato do seu dinheiro ir para a prefeitura e voltar, o que comprova ele achar que está acima de todos e tudo, não temendo qualquer poder institucionalizado, confundindo o público e o privado.

Diante do mar de denúncias que não são sem fundamento, conforme apresentamos, podemos afirmar que a administração do coronel Duarte estava mergulhada em fraudes, próprias da política dos coronéis. Embora sofrendo denúncias graves e em veículos de comunicação de relevância estadual, ele não se intimidou, demonstrando que tinha fortes aliados e força para agir daquela forma.

Sobre o coronelismo temos ainda uma característica marcante que é a força particular que possuíam os capangas. O coronel Duarte, no entanto, além de possuir seus capangas ainda contava com o poder oficial já que por muitos anos era o delegado e quando não estava no cargo era alguém de sua confiança que o ocupava.

Faz parte da memória dos moradores mais antigos de Iconha, relatos que seus pais contavam sobre o coronel Duarte, nos quais pessoas eram presas por se oporem a ele politicamente ou até mesmo por questões de dívidas. Em dia de eleições era comum muitos eleitores serem presos sem nenhuma causa justa, o que era justificado para eliminar adversários políticos.

Simão (1991, p. 25) faz a seguinte menção sobre o poder policial de Duarte:

> A inércia deixou de folgar e muito antes que ele fosse autoridade policial, pouco sossego dava ao malandro nas circunvizinhanças, ou por outra, não lhe dava guarita. É possível que dali ou por isso lhe viessem alguns desafetos; porém a sociedade lhe agradece e a história lhe faz justiça.

Façamos algumas considerações, pois o autor apresenta dados sem a devida análise. Primeiro devemos pensar quem seria o malandro nesse contexto do coronelismo. Em segundo dá-se a impressão que a população clamava por sua autoridade e devia agradecer seus desmandos.

O que nos interessa nesse fragmento é o fato de que ele demonstra que Duarte era, assim como os demais coronéis, uma força sobre a sociedade. E além do poder institucionalizado, podemos apresentar a força de seus capangas.

Sobre o braço armado do Duarte temos registros orais que contam que seus capangas, que na verdade eram também funcionários da Casa Comercial que desempenhavam essa função, controlavam a votação nas eleições, sendo comum na memória de algumas pessoas de Iconha o fato desses capangas acompanharem eleitores até a seção, configurando o voto de cabresto. Também serviam de segurança para o coronel e para cobrar dividas. Sobre a ação dos capangas temos um registro escrito. Consiste numa carta que um pequeno proprietário que adquiriu terras da Duarte e Beiriz e que não conseguindo quitar suas dívidas via-se perseguido pelos capangas do Duarte, chegando a ponto de redigir uma carta de quatro laudas, que consta no arquivo do IHGI, relatando a situação e a registrando em cartório para que se algo lhe viesse a ocorrer estaria explicado na carta.

Esse documento apresenta trechos cômicos como segue:

> [...] por que se não entendes por que escrevo, eu hoje vos explico que o espírito que comigo vive e me dá conselhos úteis, é o verdadeiro satanaz, rei do inferno que com ele tomei pacto para tudo que eu desejar [...]. Outra ainda vos digo, eu sou um perdido por que vendi meu corpo e alma ao meu senhor satanaz, por troca de dinheiro, e fazer morrer quem eu queira, e é vós que quero.

O que nos leva a pensar sobre o fragmento é que o autor estava sofrendo das faculdades mentais, ou que acredito, buscava intimidar o Duarte com a única alternativa que restava: o sobrenatural. Mas, o que de fato nos interessa é o fragmento abaixo:

> [...] que o empregado de uma casa rica [Casa Comercial Duarte e Beiriz] servia de capanga para amedrontar-me, o mandaram no dia vinte e um do mês próximo passado, não lembro esquecendo que eu só e o filho que tenho somos capazes de enfrentar todo o pessoal do Carlos Gentil Homem. Eu vos peço um outro favor de não atacares mais quem nada lhes deve e vos clamo que mandeis um empregado que saiba conversar.

Pelo texto verificamos a existência dos capangas do Duarte, que por ser um coronel vendeiro, usava esse serviço para cobrar dividas com seu comércio, além dos serviços eleitorais, e que esses eram empregados da firma, como se fosse mais uma função deles.

Outro ponto que nos chama a atenção é que a pessoa que escreveu a carta, não se identificando, diz que é capaz de enfrentar até os capangas do Gentil Homem, chamando atenção assim para o poder desse coronel, que demonstra que na região a ação dos capangas era normal.

Assim, a carta prova a atuação do Duarte com relação aos seus capangas e também que esses agiam de forma enérgica, comprovado a partir da necessidade de registrar a carta, bastando saber se teria alguma validade um registro num cartório da terra de um coronel.

Como não poderia deixar de ocorrer, Duarte possuía estreitas relações com o poder estadual, contexto marcante da República Velha. Conforme já apresentamos, Virgilio Silva era o braço de Duarte em Vitória. Desse modo, os votos da região eram para ele e em troca traziam benefícios para a região, ou melhor, dizendo, para o coronel Duarte.

A relação Virgilio Silva e Dutton já foi mencionada anteriormente nas fraudes da prefeitura, mas merece um detalhamento. Uma questão que exemplifica muito bem essa relação é a questão “Duarte-Beiriz-Dutton”.

No tópico 2 desta pesquisa, explicamos que a Thomaz Dutton Junior contribuiu para o desenvolvimento da região de Iconha e Piúma a partir de 1860. Adquiriu terras e empréstimos para fazer investimentos na região. No entanto, a partir de 1890 entra em falência e perde seus bens e aí entra a “contribuição” de Duarte, Beiriz e Virgilio Silva para a queda de Dutton.

Dutton obteve através da Lei n. 28, de 16 de novembro de 1892, uma concessão de 800 contos de réis com juros de 5% para a construção, uso e gozo de uma estrada de bitola de Piúma até Rodeio. Com certeza o governo não emprestou o dinheiro, devia ser um fiador do empréstimo junto a um banco.

No entanto, em 1896 Virgilio Silva, deputado estadual, pediu a revogação da Lei devido ao fato da estrada não ter sido construída e que a hipoteca referente ao valor deveria ser paga. A

petição foi aprovada pela Assembléia e como Dutton não tinha como pagar a dívida, seus bens foram a leilão, o ponto chave da questão.

No leilão, que praticamente não foi divulgado, Beiriz e Duarte arrematam a Fazenda Monte Belo e outros bens de Dutton por um valor bem inferior ao de mertcado. Segundo Castro (2003, p. 50), o patrimônio de Duttom valia *1:600$000* e só recebeu *800$000,* e ainda continuou com dívidas.

Esse acontecimento mostra como Virgilio Silva agia na capital a favor de seu grupo. Graças a sua ação na assembléia estadual Dutton teve que vender seus bens o que facilitou Duarte e Beiriz para adquirir e ter o domínio por completo do município. Uma grande jogada!

Seguindo, verificamos ainda como Silva era o intermediário de Duarte na capital, conforme o fragmento:

> Como sabeis, foi também decretado por este governo um auxilio de 15% para todas as escolas do município pagas ao governo estadual, a exemplo do que fizeram outros municípios; entretanto a sua execução ainda depende de um acordo com o Exmo Sr. Dr. Presidente do Estado, do qual poderá se encarregar o nosso colega o Sr. Virgilio Francisco da Silva ou o presidente que hoje me suceder. (RELATÓRIO..., 1910, p. 11).

E ainda:

> Tomando em consideração estes grandes dispêndios, com grave prejuízo de outros serviços de máxima importância, no empenho de reduzi-los, tenho me empenhado com o nosso representante no congresso, o nosso distinto colega o Sr. Coronel Virgilio Francisco da Silva afim de obter auxilio para a abertura de um canal no lugar Orobó [...] (RELATÓRIO..., 1910, p. 13).

Esses relatos que apresentam a intermediação de Virgilio para a região, somados aos já apresentados, como a suspeita verba para a limpeza do Rio Novo, demonstram como era feitos a ligação do município com o governo do Estado.

Analisando os *Annaes da Assembléia* (1900), constatamos ainda que em 1895 Virgílio pede ao governo para que pague as despesas do município com a epidemia de cólera e entre outras podemos citar ainda que em 1898 elabora projeto de lei, que é aprovada, autorizando o

governo estadual a despender, em 1899, 10.000 contos de réis na construção de um edifício para a cadeia e quartel em Piúma, Iconha e Rodeio. No entanto, não encontramos registro de nenhuma construção em Rodeio.

Temos que compreender que o dever do deputado é trazer benefícios para a região, mas, o que Virgilio conseguia para o município era importantíssimo para a estrutura coronelística e o coronel Duarte. Para a sociedade, o coronel era o benfeitor que conseguia trazer vantagens para o município, ou seja, para o povo simples, ele deveria ser enaltecido pelo bem que fazia. Para tanto, votar em quem ele indicava: ele próprio, quem ele apoiava e principalmente, Virgilio Silva.

Importante também que as verbas conseguidas por Virgilio poderiam ser facilmente desviadas, basta lembrarmos do "conto do Vigário" que o jornal *O Estado do Espírito Santo* (1908) denunciou. Além do mais, a presença de Virgilio na Assembléia proporcionava vantagens políticas. Ele intermediaria junto ao Estado na indicação da professora, delegado, juiz, agente fazendário o que garantia um funcionário leal ao Duarte no município. Era a rede política da República Velha que em Iconha funcionou muito bem, como demonstramos. Basta lembrarmos que Gentil Homem não obteve vantagem política na eleição de 1904 e nenhuma denúncia levava o Duarte a se mobilizar.

O poder do Duarte não se limitava a sua região, como vemos:

> Executava o atual Senador Dr. Jerônimo Monteiro seu programa de governo, na presidência do Estado do Espírito Santo, e, querendo prosseguir no saneamento e embelezamento da cidade de Vitória, sua Capital,recorreu ao espírito progressista do Coronel Antonio Jose Duarte, que estudando o projeto do governo, não trepidou em secundar os esforços da administração, empenhando grandes capitais em importantes serviços [...] (ARGOS, 1919, p. 10).

Em seguida vem a listagem dos serviços prestados, os quais julgamos haver exagero e incorreções, pois seguem praticamente todas as obras que Monteiro realizou em seu governo. O que é fato que Duarte participou do governo Monteiro, provavelmente como empreiteiro de algumas dessas obras realizadas pelo governador.

O que nos importa verificar nessa participação de Duarte na realização de obras na capital junto ao governo estadual é que para prestar serviços dessa grandeza ele dispunha de um grande capital, pois os trabalhos despendiam de um volumoso investimento de capital.

Embora ele não estivesse fazendo um serviço voluntário, sabemos que nos negócios se faz necessário ter recursos para receber os lucros em longo prazo.

Outro ponto a analisar nessa participação de Duarte em obras na capital é que para prestar serviços ao governo ele deveria ter prestígio junto ao poder estadual. Assim, verificamos que ele não era um coronel do interior lembrado somente na hora dos votos, tinha um reconhecimento na esfera estadual. Afinal, ele havia ganhado um contrato de obras públicas, que com certeza era uma retribuição pelo apoio político de sua região.

Ainda sobre o assunto, podemos fazer outra análise, verificando as alianças políticos de Duarte por meio da realização do serviço. No período de 1892 a 1905 o grupo de Moniz Freire estava no poder e nesse período pudemos verificar ao longo do trabalho que Duarte não encontrava nenhum entrave político, como exemplo temos o fato do governo não dar apoio a Gentil Homem, o que favoreceu o grupo do Duarte. A partir de 1908 o jogo político muda e os Monteiros passam a dominar o cenário político e Duarte já está em 1909 prestando serviços a esse governo.

Ora, fazia parte da cultura política da Primeira República a instabilidade dos coronéis quanto à fidelidade política, estavam do lado de quem estava no poder. A partir da análise que fizemos, da relação de Duarte com o poder estadual, podemos afirmar que ele não fugiu a essa regra de apoio político. Esteve sempre junto de quem estava no Governo do Estado do Espírito Santo.

Desse modo, através da análise dos documentos do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Iconha e do Arquivo Público Estadual, podemos verificar que o poder político em Iconha estava centralizado na mão do coronel Duarte. Ele controlava da delegacia às decisões judiciais, a escola primária, os correios, agência fazendária, tinha a prefeitura nas mãos e ainda seus negócios satelizavam a vida no município. Sem falar na forte ligação com o poder estadual através do seu deputado Virgilio Silva.

Tornou-se o senhor do município a partir do poder econômico que tinha e formou uma grande oligarquia, como já enunciava o jornal *O Estado do Espírito Santo* (1908), “[...] os autoritários e egoísticos senhores feudais do infeliz município de Piúma”. Na verdade essa

região estava nas mãos desse coronel, que poderia fazer o que bem lhe desse vontade, pois, tinha o monopólio do poder político.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os atuais municípios de Iconha e Piúma formaram no passado um município e sua história se entrelaça. Conforme apresentamos, até a segunda metade do século XIX a região que hoje compõem Iconha era habitada por indígenas e Piúma era uma aldeia de pescadores, em grande parte remanescentes de indígenas, havendo uma tímida entrada de exploradores para extração de madeira.

O cenário começou a mudar após 1860 com a chegada do imigrante inglês Thomaz Dutton Junior que iniciou o desenvolvimento da região por meio de uma colônia inglesa, de cunho particular, com projetos comerciais em Piúma e de produção agrícola em Iconha, desbravando a região.

Paralelo a chegada de Dutton outros imigrantes estrangeiros e pessoas de outras regiões do país vêm para a região, o que contribui para o crescimento de Iconha e Piúma. Nesse contexto, chegam os imigrantes portugueses José Gonçalves da Costa Beiriz e Antônio José Duarte que contribuíram para o desenvolvimento da região.

A abertura da firma Duarte e Beiriz pode ser tomada como ponto de partida para a compreensão do desenvolvimento da região e especialmente da vila de Iconha. A partir das atividades comerciais da firma, o interior começou a ser ocupado de forma intensa por imigrantes italianos que adquiriam terras do Beiriz e a casa comercial, através de seus proprietários, especialmente o Duarte, começaram a promover os desenvolvimentos urbanos de Iconha, objetivando seu comércio e desse modo tornaram-se líderes políticos.

Assim, podemos afirmar que as atividades comerciais da Duarte e Beiriz foram de suma importância para o desenvolvimento da região e conduziram ao poder político de seus proprietários. A pequena aldeia tornou-se menos de duas décadas, numa vila que passou a ser a sede do município e centro econômico e político da região, satelizada pela Casa Comercial Duarte e Beiriz e pautada numa cultura política do coronelismo através do coronel vendeiro, conforme apresentamos ao decorrer do trabalho.

Após as pesquisas realizadas e os resultados apresentados podemos afirmar que o aspecto comercial estabeleceu relações com o político e com o social, o que nos possibilita fazer algumas considerações sobre a problemática que norteou o trabalho, na qual questionamos o fato de que sendo o coronel Antônio José Duarte comerciante e político local, como o desenvolvimento da firma Duarte e Beiriz, de propriedade desse coronel, possibilitou que alcançasse o poder político na vila de Iconha e integrasse a elite política capixaba no período de 1889-1915.

A partir do cenário econômico, político e social de Iconha anterior à chegada da casa comercial e com os estudos e pesquisas realizadas podemos afirmar que o comércio foi o meio utilizado para obter e manter o poder político. O poder institucionalizado do coronel vinha por meio dos votos, dados a ele ou a alguém por ele indicado o que lhe garantia o poder. Em ambas as situações, necessitavam-se do voto que era obtido pelo comércio.

Podemos dizer que a atividade comercial contribuiu direta e indiretamente para o coronel Duarte tornar-se o mandão local. Primeiro, temos que ter em mente que ele chegou em Iconha como um funcionário de uma exportadora de matéria - prima e, sem nenhum capital, conseguiu abrir uma venda que mais tarde vai se associar ao Beiriz para formar a casa comercial. Sabemos que a política requer condições financeiras, especialmente na Primeira República onde o voto era barganhado de forma explícita. Assim, foi o comércio que lhe o enriqueceu e possibilitou que investisse na política, ou seja, acumulou fortuna que possibilitou fazer favores, tão importantes para a política coronelística.

Por meio da casa comercial estabeleceu uma dependência com a população através da venda a credito, pois, essa modalidade nada mais era do que um grande favor que deveria ser retribuído por meio dos votos. Salientando que o credito se referiam aos gêneros alimentícios, utensílios e às terras que os imigrantes adquiriam para o plantio do café. E mais, a dependência ocorria também na venda da produção, já que a Duarte e Beiriz compravam a produção agrícola para revender, descontando as dividas das cadernetas. Sem falar na agiotagem que era facilitada pelas atividades comerciais. Em uma região de pequena propriedade o vendeiro assume o papel de intermediário com as casas exportadoras, deixando os proprietários agrícolas em suas mãos.
Sem falar que a venda era o ponto de encontro da população com alguém que possuía instrução, conhecimentos e de certo status na região: o comerciante. Como vimos cabia ao Duarte ser conselheiro e padrinho da população. Por meio da casa comercial se estabeleciam assim relações pessoais que também convergiam em voto. Esse fato explica por que o Beiriz não ficava com as questões burocráticas na venda e deixava a função de gerente para Duarte.

Temos que lembrar também que o Duarte e seu sócio, ou melhor, dizendo, a firma, doou terras para o espaço urbano de Iconha, contribuiu para a construção de igreja, cemitérios, ruas e outros serviços que deveriam ser realizados pelo governo, mas, com a omissão desse cabia à firma assumir esse papel que aos olhos da população davam aos seus proprietários, especialmente ao Duarte, o papel de benfeitores, aspecto importantíssimo para a política.

Outro ponto importante é que em uma região em que os trabalhos são praticamente todos no campo, a casa comercial era empregadora em funções como balconistas, tropeiros, braçais para carregar e descarregar armazéns e barcos, maquinistas das embarcações, funcionários que trabalhavam no beneficiamento da produção agrícola e outras funções que garantiam fidelidade política ao coronel com seu voto do empregado e de sua família.

Além do que a casa comercial possuía moinhos, barcos, terreiros de secagem e telefone que para serem utilizados pela população dependiam da autorização do Duarte que com certeza não permitiria que pessoas não aliadas politicamente a ele utilizassem, ou seja, era a infra-estrutura da firma utilizada para canalizar apoio político.

Se esses meios são visíveis à contribuição do comércio para a obtenção e manutenção do poder político, outros também o são, embora indiretamente. O maior dele é que para se obter prestígio na região a pessoas deveria possuir status e o poder econômico garantia isso, o que para a política era um grande passo. Desse modo, Duarte alcançou o poder institucionalizado graças ao comércio e ampliou sua dominação sobre a sociedade.

O coronel passou a ocupar cargos políticos que lhe davam condições de estabelecer o clientelismo com os empregos e serviços públicos, bem como manter a sociedade sobre seu controle através da delegacia e ainda por meio de obras públicas, nas quais apresentava-se como benfeitor utilizando dinheiro público, como se não estivesse fazendo sua obrigação e sim um favor à população. Tudo isso foi obtido com o comércio, já que foi por meio desse que conseguiu ampliar suas formas de dominação política. Agora possuía poder através da casa comercial, de cunho particular, e com o poder institucionalizado, de cunho público.

Assim, o coronel Antônio José Duarte alcançou e manteve esse poder político através de suas atividades mercantis. O forasteiro que encontrou uma região praticamente desabitada e a transformou numa vila onde era o mandão, ou seja, tornou-se um coronel vendeiro. Seu poder emanou do comércio e era oficializado pelas urnas, que refletiam seu poder econômico.

Para enriquecer ainda mais as nossas considerações sobre o poder político em Iconha, façamos uma análise do tema à luz de concepções teóricas que nortearam a pesquisa. É importante ressaltar que ao estudar o poder político na região citada, estivemos pautados na Nova História Política, pois segundo Falcon (1997, p. 76) o estudo do político compreende ir além do sentido nacional, e sim buscar seus aspectos simbólicos e as representações sociais e coletivas, bem como as práticas associadas ao poder.

Ao estudarmos o poder político do coronel Duarte verificando como alcançou esse poder, suas práticas e mais, não se limitando ao político e sim sua interface com o econômico e o social

trouxemos um trabalho sobre o coronelismo na perspectiva do coronel vendeiro numa região de pequena propriedade, ou seja, a proposta da Nova História Política.

Outro ponto importante e que merece atenção especial é que ao falarmos em coronel vendeiro, temos que ter clara a concepção de coronel. Para tanto, nos pautamos em Leal (1997, p. 40), que nos apresenta esse tipo político como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo com características como mandonismo e o falseamento de voto. Além de Carvalho (1999, p. 132), que complementa o conceito ao apresentar o coronel como elemento do sistema pautado na barganha entre ele e o governo e enriquecendo ainda mais nosso trabalho, ele afirma que as pesquisas mostram novos tipos de coronel, não se limitando ao latifundiário, como o comerciante, médicos e padres.

Esses aspectos conceituais são fundamentais para caracterizarmos o Duarte como coronel, pois ele valeu-se do mandonismo local ao tornar-se o senhor do município, esteve envolto em fraudes eleitorais conforme apresentamos e calçado na barganha, tendo no Virgilio Silva o intermediário com o Estado. Sem falar na violência dos capangas, fraudes na prefeitura e demais aspectos que demonstramos e que concretizam a teoria apresentada, provando que ele era um autêntico coronel e mais, não a imagem simplificada de coronel latifundiário e sim um coronel comerciante.

Aliás, o trabalho apresentou uma ligação muito íntima entre política e economia, ou melhor, com o comércio. De fundamental contribuição para discutirmos o coronel vendeiro foi Queiroz (1975, p. 197), ao nos apresentar que no Brasil, na Primeira República, fazer benefícios era de fundamental importância para a estrutura do coronelismo e que para isso se fazia necessária à fortuna, obtida via herança, casamento ou comércio. Salienta ainda que:

> O forasteiro que chegasse com algum capital a uma localidade, e ali se estabelecesse abrindo uma “venda” estava iniciando um caminho que o podia levar até a chefia política; tinha nas mãos uma “clientela” natural de compradores, aos quais podia fazer favores variados [entre os quais o “vender fiado” não era dos menores], tanto à gente humilde quanto aos figurões locais.

O presente trabalho vem confirmar a teoria da autora, pois é a descrição perfeita da vida do Duarte. Ele conseguiu fazer benefícios através da fortuna oriunda do comércio que ele iniciou quando ainda era um forasteiro na região, chegando mais tarde à chefia política.

Interessante que quando ela fala que ao abrir uma venda e vender fiado o sujeito teria uma clientela natural que seria convergida para o voto, é a explicação de como Duarte alcançou o poder político em Iconha, que apresentamos minuciosamente no decorrer do trabalho.

E mais, para a melhor compreensão do assunto, foi importante verificar, a partir de Vianna (1978, p. 220), como se formaram o grupo político de Iconha e suas estrutura. Bem como de fundamental importância foi Bourdieu (2002, p. 163), pois, ao afirmar que a população sem condições econômicas e culturais acaba sendo dominada pelos grupos políticos, envoltos num simbolismo, vemos em Iconha o coronel apresentar-se como o benfeitor do município, a referência à qual as pessoas podem recorrer em momentos de dificuldades. Ele estava presente no imaginário da população por meio da sua casa comercial, residência, festas e até a imagem do imigrante que venceu na vida. Criou-se uma representação de que Iconha era o coronel Duarte, afinal o poder dele era simbolizado pelo econômico.

A região que o trabalho apresentou foi caracterizada pela pequena propriedade e por isso, foi importante a leitura dos trabalhos de Saletto (1996a, p. 42), que enfatiza a existência de vendas nas regiões de pequena propriedade que faziam o intermédio na comercialização do café entre o proprietário das terras e as casas exportadoras, criando assim uma ralação de dependência do proprietário com o dono do pequeno comércio, que permitia a esse ter uma clientela política.

Assim, o trabalho da Salleto sobre o assunto contribuição na compreensão da estrutura socioeconômica de Iconha por apresentar essas características e que foi reafirmado com a pesquisa, confirmando a existência desse contexto na região de Iconha, e a Casa Comercial Duarte e Beiriz é um exemplo claro desse contexto.

O mesmo foi verificado também com a leitura de Campos Júnior (1996, p. 83), que apresenta ser o comércio, no Espírito Santo, um canalizador da produção e acumulo de capital, devido à existência de pequenos proprietários. Quando o autor cita a firma Duarte e Beiriz, como exemplo desse contexto, podemos afirmar que de fato ele está certo, conforme os estudos que realizamos.

Sem dúvida que o referencial teórico utilizado foi de grande contribuição para o trabalho e após a escrita do mesmo podemos demonstrar como eles podem ser observados na realidade de Iconha, ou seja, o contexto histórico pesquisado comprova os aspectos teóricos levantados.

Desse modo, o trabalho apresentou, por meio da pesquisa em fontes primárias e a análise de textos, outra característica do coronel, que muitas vezes é associado somente ao latifundiário, que é o coronel vendeiro. Assim, atendemos a solicitação de Queiroz (1975, p. 171) de que é necessário realizar monografias em lugares diferentes para identificar as várias formas de poder dos mandões locais.

Por meio do trabalho podemos afirmar que o coronel vendeiro apresenta as características clássicas desse tipo político, como o clientelismo e o mandonismo entre outras, presente no coronel latifundiário, farmacêutico e até padres. Mas, essas características possuem peculiaridades onde o poder político é resultado dos favores que o coronel consegue fazer através do comércio, como o vender fiado. A dependência dá-se por outra via que não é o emprego no latifúndio. São os bens e a infra-estrutura comercial o meio para chegar ao poder político. Além de ser um tipo de coronel típico de áreas de pequena propriedade, onde o eleitor tem a terra, mas está preso na compra dos bens e na venda dos seus produtos.

Ressaltamos que o coronel vendeiro não se limita a essa descrição, pois essas são verificadas em um coronel de uma região, podendo variar conforme o espaço, mas apresentamos aspectos importantes que devemos considerar ao estudar um coronel vendeiro em outros trabalhos.

A pesquisa se concentrou em uma região geopolítica do Espírito Santo sendo que outros trabalhos devem ser realizados em outras regiões do estado para verificar a existência desse tipo de coronel, principalmente nas áreas de pequena propriedade, ou outras formas de poder político, contribuindo para a historiografia regional, proposta desse trabalho.

A delimitação do espaço temporal de pesquisa, que se iniciou em 1889 justificou-se por abordar o coronel no contexto da Primeira República e limitado a 1915 por ser o ano em que o poder do coronel Duarte já se encontrava consolidado.

A partir de 1914 cessam as vendas de terras aos imigrantes, uma importante forma de dependência, e surgem novas comércios como opção para a população. Esses fatores não prejudicaram o poder do Duarte, pois já havia monopolizado o executivo e legislativo e conseguido espaço no cenário estadual. Era necessário somente manter.

O coronel Antônio Duarte realiza na década de 1920 viagens ao Rio de Janeiro para tratar de problemas de saúde e falece na capital fluminense, em 15 de setembro de 1937, e sua esposa em 10 de novembro de 1938, estando sepultados no cemitério do Caju, na mesma cidade.

O local que buscou para tratar da saúde e onde faleceu é justificado pelo fato de que seus filhos, não podemos precisar se foram todos, acabaram indo para o Rio de Janeiro para estudar e lá se formaram como profissionais autônomos e suas filhas tiveram casamentos que as levaram para longe de Iconha.

A firma nas mãos de familiares, especialmente dos Beiriz, foi aos poucos perdendo espaço e fragmentando seu capital entre os sócios, não existindo mais hoje. É importante ressaltar também que as famílias Duarte e Beiriz não apresentam atualmente expressão na composição social da cidade, muito menos política. A maioria dos descendentes acabou indo para o Rio de Janeiro e outras cidades maiores.

É interessante ressaltar também que não houve na família do Duarte e do Beiriz uma pessoa para substituir o coronel Duarte como chefe político com a expressão que ele possuía. O grupo político se manteve no poder até 1948 por não haver grandes adversários.

Por meio de uma crônica de Rubem Braga, podemos ter uma dimensão de Iconha após 1915. Na sua infância, provavelmente no final da década de 1910 e início de 1920, ele já tinha uma imagem abstrata de Iconha que mais tarde vai se tornar concreta, nos apresentando uma descrição de Iconha:

> Iconha- como isso era longe, na minha infância. Lembro-me de um menino que me espantou por que viera de uma fazenda “pra lá de Frade”, para além do Rio Novo, em Iconha, perto de Piúma...
> Eu pensava em ir a Iconha tão vagamente, como hoje penso em ir ao Tibete. E agora, depois de uma rápida voada em automóvel, descubro que estou em Iconha.
> Não é muita coisa: quase apenas uma rua, uma casa bonita, dessas que se faziam no fim de século, sólidas, sóbrias e dignas, sem entretanto o ar comercial e horrendo dessas casas “modernistas” de platibandas retangulares que hoje infestam Cachoeiro e todo o interior do Brasil.
> Mas Iconha me encanta pelo seu milagre pastoril. A pracinha é dominada por um morro alto, muito verde, cortado diante de nós por um talude de terra vermelha. E lá em cima pastam dez ou doze bois brancos. Eles dominam assim o centro da cidade; no fim da rua há outro morro alto povoado por outros bois brancos. Atrás dele o céu muito azul, com nuvens redondas. De repente, na curva do morro, contra o céu, passa de crinas ao vento um cavalo preto, de um preto intensamente luminoso, nesta tarde já chovia em que o sol veio se despedir. Pode ser um cavalo pequeno e magro; mas assim, no alto, entre esses sossegados bois brancos, é uma aparição de sonho.

> Chegam homens da roça, os botequins de cachaça se animam. O sol se esconde, Iconha vai jantar.
> Quando passamos de volta, ela está adormecida sob as estrelas, abençoada pelos seus bois brancos.
> Iconha, 1951 (BRAGA, 1984, p. 101).

Não podemos esquecer que o relato de Braga nada mais é do que um trabalho literário, no entanto, por meio dele podemos verificar que Iconha não manteve um ritmo de desenvolvimento como aquele do final do século XIX e início do XX, quando a firma Duarte e Beiriz estava em seu auge de crescimento. A vila que tinha uma das maiores casas comerciais do Estado e era um centro de negócios no início do século não se firmou como um centro polarizador na região após a década de 1920, afinal, independente da data exata da descrição, Braga se refere à Iconha após 1915.

Afinal, quando ele faz menção à pracinha, a apenas uma rua e casa bonita do fim do século ele está se referindo a rua projetada pelo coronel Duarte, a sua bela residência e à pracinha que ele doou o terreno, ou seja, o que chamou a atenção do autor era o que Duarte tinha feito no auge do seu poder político, estranho que nada de destaque tenha sido feito depois do coronel para impressionar Braga.

Desse modo, nas últimas décadas do século XIX e início do século XX uma casa comercial satelitiza o desenvolvimento de um rincão capixaba e a pequena aldeia se torna uma vila onde se desenvolveu uma cultura política coronelista a partir do poder comercial do coronel vendeiro Antônio José Duarte.

Sem dúvidas que o jovem imigrante português desejava ver a terra que o recebeu e que lhe deu riqueza e poder se desenvolver, ele tinha apego à região. Mas, não podemos esquecer que era um coronel, todo o desenvolvimento deveria ser relacionado a ele, o benfeitor de tudo isso, que em 1915 era de fato o senhor do município.

Ele contribuiu para o desenvolvimento de Iconha até o momento que se fez presente nas terras que o receberam em 1874, mas com os interesses de todo político do contexto da Primeira República, de ser o senhor do município e imortalizar sua imagem. O que é visível através da descrição de Iconha feita por Braga, que salienta características da vila que são oriundas do coronel, e pelo nome da rua, também apresentada na crônica, que hoje se chama Avenida Coronel Antônio Duarte.

6 REFERÊNCIAS

ACHIAMÉ, F. A. M. **A colonização e a pequena propriedade**: a colônia do Rio Novo**.** Vitória, [19--]. mimeo.

AMADO, J. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, M. A. (Org.). **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 7-15.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho cientifico**. São Paulo: Ed. Atlas, 1993.

BANCK, G. **Dilemas e Símbolos**: estudos sobre a cultura política no Espírito Santo. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1998. (Cadernos de História, 13).

_____. Fragmento de cosmópolis: política,espaço e imagem urbanos em Vitória, Brasil. In: ACHIAMÉ, F.; NEVES, R. S. (Org.). **O reino conquistado**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2003. (Coleção Renato Pacheco; 1).

BEIRIZ, J. G. da C. **Doação de terras ao governo municipal**. Iconha, ES, [1886]. Carta endereçada ao governo municipal.

BURKE, P. (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CAVATTI, J. B. **História da imigração italiana no Espírito Santo**. Belo Horizonte: São Vicente, 1973.

BITTENCOURT, G. **A formação econômica do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1987.

BOBBIO, N. **Estado, governo e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO et al. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993.

BORGES, V. P. **O que é história**. São Paulo: Ed. Brasiliense,1980.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CAMMACK, P. **O coronelismo e o compromisso coronelista**: uma critica. Belo Horizonte, 1979. (Cadernos DCP, 5).

CAMPOS JÚNIOR, C. T. **O novo arrabalde**: aspectos da formação urbana de vitória. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 1996.

_____. **A construção da cidade**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2002.

_____. O estudo do projeto de Moniz Freire como contribuição ao desenvolvimento do Espírito Santo. In. **Revista do IHGES**, Vitória, n. 57, 2003.

CAPRINI, A. B. A. et al. **Nosso município**: Iconha, Es: Instituto Histórico e Geográfico de Iconha, 2004.

CARVALHO, J. M. de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____ Coronelismo. In: BELOCH, I.; ABREU, A. (Org.). **Dicionário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV/CPDOC, 1984.

CASTRO, J. M. de M. de. **Iconha**: origem e história. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2003.

CAVATTI, J. B. **História da imigração italiana no Espírito Santo**. Belo Horizonte: Ed. São Vicente, [19--].

O Comércio do Espírito Santo, [S. l.], p. 1, 10 jan. 1900.

O Correio do Estado do Espírito Santo, [S.l.], p. 1, 1908.

COSTA, L. O. **Colônia de Rio Novo**. Vitória, 1981. mimeo.

DERENZI, L. S. **Os italianos no Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Ed. Artenova, 1974.

DUARTE, A. J. **Coronel Antônio Duarte**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1902.

O Estado do Espírito Santo, [S.l.], 1904.

FALCO, F. História e poder. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.

FAORO, R. **Os donos do poder**. 15. ed. São Paulo: Ed. Globo, 2000.

FAUSTO, B. (Org.). **O Brasil republicano**: estrutura de poder e economia. São Paulo: Difel, 1975.

_____. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. EDUSP, 1994.

FERREIRA, J.; ALMEIDA, L. de; DELGADO, N. (Org.). **O Brasil republicano I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GUALBERTO, J. **A invenção do coronel**. Vitória: Edufes, 1995.

GOMES, A. de C.; PANDOLFI, D. C.; ALBERTI, V. (Org.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: FGV/CPDOC, 1997.

HERKENHOFF, S. L. V. **Mauá e Moniz Freire**: ferrovias e pioneirismo econômico no século XIX. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2000.

HOLANDA, S. B. de (Org.). **O Brasil monárquico**. 3. ed. São Paulo: Difel: Rio de Janeiro, 1976. t. 2, v. 3.

LAZZARO, A.; COUTINHO, G. A.; FRANCESCHETTO, A. **Lembranças camponesas**. Vitória: [s. n.], 1992.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. 4. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

LE GOFF, J. et al. **A nova história política**. Lisboa: Ed. 70, 1974.

LINHARES, M. Y. (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990.

NOVAES, M. S. de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo editorial do Espírito Santo, [19--].

OLIVEIRA, J. T. de. **História do Estado do Espírito Santo**. 2. ed. Vitória: Ed. Amp, 1975.

PRADO JÚNIOR, C. **Evolução política do Brasil**. [S. l.]: Ed. Brasiliense, 1979.

QUEIROZ, M. I. P. de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. **O Brasil republicano**. São Paulo: Difel, 1975. 1 v.

_____. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

REMOND, R. Por uma história presente. In: _____. **Por uma história política**. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ, 1996.

ROCHA, H.; COSSETI, M. da P. **A dinâmica cafeeira e a constituição da indústria no Espírito Santo 1850-1930**. Vitória: COPLAN/IJSN/GERES/UFES/FCAA, 1983.

ROCHA, G. **Imigração estrangeira no Espírito Santo**: 1847-1896. Vitória: FCCA, 2000.

ROCHA, L. **Viajantes estrangeiros no Espírito Santo**. Vitória: Ed. Brasília, 1971.

SALETTO, N. **Transição para o trabalho livre e a pequena propriedade no Espírito Santo**. Vitória: Ed. EDUFES, 1996.

_____. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)**. Vitória**:** Ed. EDUFES, 1996.

SILVA, V. A. C. **Regionalismo**: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, M. A. da. **República em migalhas**: história regional e local. [S. I.]: [s. n.], 1990.

SIMÃO, I. **História de uma colonização**: Piúma e Iconha. 2. ed. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Frangraf, 1991.

SODRÉ, N. W. **Formação Histórica do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Difel, 1982.

TORRES FILHO, A. E. M. **O Estado do Espírito Santo e seu desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Lithographia, 1913.

TSCHUDI, J. J. **Viagem a Província do Espírito Santo**. Vitória: APES, 2004.

ZORZAL e SILVA, M. **Espírito Santo**: estados, interesses e poder. Vitória: Ed. FCCA, 1995.